

JEFFERSON OLIVEIRA RODRIGUES

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A
DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA DO POLO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE**

Orientador: Prof. Doutor Oscar Conceição de Souza

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia
Instituto de Educação**

**Lisboa
2016**

JEFFERSON OLIVEIRA RODRIGUES

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A
DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA DO POLO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE**

Dissertação defendida em prova pública na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 30 de Novembro de 2016, perante o júri, nomeado por despacho nº407/2016, de 8 de Novembro de 2016, com a seguinte composição:

Presidente: Professora Doutora Rosa Serradas Duarte

Arguente: Professora Doutora Carla Galego

Orientador: Prof. Doutor Oscar Conceição de Sousa

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação

Lisboa

2016

A escola jamais deve prender aqueles que estão aptos a expandir seus horizontes.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

“Ao Alfa e Ômega.”

Dizer que ao término de uma jornada, que na verdade é apenas uma parte de um longo caminho, fomos os únicos responsáveis pelas nossas conquistas na verdade é um ato egoísta, portanto acredito que direta ou indiretamente muitos contribuíram para o sucesso desse trabalho.

De maneira especial e em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois assim creio que ele é quem me criou e me deu toda capacidade necessária para me sustentar e me levar além, a Ele rendo o maior dos agradecimentos com amor e carinho.

A minha família merece especial atenção, pois, foi um baluarte nos momentos mais difíceis na construção dessa dissertação, de maneira muito especial a minha esposa Eulalia Rodrigues e meus filhos Jefferson Rodrigues Júnior e Elisa Giovana Rodrigues.

Ao meu orientador Prof. Dr. Oscar Conceição de Sousa, pelo apoio para que esta dissertação fosse finalizada e defendida.

Quero agradecer de maneira muito especial também a Professora Doutora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, que além de ajudar com seus conhecimentos intelectuais, foi amiga e companheira nesse caminho.

Quero aqui também dar especial destaque a grande amiga e uma das responsáveis por essa conquista Eliete Lins.

Aos colegas de trabalho e do curso que juntamente comigo labutaram em busca de realizar essa importante tarefa que fortalece ainda mais a educação e a todos os participantes das entrevistas e que responderam os questionários com tanto apreço.

Por fim, a todos que me ajudaram desde o levantamento bibliográfico, discussões, utilização de espaços, orientação de informações e outras contribuições necessárias à elaboração deste trabalho.

RESUMO

Rodrigues, Jefferson Oliveira (2016). Políticas públicas educacionais: a demanda de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape. Lisboa, 145 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT.

O polo industrial e portuário de Suape, no município de Ipojuca vem modificando o contexto social e exigindo respostas por parte da educação, no sentido de capacitar os jovens para esta nova demanda de trabalho da região. A necessidade de políticas públicas educacionais capazes de atender tais demandas é uma realidade. Nesta ótica a questão de partida desta investigação foi: Como as políticas públicas educacionais implementadas pelo Estado no município de Ipojuca atendem as demandas do Polo Industrial Portuário de Suape? Para responder a esta dúvida, utilizou-se a abordagem teórica metodológica quantitativo e qualitativo. Para a análise dos dados o programa SPSS e a Análise de Discurso (AD) na linha francesa (Pêcheux, 2014; Orlandi, 2011) privilegiando os sentidos e as significações que o corpus discursivo traz. O aporte teórico que deu suporte à análise dos dados foi elencado por duas categorias: Políticas Públicas Educacionais e Educação e Trabalho. Para a realização dessa pesquisa buscou-se a participação de um universo de 350 estudantes de (4) escolas públicas todas da Rede de Ensino Estadual de Pernambuco situadas no Município de Ipojuca, (4) professores das quatro escolas pesquisadas, (2) autoridades responsáveis pela implantação das políticas públicas no município e (2) representantes de empresas localizadas no Complexo Portuário de Suape. Foi constatado que as políticas públicas educacionais implementadas no Município de Ipojuca não atendem às necessidades da sociedade ipojucana no tocante à inserção de jovens devidamente capacitados a integrarem as vagas do Complexo Industrial e Portuário de Ipojuca e que se faz necessária a implementação de ações que desenvolvam as habilidades e competências exigidas por esse mercado.

Palavras-Chave: Políticas públicas educacionais, Educação e Trabalho, Educação profissional, Mercado de Trabalho, Mão-de-obra.

ABSTRACT

Rodrigues, Jefferson Oliveira (2016). Educational public policies: the labor demand of the Polo Industrial Port of Suape. Lisbon, 145, p. Dissertation (Master of Science in Education) Postgraduate Program in Educational Sciences, Universidade Lusófona - ULHT.

The industrial zone and port of Suape, in the city of Ipojuca, has been changing the social context and demanding answers from the educational sector, in order to enable young people to meet the new labor demands in the region. The need for educational public policies capable of meeting such demands is a reality. From this point of view, the starting point of this investigation: How do the public educational policies implemented by the State in the municipality of Ipojuca meet the demands of the Suape Port Industrial Pole? To answer this question, the theoretical methodological approach was used in the quantitative and qualitative form. For the data analysis the SPSS program and Discourse Analysis (AD) following the French line (Pêcheux, 2014; Orlandi, 2011) privileging the meanings that the discursive corpus brings. The theoretical contribution that supported the data analysis was listed in two categories: Public Educational Policies and Education and Labor. In order to carry out this research, a total of 350 students from (4) public schools, all from the Pernambuco State Teaching Network of Ipojuca city, (4) teachers from the four schools surveyed, (2) responsible authorities for the implementation of public policies in the municipality and (2) representatives of companies located in the Port Complex of Suape. The results show that the educational public policies implemented in the Ipojuca do not meet the needs of the Ipojuca society regarding the insertion of duly qualified young people to integrate the vacancies of the Industrial and Port Complex of Ipojuca and that it is necessary to implement actions to develop the skills and competences required by that market.

Key-words: Educational Public Policies , Education and Labor , Professional Education, Labor Market, hand labor .

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Análise do Discurso
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEMEP	Centro Municipal de Educação Profissional
CNE	Conselho Nacional de Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
FD	Formação Discursiva
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
LDBE	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMI	Prefeitura Municipal do Ipojuca
PE	Pernambuco
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SPSS	StatisticalPackage for the Social Sciences

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	15
Capítulo I. Políticas Públicas Educacionais: Os Impactos das políticas públicas educacionais brasileiras no cenário da educação e do trabalho no Brasil.....	20
1.1. Acerca de Políticas Públicas Educacionais.....	21
1.2. Breve História das Políticas Públicas no Brasil.....	24
1.2.1. Comparação da estrutura do sistema educacional brasileiro durante a República.....	27
1.3. Políticas Educacionais e a Influência do Neoliberalismo no Brasil.....	27
1.3.1. Declaração de Jomtien e suas influências no Brasil	288
1.3.2. Movimento Todos Pela Educação	30
1.4. As Recentes Políticas Públicas Educacionais no Brasil	33
Capítulo II. Educação e Trabalho: A construção de uma relação educação trabalho no Brasil contemporâneo.....	37
2.1. Breve história da educação e do trabalho no Brasil.....	38
2.2. Educação e trabalho no contexto do liberalismo/ neoliberalismo económico: emprego e desemprego na sociedade brasileira	43
2.3. Relação educação e trabalho: contradições e argumentos da educação brasileira	46
Capítulo III. Metodologia da Pesquisa	48
3.1. Objetivos	49
3.1.1. Objetivo Geral.....	49
3.1.2. Objetivos Específicos	49
3.2. Hipótese	50
3.3. Métodos da Pesquisa	50
3.4. <i>Locus</i> da pesquisa	53
3.4.1. Contextualizando o Local e a População de Estudo	54
3.5. Sujeitos da Pesquisa	56
3.5.1. Caracterizando a amostra utilizada na Pesquisa	57
3.6. Instrumentos de coleta da investigação	60
3.6.1. Entrevista semiestruturada.....	60
3.6.2. Questionário	611
3.7. Procedimentos da pesquisa	622
3.8. Instrumentos de análise dos dados.....	633
3.8.1. Instrumento de análise quantitativa	633
3.8.1.1. SPSS	633

3.8.2. Instrumento de análise qualitativa.....	644
3.8.2.1. Análise do Discurso	644
Capítulo IV. Resultados da pesquisa	67
4.1. Análise quantitativa	68
4.1.1. Identificação pessoal dos estudantes	68
4.1.2. Percepção dos alunos acerca da escola onde estuda e o interesse no curso profissionalizante.	69
4.1.3. Distribuição da percepção dos alunos acerca do mercado de trabalho em Suape/PE.	72
4.1.4. Distribuição da percepção dos alunos acerca da qualificação de trabalho e o investimento do governo na educação.	76
4.2. Análise qualitativa	80
4.2.1. Identificação Pessoal e Profissional dos Entrevistados	80
4.2.2. Políticas Públicas Educacionais.....	81
4.2.3. Políticas Públicas para Educação e Trabalho	83
4.2.4. Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no Município de Ipojuca: perspectivas	85
4.3. Resultados e discussão da abordagem quantitativa e qualitativa – triangulação de métodos.....	86
4.3.1. Triangulação da caracterização dos grupos.....	87
4.3.2. Triangulação sobre as Políticas Públicas Educacionais no Município de Ipojuca...87	
4.3.3. Triangulação acerca das informações sobre Educação e Trabalho	88
4.3.4. Triangulação sobre as concepções acerca das Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no município de Ipojuca: perspectivas	88
Considerações Finais	89
Referências Bibliográficas.....	922
Apêndices	I
Apêndice I. Guião de entrevista para professores e gestores	II
Apêndice II. Guião de entrevista para empresários que atuam na área de influência de Suape	IV
Apêndice III. Termo de consentimento livre e esclarecido	VI
Apêndice IV. Questionário	VII
Apêndice V. Entrevistas – Entrevistado 1	X
Apêndice VI. Entrevistas – Entrevistado 2	XII
Apêndice VII. Entrevistas – Entrevistado 3	XIV

Apêndice VIII. Entrevistas – Entrevistado 4	XVII
Apêndice IX. Entrevistas – Entrevistado 5	XX
Apêndice X. Entrevistas – Entrevistado 6	XXII
Apêndice XI. Entrevistas – Entrevistado 7	XXIV
Apêndice XII. Entrevistas – Entrevistado 8	XXVII
Apêndice XIII. Entrevistas – Entrevistado 9	XXVIII
Apêndice XIV. Entrevistas – Entrevistado 10	XXVII
Apêndice XV. Entrevistas – Entrevistado 11	XXVII
Apêndice XVI. Entrevistas – Entrevistado 12	XXVII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Estrutura do sistema educacional brasileiro anterior à reforma de 1971.....	27
Quadro 2. Estrutura do sistema educacional brasileiro anterior após a reforma de 1971.....	27
Quadro 3. Estrutura do sistema educacional brasileiro após a lei 9.394/96	27
Quadro 4. Distribuição da população de trabalhadores do Complexo Industrial Portuário de Suape em Ipojuca e cidades circunvizinhas	56
Quadro 5. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores e gestores	61
Quadro 6. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos empresários	61
Quadro 7. Descrição das variáveis do questionário adaptado aplicado aos discentes.....	62
Quadro 8. Distribuição das respostas obtidas através das entrevistas realizadas	81
Quadro 9. FD: Políticas Públicas Educacionais.....	81
Quadro 10. FD: Educação e Trabalho	83
Quadro 11. FD: Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no Município de Ipojuca: perspectivas	85
Quadro 12. Triangulação da caracterização dos grupos.....	87
Quadro 13. Triangulação sobre as Políticas Públicas Educacionais no Município de Ipojuca	87
Quadro 14. Triangulação acerca das informações sobre Educação e Trabalho	88
Quadro 15. Triangulação sobre as concepções acerca das Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no município de Ipojuca: perspectivas	88

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição do perfil pessoal dos alunos avaliados.	68
Tabela 2. Distribuição da percepção dos alunos acerca da escola onde estuda e o interesse no curso profissionalizante.	69
Tabela 3. Distribuição da percepção dos alunos acerca do mercado de trabalho em Suape/PE.	73
Tabela 4. Distribuição da percepção dos alunos acerca da qualificação de trabalho e o investimento do governo na educação.	77

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1. Taxa de participação no mercado de trabalho por escolaridade	45
Gráfico 2. Distribuição dos alunos entrevistados e não entrevistados da Escola A	57
Gráfico 3. Distribuição dos alunos entrevistados e não entrevistados da Escola B	58
Gráfico 4. Distribuição dos alunos entrevistados e não entrevistados da Escola C	58
Gráfico 5. Distribuição dos alunos entrevistados e não entrevistados da Escola D	59
Gráfico 6. Distribuição dos alunos entrevistados nas escolas A, B, C e D	59
Gráfico 7. Distribuição dos alunos segundo o gênero	68
Gráfico 8. Distribuição dos alunos segundo a idade.	68
Gráfico 9. Distribuição dos alunos segundo a escola onde estuda.	69
Gráfico 10. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Você acredita que a escola te prepara adequadamente para ocupar uma vaga no mercado de trabalho? ..	70
Gráfico 11. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Porque você tem essa opinião sobre a qualidade da preparação da escola?	71
Gráfico 12. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Você gostaria de fazer um curso profissionalizante?	71
Gráfico 13. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Você já fez/faz algum curso profissionalizante?	71
Gráfico 14. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: você tem interesse em trabalhar em Suape/PE?	73
Gráfico 15. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Por que você pensou na possibilidade de trabalhar em Suape/PE?	73
Gráfico 16. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Você acredita que sem um curso profissionalizante específico conseguiria uma vaga em Suape/PE?	74
Gráfico 17. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Você acredita que aumento do número de escolas técnicas em Pernambuco seria suficiente para suprir o <i>deficit</i> de mão-de-obra em Suape/PE?	75
Gráfico 18. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Quais os tipos de pessoas que tem mais condições de ocupar uma vaga em Suape/PE?	75
Gráfico 19. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Como poderíamos resolver este problema da falta de qualificação para o mercado de trabalho? ..	77
Gráfico 20. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Na sua opinião os governantes estão realmente preocupados com a formação de mão-de-obra especializada em Pernambuco?	78

Gráfico 21. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Como você vê os projetos do governo para a construção de novas escolas técnicas?.....78

Gráfico 22. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Qualificação é tudo na hora do ingresso no Mercado de Trabalho?.....78

Gráfico 23. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Se qualificação é tudo na hora do ingresso no Mercado de Trabalho, então qual a sua opinião acerca da estrutura da educação pública em Pernambuco?.....79

Gráfico 24. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Se qualificação não é tudo na hora do ingresso no Mercado de Trabalho, o que realmente é importante?.....79

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Mapa do Estado de Pernambuco com destaque para a cidade de Ipojuca e o Complexo Industrial Portuário de Suape-PE.....	53
--	----

INTRODUÇÃO

A LDB Lei nº 9.394/96 diz que a educação brasileira tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em meio a um momento de transformações faz-se necessário pensar políticas públicas capazes de compreender e contribuir para esse processo.

As constantes mudanças pelas quais está passando a educação, seja a nível nacional ou internacional é reflexo, dentre outras coisas, das demandas do mercado que exigem da escola profissionais aptos para desempenhar tarefas específicas dentro das empresas. A teoria do capital humano “passou por um intenso debate político e ideológico na definição de macropolíticas educacionais orientadas pelos organismos internacionais e regionais” (Frigotto, 1997, p.37).

As exigências por parte do mercado e que diretamente pressiona o governo e consequentemente a escola, para a formação de profissionais com as competências esperadas para tais setores, emerge da influência do novo cenário do mercado, que é diretamente impulsionado pelo modelo neoliberal. Sobre essa questão Oliveira coloca que:

“Nestas últimas décadas, as discussões referentes à educação avolumaram-se mais ainda, posto que, em meio a uma avalanche de modificações produzidas pela reestruturação produtiva, aumenta a necessidade de repensar a escola de forma a atender às novas necessidades da sociedade. A universalização do capitalismo impôs a necessidade de um novo pacto social, daí as reformas educacionais em nível planetário.” (Oliveira, 2003, p.7).

Emerge portanto o papel fundamental da escola na execução das políticas públicas educacionais que tenham uma constante interpelação do saber exigido pela vivência escolar com a experiência que o trabalho exige. Sobre isso Kovács coloca que:

“O ensino/formação constitui um meio que capacita as pessoas para se afirmarem individual e coletivamente como atores sociais no processo de construção do futuro...Os papéis profissionais tornam-se cada vez mais qualificantes e intensivos em conhecimento e quem desempenha esses papéis tem de aprender continuamente.” (Kovács, 2002, p. 150).

Cresce então o diálogo entre as mais diferentes vertentes para melhor entender a questão da educação o que Arroyo (1998) já colocava como sendo uma “necessidade de socializarmos nossos conhecimentos no campo da educação” (Arroyo, 1998, p.138). Questões a nível mundial, como a Segunda Guerra e a Guerra do Vietname, já evocava mudanças nas pesquisas sobre políticas públicas, mostrando “que as análises políticas queriam o emprego de análises multidisciplinares¹” (Mainardes, Ferreira e Tello, 2011, p.147).

¹ No primeiro semestre de 2010 o Conselho Nacional de Educação do Brasil, suscitou a discussão em torno da Administração Pública e políticas Públicas o que suscitou a necessidade de um campo mais específico que tratasse das distintas formações disciplinas, interdisciplinares e multidisciplinares.

A escola passa a partir de então a inserir-se em um novo contexto, que por sua vez pede um perfil inovador, pois o mercado exige uma formação diferenciada do estudante. Dias afirma:

“O capital, buscando uma crescente exploração do trabalho, tem procurado conformar o trabalhador às necessidades requeridas pelo novo paradigma produtivo. Nesse contexto, o empresariado faz demandas à educação, para que ela forme o trabalhador dentro do perfil que lhe interessa, procurando extrair dele os novos saberes que o novo paradigma exige. Os jovens, inseridos no espaço escolar, sofrem as consequências da implementação de políticas públicas que articulam escola e trabalho dentro de uma perspectiva que procura atender essas demandas do empresariado.” (Dias, 2000, p. 159).

Na mesma linha teórica, Carvalho (2009) aponta que as políticas públicas para os jovens foram, e continuam sendo, gestadas e implementadas em um contexto social marcado por lutas políticas de segmentos sociais diferenciados, contando com a participação de muitos autores e atores internacionais e nacionais. Ainda segundo o autor o que se propaga é a importância da participação dos governos, da sociedade civil, das organizações não-governamentais, do setor privado e dos próprios jovens no planejamento, na formulação, na execução e na avaliação das políticas para a juventude.

Nosso interesse pelo objeto de pesquisa partiu do contexto no qual estamos inseridos, observando a realidade da região² que tornou-se um grande Polo Industrial e Portuário e como essas transformações vêm modificando o contexto social e exigindo respostas por parte da educação, por intermédio de políticas públicas educacionais capazes de atender tais demandas.

Esse novo contexto no qual o município de Ipojuca também está inserido leva-nos à seguinte questão de partida: Como as políticas públicas educacionais implementadas pelo Estado no município de Ipojuca atendem as demandas do Polo Industrial Portuário de Suape? Para realizar esta pesquisa elegemos as seguintes categorias: políticas públicas educacionais, educação e trabalho.

Apesar de ser uma área onde a demanda por mão-de-obra especializada cresce continuamente, Ipojuca não teve um projeto anterior a esse desenvolvimento que lhe assistisse no sentido de suprir essa carência. Atualmente, observa-se uma preocupação por parte dos governos, tanto a nível federal, quanto estadual e também municipal, no intuito de desenvolver políticas públicas educacionais para atender essas demandas. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC que é fruto da parceria entre União, estado e município, em seu parágrafo 1º nos dá as seguintes informações:

²A região mencionada corresponde a área litorânea de Suape (do Tupi-Guarani, “Caminhos difíceis”), antiga área ainda do período colonial brasileiro, com poucos moradores que viviam da agricultura de subsistência e da pesca e que na década de 70 assistiu a chegada de grandes empreendimentos que aumentaram na década de 80 e 90 e no século XXI assistiu um acelerado processo de crescimento.

“Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.” (PRONATEC).

Fica clara a perspectiva governamental no crescimento do número de profissionais capacitados para as tarefas do mercado, uma vez que o Estado visa atender as necessidades apresentadas, no sentido de desenvolver suas fontes económicas.

A academia tem-se posicionado acerca desta temática com uma vasta produção de teses e dissertações, das quais pontua-se: Ancassuerd (USP, 2009), Políticas Públicas de Jovens e Adultos no ABC Paulista: Conquista de Direitos e Ampliação da Esfera Pública; Carvalho (UEMA, 2009), Análise da Configuração de Políticas Públicas para a Juventude a partir de 1990: Evidenciando Conceções e Estratégias Neoliberais; Soares (USP, 2013), Estado, Políticas Públicas e Juventude: Avaliação de Efeitos de um Programa Federal na Esfera Local; Dias (UFMG, 2000), Jovem Aluno Trabalhador do Ensino Médio: Articulação entre Trabalho e Educação; Almeida (ULHT/PT, 2012) Educação, Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho: Estudo sobre os Impactos na Educação da Expansão Económica do Complexo Industrial de Suape/PE/Brasil.

Ancassuerd (USP, 2009) teve como foco de pesquisa ações governamentais no ABC Paulista com base na participação social, onde ele pode observar duas bases na formulação dessas políticas a primeira com fundo na ideia do Estado de Bem-estar Social a segunda ancorada no princípio de participação social. Percebeu-se a ampliação da participação popular na construção dessas ações e o fortalecimento da esfera pública.

Carvalho (UEMA, 2009) percebe que a formação de políticas públicas educacionais são gestadas a partir de intensas lutas políticas e segmentos sociais diferenciados. Vale destacar sua percepção acerca dos anos 90 onde as políticas públicas educacionais são diretamente influenciadas pelas tendências neoliberais, focalizando jovens em situação de vulnerabilidade.

Soares (USP, 2013) pode observar os impactos de programas federais em uma esfera local e identificou que a formação que se pretendeu com tal programa, no caso é estudado o Projovem, foi frágil para a qualificação do jovem para o trabalho, mostrando-se de carácter mais político que profissional e tendo mais desenvolvimento na escolarização básica que na formação profissional.

Dias (UFMG, 2000) percebe a escola e o trabalho como espaço de formação do jovem trabalhador, tecendo uma clara relação entre ambos sem desconsiderar outros ambientes como sendo importantes nessa construção. Em sua análise ela coloca que o trabalho aparece ainda quando o jovem não tem ampla maturidade para tal, mas é impulsionado ao mundo do trabalho devido às necessidades que surgem. O papel portanto

da escola diversifica-se quando olhado por este ângulo, pois essa não pode ser uma era formadora de mão-de-obra, mas também não pode eximir-se desta função.

Almeida (2012, ULHT/PT) focou seus estudos na avaliação dos estudantes mediante as políticas públicas desenvolvidas em Ipojuca e Cabo de Santo agostinho, buscando verificar como esses estudantes percebem tais políticas. Percebeu-se que os estudantes acreditam que eles não são preparados adequadamente para o mercado de trabalho e que necessitam de maiores investimentos e ações para o desenvolvimento de políticas eficazes.

O município de Ipojuca não foge desse panorama, as novas tendências do mercado, exigem que as políticas em qualquer lugar, se adapte às reais necessidades atuais. Sobre isso escreve Almeida:

“A partir da pesquisa realizada percebemos ainda que vivemos de fato,2 cada vez mais um retorno às práticas educacionais baseadas na teoria do capital humano, mas que essa recebeu uma nova roupagem moldada pela globalização a partir dos anos 90, onde constatamos que a educação nunca esteve tão ligada à economia como nesse momento, não tendo especialmente em Pernambuco, como se dissociar, pois para conseguir atender a necessidade do Complexo Industrial de Suape verificou-se nessa pesquisa, que é preciso se especializar.” (Almeida, 2012, p. 124).

A pesquisa de Almeida (2012) “Educação, Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho: Estudo sobre os Impactos na Educação da Expansão Económica do Complexo Industrial de Suape/PE/Brasil”, aproxima-se deste trabalho, uma vez que a pesquisadora analisa a crescente demanda na região e observa as exigências que se destacam no campo educacional para atender tais demandas.

Os questionamentos que foram trabalhados nesta dissertação tiveram como aporte teórico metodológico uma pesquisa quanti-qualitativa realizada em escolas públicas do município de Ipojuca, fundamentada em teóricos que vem analisando tanto as questões relacionadas com educação e trabalho quanto os teóricos que estudam as políticas públicas educacionais.

Entre estes teóricos que deram suporte à temática estudada tanto no Brasil como internacionalmente, entre outros, são reconhecidos os trabalhos: Ball (2011), Frigotto (2010), Kuenzer (2000), Ferretti (2009), Kovács (2002), Romão (2002), Oliveira (2005), Mainardes (2011), Azevedo (2010).

Esta dissertação se divide em quatro capítulos e as considerações finais: No primeiro capítulo (Políticas públicas educacionais: os impactos das políticas públicas educacionais brasileiras no cenário da educação e do trabalho no Brasil) é feita uma análise acerca das Políticas Públicas no Brasil, perpassando pelo contexto económico, social e político com base nos principais autores atuais da área. Discutimos a importância destas e como são construídas e evidenciadas de acordo com os crescentes valores capitais e sua relação com

as principais teorias acerca dessas políticas no mundo. É feito aqui um panorama do quadro das políticas públicas educacionais brasileiras, desde o período da Nova república até os dias atuais.

O segundo capítulo (Educação e trabalho: a construção de uma relação educação trabalho no Brasil contemporâneo) nos apresenta como se dá a relação entre educação e trabalho no Brasil e como essa interligação foi construída na sociedade contemporânea brasileira. Busca-se apresentar as dificuldades enfrentadas pelos governos na implementação dessas políticas para o trabalho, bem como os avanços decorrentes de ações por vezes melhores elaboradas.

O terceiro capítulo (Metodologia da Pesquisa) traz o desenvolvimento metodológico do trabalho, como ele foi pensado e construído durante todo processo de sua formação.

No quarto capítulo (Apresentação e análise dos resultados da pesquisa) analisamos sistematicamente os dados de maneira clara e sistemática, baseando-se nas formas mais atuais de avaliação científica da esfera acadêmica.

CAPÍTULO I.

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: OS IMPACTOS
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS
BRASILEIRAS NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO E DO
TRABALHO NO BRASIL**

1.1. ACERCA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Atualmente observa-se uma mudança nos rumos das discussões acerca das políticas públicas educacionais, seja a nível nacional ou internacional (Ball e Mainardes, 2011). No Brasil, apesar do aumento das pesquisas nesta área, ainda busca-se uma consolidação neste campo. Esse fator pode ser justificado pois o campo de pesquisa em políticas educacionais no Brasil ainda é relativamente novo (Faria, 2005).

Apresenta-se na atualidade uma busca pela participação dos diferentes atores na construção e nas orientações das políticas públicas, algo que não seja imposto, mas que conduzam a uma “inter-relação mais forte entre pesquisa e política” (Mainardes, Ferreira e Tello, 2011), inserindo desta forma as mais diversas esferas do pensamento social em meio ao campo democrático. Azevedo pontua que:

“Sem dúvida, a sociedade brasileira avançou, neste período, na consolidação de canais de participação social e política e, por conseguinte, na elasticidade dos espaços democráticos que, assim, se tornaram mais permeáveis às demandas populares” (Azevedo, 2010, p. 29).

Na sua discussão sobre abordagem do ciclo de políticas, Mainardes pontua que “os profissionais que atuam nas escolas não são totalmente excluídos dos processos de formulação ou implementação de políticas” (Mainardes, 2006, p.50). Os autores, afirma Mainardes, indicam que o direcionamento das análises políticas devem “incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática.”

Para essa discussão Ball (2006) propôs um ciclo contínuo de três contextos principais que estão inter-relacionados, porém que não são lineares, temporais ou sequenciais (Mainardes, 2006). São o contexto de influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática.

A visão de política pública proposta por Ball (2006), introduz uma concepção que capta a dinâmica da política nos e entre os três níveis. No primeiro contexto, que ele vai chamar de influência, é onde as políticas públicas são construídas. “O contexto de influência está diretamente mais relacionado com interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas” (Mainardes, 2006, p. 52). No contexto de produção de texto os textos políticos são representados em forma de textos legais e políticos. Por último o contexto da prática está relacionado a uma série de atividades políticas e sociais. Portanto, nesse novo contexto as políticas públicas passam a ser reinventadas para que a sociedade tenha maior participação na construção dos seus próprios argumentos (Papadopoulos, 2005).

É visível a reorientação da participação da sociedade no meio político como forma de influenciar nas decisões do Estado. Mainardes, Ferreira e Tello pontuam que:

“Mais recentemente, surgiram propostas que defendem um envolvimento ativo dos atores educativos (professores, pais, diretores, gestores de nível médio e central) nas decisões sobre a produção e seleção de conhecimentos para a elaboração de políticas educacionais...” (Mainardes, Ferreira & Tello, 2011, p.148).

A construção das políticas públicas portanto deve ser algo sério e ético, pautado nas reais necessidades sociais e deve observar as consequências que esta ou aquela política trará para o ambiente social (Gewirtz e Cribb, 2011). Os autores vão discutir a respeito de valores na pesquisa social e colocam que “deve-se evitar as armadilhas da ingênua neutralidade em relação a valores e potencial fraqueza de tomar partido irrefletido dentro da pesquisa” (Gewirtz e Cribb, 2011, p.120).

Portanto a neutralidade na pesquisa nem sempre é o melhor caminho a ser seguido pelo pesquisador, sobre isso Gewirtz e Cribb colocam que:

“A princípio, não vemos motivos para que não se possa fazer uma boa e rigorosa pesquisa baseada em um compromisso de trazer mudanças sociais e políticas (embora prontamente reconheçamos que existem inúmeros riscos nesse caminho). De fato, argumentamos que os pesquisadores tem a responsabilidade de pensar sobre o papel que sua pesquisa desempenha ou poderá vir a desempenhar dentro dos contextos éticos e políticos das lutas nas quais está inserida” (Gewirtz & Cribb, 2011, p.120).

Existe então, uma preocupação em torno das políticas públicas para que elas possam sanar os problemas educacionais atuais. Esses direcionamentos para melhoria nos índices da educação, não são foco dos debates há pouco tempo (Tedesco, 2005). O contexto no qual a sociedade está inserida, demanda novos caminhos e portanto, exige-se mudanças imediatas nessas políticas. Segundo Ball:

“...as formas de emprego, as estruturas organizacionais, as culturas e os valores, os sistemas de financiamento, os papéis e os estilos de administração, as relações sociais e de pagamento e as condições das organizações públicas de bem-estar social têm sido sujeitos a mudanças genéricas” (Ball, 2006, p.23).

As novas roupagens das políticas públicas que passam a se estabelecer no cenário mundial, tanto no contexto político e económico, como nas demais áreas, sem dúvidas incide na educação e em suas políticas. Assim sendo, a política educacional articula-se com o projeto de sociedade que se pretende implantar ou está em curso em um determinado momento histórico ou conjuntura ao referencial normativo global de uma política (Azevedo, 2010). Esse projeto de sociedade é construído pelas forças sociais que têm poder de voz e de decisão e fazem chegar seus interesse até o Estado, influenciando na formulação e implementação das políticas.

Como qualquer ação humana, as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado. Portanto constroem-se a partir das representações sociais que cada sociedade desenvolve a respeito de si mesma (Azevedo, 2004). As representações sociais predominantes fornecem os valores,

normas e símbolos que estruturam as relações sociais e, desta forma, fazem-se presentes no sistema de dominação, atribuindo significados que vão orientar os processos de decisão, formulação e implementação das políticas (Azevedo, 2004). Pode-se entender esse aspecto muito bem segundo a afirmação de Foucault (1979, p.12) de que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”.

Após ter passado por graves crises, com destaque, e a princípio a crise de 1929, o Estado de Bem-estar social assumiu a dianteira na maneira como esse sistema trataria com sua população. O Estado de bem-estar social que surge na Alemanha durante o governo de Otton Von Bismark, no Final da Primeira Guerra Mundial já se havia espalhado por toda a Europa (Fausto, 1997). Nesse período entre guerras destacam-se o assistencialismo de programas que estavam ligados ao New Deal e outros que foram viabilizados dentro do continente europeu. Houve a partir de então um desenvolvimento no orçamento social, o sucesso da prática universalizou-se e ganhou espaço em meio ao mundo capitalista. Sobre essa questão, afirma Kerstenetzky:

“O crescimento do orçamento social trouxe consigo a universalização da *constituency* do EBES, para além dos pobres e das categorias ocupacionais. A classe média se torna uma vigorosa consumidora dos serviços e também uma importante provedora dos mesmos, já que se beneficia das oportunidades crescentes de emprego no setor público. É possível afirmar que a classe média foi a principal beneficiária do EBES. É bastante provável, contudo, que o próprio EBES, pelas oportunidades de mobilidade social que criou, tenha contribuído significativamente para a ampliação da classe média” (Kerstenetzky, 2011, p. 19).

É perceptível que esta postura do Estado vem sofrendo grandes alterações (Ball, 2006). O Novo Gerencialismo tem feito emergir a necessidade de novas relações entre Estado e Mercado, contribuindo assim para que novas políticas públicas sejam implementadas no rol social e levando a sociedade na inserção de um mundo com novos valores justificado na ideia de que esse novo contexto simplesmente nos direciona a uma realidade que já nos cerca (Apple, 2001).

A influência do novo gerencialismo tem feito emergir escolas com características de pequenas empresas, modificando assim valores e aspectos culturais até então bastante comuns no meio educacional. Apple coloca que:

“A título de exemplo, transforma-se a educação numa mercadoria a ser adquirida. Atualmente, o verdadeiro significado de democracia é um conjunto de práticas de consumo. O que outrora foi um conceito e uma prática política apoiados numa negociação e diálogo coletivo é, hoje em dia, um conceito “totalmente” económico. Atualmente, debaixo da influência do neoliberalismo, o verdadeiro significado de cidadania foi radicalmente transformado. Nos dias de hoje, em muitos países, o

cidadão é simplesmente um consumidor. O mundo é visto como um vasto supermercado” (Apple, 2001, p.17).

No caso específico do Brasil, se o processo de redemocratização do país trouxe a “democracia para todos”, não foi isso que ocorreu no campo económico, onde pode-se observar claramente um panorama excludente e privilegiador, como afirma Oliveira:

“No sistema capitalista, a compra/venda da força de trabalho e a exclusão social prevalecem em detrimento de interesses daqueles situados na base económica da sociedade. Em outras palavras, enquanto a democracia privilegia os interesses de todos, inclusive os economicamente em desvantagem, o mercado, ao contrário, favorece os situados no topo da estrutura económica, fortalecendo, dessa forma, os interesses dos grandes empresários e das elites económicas” (Oliveira, 2003, p.17).

Ressalta-se contudo, a preocupação de pesquisadores em torno dos impactos dessas novas tendências. Tais mudanças devem respeitar os diferentes valores e as diversidades sob a ótica das mais variadas vertentes, de maneira que fatores como a globalização não assuma uma forma de dominação por parte dos mais potentes (Blondel, 2005).

1.2. BREVE HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

As políticas públicas emergem a partir do choque de diferentes vertentes, sejam elas de ordem económicas, políticas, sociais etc. Elas visam porém atender o bem comum e as demandas sociais. Sendo porém circundada de diversos interesses, as políticas públicas são direcionadas de acordo com determinadas orientações, dessa forma, a questão social transforma-se em fato político, e as sugestões para solucioná-la constituem-se em elementos definidores de projetos e partidos políticos.

As políticas públicas educacionais brasileiras falam de leis, planeamentos, programas, enfim, ações do Estado que visam viabilizar e direcionar o desenvolvimento educacional do país. Como se sabe, a política social se inscreve na agenda de intervenção do Estado brasileiro no quadro das transformações associadas à Revolução de 30 e à Era Vargas (Melo, 2009).

Portanto a preocupação com políticas públicas no Brasil nasceu há pouco tempo. A trajetória histórica dessas políticas mantém uma clara relação com o Estado tradicionalista e elitista vivido em grande parte da sua história, que apesar de na primeira república viver um momento romântico acerca da percepção dos problemas sociais brasileiros e vendo a educação como ferramenta de transformação (Fausto, 1997) o Estado não desempenhou intervenções com políticas públicas que atendessem as necessidades sociais.

Com a economia voltada para uma base agroexportadora e sociedade que transitava em torno desta perspectiva económica, o Estado não era impulsionado a uma dinâmica que viesse a estabelecer bases para as políticas públicas educacionais atingirem a sociedade.

Foi somente a partir da primeira república que a educação passou a ser reclamada por alguns setores da sociedade como sendo necessária ao desenvolvimento do país. A década de 30 assiste a substituição do modelo de produção agrário pelo industrial e suas consequências no desenvolvimento urbano e no surgimento da necessidade de mão-de-obra qualificada acentuam a necessidade de bases educacionais que pudessem atender a sociedade brasileira, guiadas por políticas públicas bem direcionadas. Segundo Teixeira:

“Nos fins da década de 20 e 30, parecia, assim, que estávamos preparados para a reconstrução de nossas escolas. A consciência dos erros se fazia cada vez mais palpitante e o ambiente de preparação revolucionária era propício à reorganização. O país iniciou a jornada de 30 com um verdadeiro programa de reforma educacional. Nas revoluções, como nas guerras, sabe-se, porém, como elas começam mas não se sabe como acabam” (Teixeira, 1967, p. 26).

Sendo assim podemos identificar a década de 30 como sendo um momento de impulso para as políticas educacionais no país, principalmente a partir do Manifesto dos Pioneiros³ com Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo entre outros e com a Reforma Francisco Campos que instituiu o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

A partir dessa reforma vários decretos foram estabelecidos, modificando a maneira como eram vistas as políticas educacionais no Brasil, dentre os tais pode-se pontuar: 1) Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; 2) Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário. 3) Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. 4) Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário. 5) Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país. 6) Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador. 7) Decreto 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Em 1937 é instaurado no Brasil o Estado Novo, acompanhado inclusive com o fechamento do Congresso Nacional. A constituição ora vigente de 1934 é substituída por uma nova, que mais tarde ficaria conhecida como Polaca, por ter sido influenciada pela constituição polonesa que era baseada em aspetos fascistas.

³Representou um movimento em 1932 reivindicando para o Brasil as teorias da Escola Nova de Dewey. Sobre a temática vide: Ataíde de Almeida, 2001.

Em meio a esse período autoritário é feita uma nova reforma nas leis educacionais do país que a partir de então davam lugar as chamadas Leis Orgânicas do Ensino, dentre as quais vale salientar: 1) Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial. 2) Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). 3) Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário. 4) Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial. 5) Decretos-leis 8.529 e 8.530, de 2 de dezembro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal, respetivamente. 6) Decreto-lei 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). 7) Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Em fins da década de 40 emerge no país uma intensa discussão em torno da aprovação da nova Lei Educacional do país. Esse debate ideológico e de forças políticas e económicas duraria cerca de treze anos. De um lado, as fortes pressões conservadoras e privatistas; de outro, o Movimento em Defesa da Escola Pública, os Movimentos de Cultura Popular, o Movimento de Educação de Base, o Novo Manifesto.

Em 1961 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que apesar dos intensos embates de correntes progressistas, fortaleceu o setor privado e limitou a expansão e desenvolvimento do ensino público. Ainda com base na lei 4.024/61, em 1962 foi criado pelo Conselho Nacional de Educação o primeiro Plano Nacional de Educação, que traçava metas e estratégias para um período de oito anos.

O ano de 1964 assiste o golpe militar no país, que instaurou um período de forte repressão e inflexibilidade do governo que passou a governar com base em atos institucionais:

“Durante o regime militar, em função das transformações associadas às mudanças de regime político e reestruturação do sistema produtivo – e sua dinamização expressa nas altas taxas de crescimento do produto verificadas durante o ciclo expansivo (1968/73) – o eixo analítico se desloca da problemática da estagnação para a questão do desenvolvimento económico (ou crescimento) *versus* distribuição de renda. O objeto a ser investigado e quantificado são os efeitos redistributivos (regressivos ou positivos), de “respingamento” (*trickledowneffects*), sobre a renda real das camadas de menor ingresso, resultantes do crescimento económico. A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento (Tolipan e Tinelli, 1975), como ficou conhecido esse debate sobre políticas públicas e bem-estar social numa perspectiva dinâmica, prosperou num quadro de crítica ao regime militar, e passou ao largo de uma discussão sobre a política social. *O foco efetivo do debate eram os efeitos perversos das políticas públicas não explicitamente sociais, e a política social era referida como uma não-política, uma omissão que expressava pouca prioridade conferida aos aspetos distributivos pelo regime.* A incorporação da política social à dinâmica da acumulação expressa na constituição de complexos empresariais em torno da política social é entendida pelos críticos (dentro e fora do aparelho do Estado) como uma dimensão da não-política. Este debate na realidade, se processou em escala mundial sob o comando ideológico do Banco Mundial que passou a difundir a fórmula *Redistribution with Growth* (Brett, 1986), no que foi seguido pela OIT que introduziu a abordagem das *Basic Needs*” (Melo, 2009, p.16).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o sistema educacional brasileiro passou por um processo de modificação, culminando com a aprovação com a aprovação as atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que alterou a organização do sistema escolar, bem como a sua denominação.

1.2.1. Comparação da estrutura do sistema educacional brasileiro durante a República

Quadro 1. Estrutura do sistema educacional brasileiro anterior à reforma de 1971

Nível	Duração	Faixa Etária
Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
Escola primária	4 anos	De 7 a 10 anos
Ginásio	4 anos	De 11 a 14 anos
Colégio	3 anos	De 15 a 17 anos
Ensino Superior	Variável	Após 18 anos

Quadro 2. Estrutura do sistema educacional brasileiro anterior após a reforma de 1971

Nível	Duração	Faixa Etária
Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
1º grau obrigatório	8 anos	De 7 a 14 anos
2º grau	3 anos	De 15 a 17 anos
Ensino Superior	Variável	Após 17 anos

Quadro 3. Estrutura do sistema educacional brasileiro após a lei 9.394/96

Níveis e Subdivisões			Duração	Faixa Etária
Educação Básica	Educação Infantil	Creche	4 anos	De 0 a 3 anos
		Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
	Ensino Fundamental (Obrigatório)		8 anos	De 7 a 14 anos
	Ensino Médio		3 anos	De 15 a 17 anos
	Cursos por Área		Variável	Acima de 17 anos

Em 2001 foi aprovada a Lei nº 10.172/2001, que sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE). Em 06 de fevereiro de 2006, a lei nº 11.274, instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças com seis anos de idade, passando a agregar assim um número maior de crianças e estabelecendo uma obrigatoriedade do Estado com as políticas do ensino fundamental por maior tempo.

1.3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Com maior força a partir da década de 90 o Brasil assistiu a uma série de mudanças em seu cenário político e econômico. Observa-se um avanço do sistema neoliberal em nosso país e conseqüentemente um aumento da competitividade e é a partir de então que a educação passa a ser vista com outros olhos, pois uma ação mais desenvolvida e conseqüentemente competitiva, requeria uma população intelectualmente mais preparada.

A década de 90 assiste-se a uma clara intervenção das tendências económicas neoliberais na educação. A subserviência dos governos brasileiros a instituições internacionais de carácter económico como o FMI, traçou uma performance das políticas públicas educacionais, atreladas aos valores do mercado liberal. De acordo com Andriole:

“A estratégia liberal continua a mesma: colocar a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de “ascensão social” e de “democratização das oportunidades”. Por outro lado, a escola continua sendo um espaço com grande potencial de reflexão crítica da realidade, com incidência sobre a cultura das pessoas. O ato educativo contribui na acumulação subjetiva de forças contrárias à dominação, apesar da exclusão social, característica do descaso com as políticas públicas na maioria dos governos” (Andriole, 2002, p. 03).

O modelo neoliberal mostrou uma clara preocupação com a educação, vendo nesta o meio capaz de consolidar uma sociedade mais consumista e que pudesse gerar emprego e renda ao processo que se elevava em níveis educacionais, portanto investir em políticas públicas educacionais passa a ser uma das principais metas a serem atingidas, principalmente nos países latinos onde percebemos uma clara preocupação do banco mundial como afirma o seu presidente no início da década de noventa, segundo Andriole:

“Para quem duvida da priorização da educação no países pobres, observe o seguinte trecho do vice-presidente do Banco Mundial: “Para nós, não há maior prioridade na América Latina do que a educação. Entre 1987 e 1992 nosso programa anual de empréstimos para a educação na América Latina e o Caribe aumentou de 85 para 780 milhões de dólares, e antecipamos outro aumento para 1000 milhões em 1994”. Porém, não vamos nos iludir pensando que a grande tarefa dos mecanismos internacionais a serviço do capital é financiar a educação. Conforme análise de Sérgio Haddad, o principal meio de intervenção é a pressão sobre países devedores e a imposição de suas “assessorias”: “A contribuição mais importante do Banco Mundial deve ser seu trabalho de assessoria, concebido para ajudar os governos a desenvolver políticas educativas adequadas às especificidades de seus países. (...) O Banco Mundial é a principal fonte de assessoramento da política educativa, e outras agências seguem cada vez mais sua liderança” (Andriole, 2002, p. 04).

Não podemos pensar que os investimentos do Banco mundial foram simples incentivadores para o desenvolvimento educacional “existe uma coerência do discurso liberal sobre a educação no sentido de entendê-la como “definidora da competitividade entre as nações” e por se constituir numa condição de empregabilidade em períodos de crise económica.” Portanto observa-se um claro reflexo da intencionalidade de crescimento do capital tendo como ferramenta de apoio a própria educação.

1.3.1. Declaração de Jomtien e suas influências no Brasil

A inclusão da educação na Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento assinado por todos os países membros da ONU em 1948, através do Artigo XXVI que afirma que “toda pessoa tem direito à instrução”, deu base para que órgãos internacionais como a UNESCO viesse a desencadear uma série de ações que visavam contribuir com a articulação entre os países mundiais para o desenvolvimento educacional dos seus países.

Durante as décadas seguintes a UNESCO tomou a iniciativa pioneira de realizar quatro conferências regionais durante a década de 1960: em Karachi (1960), Adis Abeba (1961), Santiago (1962) e Trípoli (1966). Essas conferências conseguiram produzir um retrato da educação a nível mundial. Os resultados foram positivos, pois um grande número de crianças haviam-se matriculado, principalmente a América Latina, segundo dados da UNICEF.

A partir da década de 80, houve uma forte estagnação em diferentes países emergentes e pobres no âmbito da educação, que deteriorou o processo de desenvolvimento educacional como um todo. Pode-se destacar dentre outros fatores que colaboraram com esse problema a crise da dívida dos países subdesenvolvidos e o avanço do neoliberalismo. Se por um lado países mais pobres sofreram com aspectos relativos a crises económicas, políticas e sociais, por outro, alguns países economicamente mais desenvolvidos avançaram em diferentes pontos educacionais.

De 05 a 09 de março de 1990 o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien na Tailândia. Nessa discussão estava em pauta o problema do acesso à educação e a qualidade desta nos mais diversos países, bem como as relações desses problemas com as questões políticas e económicas mundiais. Todavia a meta principal era a revitalização do compromisso mundial de educar todos os cidadãos do planeta. No texto publicado pela UNESCO coloca-se que “o mundo teria que enfrentar um quadro sombrio de problemas”, referindo-se à decadência económica de diversos países, a guerras civis, aumento nos índices de violência entre outros.

Dessa reunião surge a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem” que traçaria a partir de então um panorama pelo qual os países deveriam se guiar para alcançar metas que viabilizassem uma educação que alcançasse e de qualidade para todos. Segundo seu relatório (WCEFA, 1990):

“Após a constatação deste cenário o documento segue apontando que graças as “novas forças” que emergiam no mundo - clima de esperança e possibilidades às vésperas do novo século, progresso rumo a dimensão pacífica e de maior cooperação entre as nações, a afirmação dos direitos das mulheres, novas realizações científicas e culturais, sobretudo, o aumento do volume de informações – “combinadas com a experiência acumulada de reformas, inovações, pesquisas, e

com o notável progresso em educação registrado em muitos países, fazem com que a meta de educação básica para todos - pela primeira vez na história - seja uma meta viável”.(WCEFA, 1990, p. 3).

Aqui é importante destacar que, conforme Torres (2001,p.20):“Educação para Todos’ equivale a ‘Educação Básica para Todos’ entendendo-se por educação básica uma educação capaz de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (NEBA) de crianças, jovens e adultos. As NEBAs, por sua vez, eram definidas como aqueles conhecimentos teóricos e práticos, destrezas, valores e atitudes que, em cada caso e em cada circunstância e momento concreto, tornam-se indispensáveis para que as pessoas possam encarar suas necessidades básicas em sete frentes:

1. a sobrevivência;
2. o desenvolvimento pleno de suas capacidades;
3. a conquista de uma vida e de um trabalho dignos;
4. uma participação plena no desenvolvimento;
5. a melhoria da qualidade de vida;
6. a tomada de decisões conscientes e
7. a possibilidade de continuar aprendendo”.

A partir destas considerações foram definidas as Estratégias[6] para a realização da Educação Básica para Todos que foram:

- Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem;
- Dar prioridade a meninas e mulheres;
- Dar atenção especial aos grupos desamparados;
- Concentrar a atenção mais na aprendizagem;
- Valorizar o ambiente para a aprendizagem;
- Fortalecer a articulação das ações;
- Ampliar o alcance e os meios da educação básica.

1.3.2. Movimento Todos Pela Educação

As políticas públicas educacionais atuais se apresentam com certo ceticismo, isso porque, há décadas que os sistemas de ensino e suas formas de gerência vêm se modificando (Tedesco, 2005). Para Tedesco (2005, p.59) “Uma olhada rápida na história das últimas décadas permite afirmar que se tentou de tudo no âmbito da educação, e, no entanto, os resultados são insignificantes”.

A busca por uma educação de qualidade para todos têm sido o discurso dos governos atuais (Buarque, 2011), isso se evidencia no novo cenário mundial que busca mais do que mão-de-obra formada e qualificada para o trabalho, exige-se profissionais que estejam

relacionados diretamente em meio a produção, como afirma Ball (2006, pg.15) “A tarefa e o dever do gerenciamento são “não mais restritos a autorizar e impor regras e procedimentos”, mas a “determinar como os empregados deveriam pensar e sentir sobre o que produzem”.

As políticas públicas educacionais no Brasil tem tomado foco na educação de qualidade, esse aspecto marcante não é apenas uma realidade no Brasil, mas também no mundo (Ordones, 2005; Gannicott e Throsby, 2005). Historicamente as políticas educacionais brasileiras estiveram voltadas para atender os interesses das elites (Buarque, 2011). A escola como meio de aspiração social, nunca escondeu sua relevante importância, todavia, suas carências e precariedades e principalmente a desigualdade de acesso e continuidade na escola são visíveis, como afirma Buarque:

“Essa constatação deriva de outra: o berço da desigualdade está na desigualdade do berço. O caminho rumo ao futuro desigual começa quando nascem as crianças. Algumas comem, outras não; algumas vão cedo para a escola, outras não; algumas permanecem na escola até a vida adulta, outras não. E, adultas, algumas conseguirão um bom emprego, graças à sua formação, outras não. No Brasil, a escola é a grande fábrica da desigualdade” (Buarque, 2011, p.10).

Em 2005 foi criado no Brasil o movimento Todos Pela Educação. O projeto do governo visava levar toda sociedade e setores públicos e privados à uma discussão coletiva que pudesse priorizar o desenvolvimento contínuo das políticas públicas educacionais. Segundo Shiroma, Garcia e Campos:

“O Compromisso Todos pela Educação visa mobilizar a iniciativa privada e organizações sociais do chamado “terceiro setor” para atuar de forma convergente, complementar e sinérgica com o Estado do provimento das políticas públicas. O ponto central de sua estratégia é a corresponsabilidade e a busca de eficiência, eficácia e efetividade. Seu enfoque é primordialmente voltado à melhoria da qualidade do ensino traduzida em indicadores mensuráveis obtidos por meio de avaliações externas.” (Shiroma, Garcia & Campos, 2011, p. 234).

Podemos citar Papadopoulos (2005); Hughes (2005); Tedesco (2005); Péano (2005); Buarque (2011), que apontam a deficiência dos investimentos como um dos principais fatores do problema da falta de qualidade na educação. Segundo Buarque:

“Os investimentos em educação é sem dúvida um dos fatores responsáveis por esse fracasso na área. Segundo dados do tesouro nacional pode-se perceber que, dos R\$ 36,6 bilhões que gastou com educação em 2009, o Governo Federal aplicou somente cerca de 3% na Educação Infantil, Fundamental e Média, que abrangem 51,5 milhões de alunos, 162 mil escolas públicas e 1,9 milhão de professores. Enquanto isso, investe 42,3% em 5 milhões de alunos, em 2,2 universidades federais e demais instituições de ensino superior, com 338 mil professores” (Buarque, 2011, p. 72).

Essa afirmação vem ser reforçada segundo parecer do CONAE (2011, p.26) que afirma que “Os efeitos da injustiça tributária atingem os mais pobres e menos escolarizados em decorrência do elevado peso dos tributos sobre bens e serviços e da má distribuição da tributação para esse grupo da população”.

Os recursos financeiros são essenciais para uma educação de qualidade, porém, mesmo nos lugares onde haviam investimentos os índices não foram satisfatórios, segundo afirma Tedesco:

“A falta de recursos financeiros foi um dos argumentos mais frequentemente citados para explicar os resultados limitados da ação educacional. Não há dúvida nenhuma de que, na maioria dos países, os recursos destinados à educação são escassos e, além disso, sujeitos a variações constantes em razão da instabilidade política ou da inflação. Contudo, as comparações internacionais indicam que, mesmo nos casos onde havia recursos financeiros, os resultados da educação foram igualmente insatisfatório” (Tedesco, 2005, p.61).

A respeito do financiamento dos sistemas educacionais. Péano (2005) questiona quem deveria pagar por ela, colocando como embates questões de tradição e natureza desse processo. Dentre os fatores principais está o valor que a sociedade dá a escola em relação ao Estado como um bem de direito gratuito, como afirma Peáno:

“Em geral há um amplo reconhecimento de que o estado tem uma obrigação como “promotor” e “equalizador” das oportunidades em matéria de educação. Mediante o financiamento e a destinação de recursos públicos, o Estado deve procurar oferecer os serviços mais “públicos” em termos económicos, de maneira a otimizar os benefícios sociais decorrentes” (Peáno, 2005, p. 73).

Os recursos financeiros são portanto importantes, porém não portam-se como a única ferramenta capaz de solucionar tais problemas. Cada vez que a participação da sociedade nas discussões mostra-se presente, tais questões são discutidas de maneira mais democráticas. Os governos populistas (1945-1964), apresentou uma maior participação popular. Várias manifestações populares fizeram emergir no contexto social brasileiro uma característica marcante da democracia.

A partir de 1964, com o golpe militar, as escolas foram marcadas pelo forte controle social do Estado. Professores e alunos ficaram submetidos á Lei 569/71, que visava formar trabalhadores que atendessem as necessidades do capital, este por sua vez estava sob o controle e intervenção estatal. Apesar do discurso de igualdade nos acessos, era criada uma massa de excluídos, onde atenuavam-se as diferenças sociais.

Com a constituição de 1988, os municípios passaram a ser considerados atores políticos no processo e no direcionamento da gestão social, integrantes legítimos portanto da esfera federal. A partir de então, os municípios ganham força e com a aprovação da Lei 9.394/96 é criado o Sistema Municipal de Ensino dando ao processo local maior autonomia em suas intervenções.

É na década de 1990 também que surge na América Latina a busca pelo fortalecimento da avaliação na gestão governamental. Ao se tratar da avaliação das políticas públicas no campo educacional, Oliveira (2003) e Ball (2006), chamam a atenção para aspetos conceituais e para a complexidade nesse campo. Sobre esta questão Faria (2005,

p.105) coloca que “o que se pode verificar na literatura é uma ênfase quase exaustiva na utilização instrumental, intraburocrática, da avaliação das políticas públicas”.

As reformas educacionais que vem se consolidando no mundo, estão em paralelo com a realidade das mudanças ocorridas no Brasil. Orientadas na busca pelo desenvolvimento económico do país, estão diretamente relacionadas a escola, trabalho e o mercado. Os desafios que mostram-se mediante as políticas públicas educacionais para o país, são oportunidade que implicam considerar a heterogeneidade da nação (Bacelar, 2003).

1.4. AS RECENTES POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A partir do Governo Lula assiste-se uma crescente expectativa do povo brasileiro que esperava imensas mudanças sociais. As ações do governo porém, pelo menos em seu início, denotaram uma continuidade das ações do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, dentre outros fatores devido aos vários acordos firmados com agências internacionais.

Dentre as Políticas Públicas Educacionais mais recentes, observamos que o Estado buscou dentre outras questões, manter o aluno por mais tempo na escola. Se por um lado obtivemos o aumento da carga horária desse estudante em sala de aula em relação aos dias letivos, por outro observa-se uma preocupação em que esses alunos possam manter-se a maior parte do dia dentro do ambiente escolar.

Daí é necessário analisar a questão do ensino integral, que há anos vem sendo discutido e trabalhado nos Planos Nacionais de Educação, que já preveem esse ensino. A grande questão é que o ensino integral vai além de uma escola que apenas coloque o aluno por mais tempo no ambiente escolar, é necessário que essa escola esteja preparada para desenvolver as diversas habilidades e competências necessárias em uma maior amplitude possível.

Várias ideias levantaram discussões que atingiram diretamente o posicionamento político do país e cruzaram-se com outras perspectivas. Pode-se citar por exemplo a redução da maior idade penal, nesse âmbito apelou-se para a educação integral como meio capaz de manter o menor em um espaço que lhe possa proporcionar um leque de atividades, reduzindo assim os níveis de envolvimento com a criminalidade infantojuvenil.

O governo federal pôs em prática o Projeto Mais Educação, que no turno posterior ao ensino regular desse estudante desenvolve atividades variadas em forma de oficinas. Tais atividades são trabalhadas por monitores que não precisam ser licenciados, porém, aptos a trabalhar com determinadas atividades, sendo a leitura matéria obrigatória nesse programa.

Até a década de 90 o grande discurso era garantir o direito de educação a todos os brasileiros. Assistimos hoje a busca pela qualidade do ensino e a manutenção desse aluno

na escola. É a partir daí que observamos vários programas e projetos do governo federal que visam assistir o aluno em suas necessidades. A merenda escolar, fardamento escolar, transporte e a relação entre a participação do estudante frequentando a escola e o recebimento do Bolsa Família, são ferramentas importantes nesse sentido.

Já o nível médio assiste uma enorme corrida em busca de atingir elevadas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pois a nota no ENEM representa muito mais que uma simples avaliação nesse nível é uma porta de entrada para a Universidade e também para a carreira profissional. Além das Universidades e Faculdades, cursos técnicos e até concursos públicos, como a Polícia Militar da Paraíba, já utilizam a nota do ENEM como meio de avaliação para adentra em uma nova etapa.

Junto a isso o governo cria incentivos financeiros junto às instituições particulares para a manutenção dos estudantes nesses cursos, uma vez que são caros. O FIES (Financiamento Estudantil) e o Prouni (Programa Universidade Para Todos), são exemplos desses financiamentos do governo federal. Todavia, tais políticas não conseguem atingir a massa que pretende alcançar o Ensino Superior, principalmente a partir da crise nacional, onde diversos custos foram reduzidos, inclusive dos programas estudantis.

Destacamos abaixo sistematicamente algumas das medidas implantadas:

1. O Programa Universidade para Todos – PROUNI, lançado em 2004, consiste em concessão de bolsas de estudo para alunos de graduação em universidades privadas. São concedidas bolsas parciais para os estudantes cuja renda familiar, por pessoa, seja de até três salários mínimos, e bolsas integrais para aquelas cuja renda familiar é inferior a um salário e meio. Como forma de incentivar as universidades a participarem do programa, tem sido oferecida a isenção de impostos. As críticas que estão sendo feitas a este programa encontram-se vinculadas à redução de expectativas dos jovens das camadas mais pobres de terem acesso ao ensino superior público (Pinto, 2009).
2. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, objetiva a ampliação de vagas nas Universidades e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. As críticas a este programa têm como base a preocupação desta ampliação das vagas estar associada unicamente ao aumento do número de alunos por professor, não demandando, contudo, novas formas de custeio (Pinto, 2009).
3. A instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB, em vigor desde janeiro de 2007,

encaminha recursos para a toda a Educação Básica, substituindo o FUNDEF, que vigorou de 1997 até 2006.

4. O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em 2007, diferentemente dos outros programas, constitui-se em uma espécie de programa guarda-chuva, sob o qual se alinham os demais programas e ações do governo para toda a educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior e pós-graduação). Pretende-se, ao que me parece, uma ação sistêmica por parte do governo.

A última ação/programa/política citada merece maior atenção pela sua complexidade. Vejamos: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, constitui-se em um conjunto de 52 ações; algumas delas foram incorporadas e outras foram sendo criadas. Tais ações encontram-se organizadas em quatro eixos, quais sejam: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica, Alfabetização e Educação Continuada.

Dentro desses eixos, as seguintes ações foram ora anexadas, ora criadas: FUNDEB, Pro-infância, Ensino Fundamental de nove anos, Provinha Brasil, Programas de apoio ao Ensino Médio, Luz para todos, Educacenso, Prova Brasil, PDE-Escola, Olimpíadas Brasileiras de Matemática das escolas públicas, Olimpíadas Brasileiras da Língua Portuguesa escrevendo o futuro, Mais Educação, Caminho da Escola, PNATE, Pró-escola, Proinfo, Biblioteca na Escola, Saúde na escola, Olhar Brasil, Educação Especial, Brasil alfabetizado, PNLA, Proeja, Projovem campo, Brasil profissionalizado, IFET, E-TEC Brasil, Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia, Piso Salarial do magistério, Sistema Nacional de Formação de Professores, Pripid, UAB, Pró-letramento, Pró-funcionário, Expansão do Ensino Superior, dentre outros.

O PDE tem como grande articulador “O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, o qual foi instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007. Propõe-se um novo regime de colaboração, que busca articular a atuação dos entes federados – Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Em seu corpus, 28 diretrizes dão forma e conteúdo a um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

A partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas – PAR. Para auxiliar na elaboração do PAR, o Ministério da Educação passou a oferecer o sistema chamado de SIMEC – Módulo PAR Plano de Metas –, integrado aos sistemas que já possuía,

e que pode ser acessado de qualquer computador conectado à internet, representando uma importante evolução tecnológica, com agilidade e transparência nos processos de elaboração, análise e apresentação de resultados dos PAR.

Como instrumento de referência de identificação dos municípios, o MEC conta com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o qual é um indicador calculado com base nos dados de rendimento do fluxo escolar e do desempenho dos alunos nos exames nacionais.

Podemos inferir, portanto, que nos governos que se seguem a partir da década de 90, há uma intensa influência do neoliberalismo económico internacional e os investimentos económicos são reduzidos e traçados com menor prioridade, além de que a política de governo caracteriza-se pela tradicionalidade governamental. A partir do governo Lula assistimos um maior número de investimentos na sociedade mais carente e maior participação da população nas ações políticas e sociais, bem como maior projeção das minorias buscando melhorias para suas necessidades.

CAPÍTULO II.

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: A CONSTRUÇÃO DE UMA
RELAÇÃO EDUCAÇÃO TRABALHO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

2.1. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO NO BRASIL

A educação é um tema amplo e a seu respeito podemos discorrer sobre alguns conceitos que todavia não cessam o pensamento em torno desta. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Para Morin (2006, p.39) “ela deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlatas, estimular o uso total da inteligência geral”. Para além das discussões e por elas influenciados, espera-se uma educação que possa desenvolver “uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidões, da sua capacidade de discernir e agir” (Delors, 1996, p.18).

O trabalho por sua vez é inerente à condição humana. Diferente dos animais nós seres humanos transformamos a natureza e dela tiramos nossas fontes de sobrevivência (Ferreti, 2009). O trabalho é essencial para a vida humana, ele “constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito” (Frigotto, 2001, p.74). Portanto trabalho e educação são atividades “essencialmente humanas” (Saviani, 2007) e interligadas entre si.

A educação para o trabalho no Brasil surge como forma de atender as demandas locais ainda no período colonial. De base agroexportadora a mão-de-obra escrava estava diretamente ligada ao trabalho forçado, essa por sua vez não tinha praticamente nenhuma ligação com a educação voltada para o trabalho, a pouca educação que tinham visava o catecismo e era feita pela Igreja Católica (Wehling e Wehling, 1999).

Os homens livres tinham a opção de aprender uma profissão por meio das corporações de ofício, que tinham normas rígidas de funcionamento de maneira que impediam o acesso por parte de escravos dentro desses grupos, portanto tais profissões eram exercidas exclusivamente por homens livres. Sendo assim, observa-se que o primeiro momento da educação para o trabalho no Brasil foi fortemente excludente e discriminatório (Saviani, 2007).

A chegada da família real ao Brasil, trouxe um novo direcionamento na educação, isso deveu-se ao fato da abertura de fábricas no país que até então estavam proibidas. No intuito de atender as necessidades da corte D. João VI autoriza o funcionamento da produção fabril. A mão-de-obra para esse setor era escassa e houve um processo de aprendizagem compulsória. Mais tarde as escolas passaram a funcionar dentro das próprias fábricas sendo denominadas posteriormente de Escolas de Fábricas.

Após a Proclamação da Independência e sob forte influência dos ideais liberais advindos da Revolução Francesa, o governo orientou-se por buscar novas diretrizes para o ensino público. Com a intensificação da produção manufatureira surgiram as sociedades civis que receberam o nome de Liceus. Os Liceus estavam voltados para “a formação profissional

compreendendo os conhecimentos relativos à agricultura, à arte, e ao comércio, na forma como são desenvolvidos pelas ciências morais e económicas” (Saviani, 2007, p.125).

Vale pontuar aqui que ainda no século XIX começa a surgir uma classe proletária e essa por sua vez dá passos de organização que mais tarde culminaria com as primeiras organizações sindicais que vão redirecionar o papel proletário frente ao capital e consequentemente sua relação com a educação (Rezende, 1994).

A cafeicultura foi a base para o processo de urbanização, segundo coloca Saviani (2007). Os cafeicultores ascendem à república e a partir de então uma nova ideologia passa a permear um novo projeto para o país sustentado no desenvolvimento a partir da industrialização (Fausto, 1997).

Na história educacional da nossa república, percebemos que num primeiro momento houve uma preocupação na universalização do ensino primário, se este foi bem-sucedido pode-se afirmar que não, pois não conseguiu atender toda a demanda que necessitava do ensino, por outro lado, criou a ideia de unicidade do ensino nacional de forma gratuita (Nosella, 1998).

A Escola Normal na Primeira República, deixou claro que sua intenção não era atingir o povo, seus métodos e pedagogia expressaram claramente essa afirmação, pois havia uma perfeita conformidade entre a elite que era direcionada pela escola para determinadas atividades (Nosella, 1998) e “a escola técnico-profissional continuou sendo organizada com o objetivo expresso de atender às classes populares” (Fausto, 1997, p. 273)

A partir da década de 30 temos uma política conciliatória entre a antiga oligarquia e a nova classe empresarial. Tal direcionamento político influenciou diretamente a educação nacional. A escola a partir de então abre as portas para o mundo do trabalho e é também nesse período que temos uma grande perda na qualidade da educação, segundo afirma Nosella:

“Em geral, a escola para o mundo do trabalho tornou-se uma escola-do-não-trabalho, isto é, uma escola do faz de conta. Seu currículo oculto “ensina” que é possível estudar sem muito “suar”, que o trabalhador foge do trabalho mal pago, duro, braçal, rotineiro, não tanto transformando este trabalho, e sim com diplomas escolares que exigem disciplina, aplicação, estudo, exames. O populismo mistifica o trabalho intelectual, desposando-o de toda ascese, pois encara a escola como um prolongamento dos cuidados familiares, como uma proteção ao mais fraco, como atividade mais ligada à assistência social do que a produção científico tecnológica.” (Nosella, 1998, pg. 174).

A educação profissional foi contemplada por meio das Reformas de Campanema de 1942 e 1943 de onde resultou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) e a regulamentação do ensino industrial, secundário e comercial. Essa reforma organizou a educação brasileira em dois níveis: a educação básica e a superior. Em meio a essa reforma foram também incluídos uma série de cursos profissionalizantes no intuito de atender as

demandas da industrialização crescente no país, além dos setores secundário e terciário (Saviani, 2007).

Os cursos profissionalizantes eram destinados aos jovens que não seguiriam a carreira universitária, criando assim uma clara aceção entre os que estariam aptos a desenvolver as ciências por meio da academia e aqueles que seriam a classe trabalhadora (Nosella, 1998).

Com a criação em 1942 do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), criado pelo Decreto-lei 4.048/42 este passou a administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país. O objetivo principal era formar mão-de-obra o mais rápido possível no intuito de atender as demandas do mercado. Mais tarde, em novembro do mesmo ano o Decreto-lei 4.984/42, regulamento a criação de Escolas de Aprendizes sob responsabilidade das empresas que tivessem mais de cem trabalhadores, tais escolas tinham o intuito de formar novos profissionais para atuarem naquele local e aperfeiçoar os trabalhadores que ali já desempenhavam sua função (Saviani, 2007).

A partir da queda do Estado Novo a Lei Orgânica do Ensino Industrial passou a sofrer mudanças. Em 1950, a Lei 1.076 flexibilizou o ingresso dos estudantes do ensino industrial, comercial e agrícola a ingressarem no curso clássico ou científico. Em 1953, a Lei 1.826/1953 facultava o direito de ingresso a todos que tivessem concluído o curso técnico.

Somente em 1961 com a criação das Diretrizes e Bases nº 4.024/61 é abolida a barreira contra o ensino profissional por meio da equivalência plena, colocando-se, formalmente, um fim na dualidade do ensino.

Em 1971, sob o governo militar há uma profunda reforma na educação básica promovida pela Lei nº 5.692/71, na tentativa de estruturar a educação de nível médio como sendo profissionalizante para todos. O resultado foi a não obtenção nem da profissionalização nem do ensino propedêutico. A compulsoriedade para a prática dessa estrutura limitou-se ao ensino público, pois as escolas particulares continuaram baseadas no ensino da ciência, arte e letras atendendo assim os interesses das elites.

Com a redemocratização do país as atenções voltam-se para a educação, as discussões em torno de políticas públicas educacionais acentuam-se e o foco gira em torno da busca por mudanças. Em 1996 a Nova LDB nº9394/96, configura o ensino médio como etapa final da Educação Básica. A Seção IV da LDB em seu artigo 35 coloca que:

“O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: **I** - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; **II** - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; **III** - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; **IV** - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (LDB nº9394/96, 1996, Art.º 35).

Quando analisamos esse artigo, ficam bem claros três pontos básicos que se esperam do ensino médio: formação do cidadão; formação para o trabalho e para a continuidade dos estudos. Sendo assim podemos perceber que a LDB traduz o papel do Ensino Médio que deve ir além do conhecimento teórico, o estudante tem por direito receber educação voltada para o trabalho (Brandão, 2010).

Sabemos porém que não é isso que ocorre no Brasil a precariedade do sistema de ensino, no tocante específico de encaminhar o jovem ao mercado de trabalho é precário. Segundo o parecer do Conselho Nacional de Educação (CONAE) ao Plano Nacional de Educação:

“No Brasil, a educação profissional, ou então, a “qualificação para o trabalho” (“CF – Artigo 205 – fini” ou “formação para o trabalho” (CF – Artigo 214 – IV), tradicionalmente, não tem sido colocada na pauta da sociedade brasileira como parte da educação universal. Até meados da década de oitenta do século passado ela ainda era associada ao conceito de “formação de mão de obra”, reproduzindo um dualismo presente na sociedade brasileira entre a educação das “elites” e a da maioria da população. Esse dualismo é fruto de nossa herança colonial e escravista, que influenciou negativamente, de forma preconceituosa, as relações sociais entre as chamadas “elites condutoras” e os operários, em especial aqueles que executam trabalhos manuais. Essa visão colonial de sociedade influenciou decisivamente a antiga visão de educação profissional” (Conselho Nacional de Educação, 2010, p.128).

Portanto fica claro que os problemas na educação profissional ainda carregam obstáculos a serem superados (Frigotto, 1997). Franco, fazendo uma comparação entre a política de educação profissional com o Brasil, México e Itália afirma:

“Na Itália, à semelhança dos demais países onde se desenvolve uma política efetiva de apoio a formação profissional diz respeito à formação para o trabalho que é complementar ao sistema de formação básica (primária e secundária) obrigatória. A complexidade do conceito de formação profissional está no seu referente, as transformações em curso nas empresas e no mundo do trabalho e da cultura” (Franco, 1998, pg.112).

Bray (2005) vai discutir a questão do ensino médio no tocante à privatização. Em seu discurso ele aponta escolas que foram totalmente ou parcialmente privatizadas. Segundo ele, mesmo não tendo uma profundidade nas avaliações, é sabido que as escolas particulares tem um melhor desenvolvimento que as escolas públicas. Todavia, essa afirmativa não é uma

regra geral, o autor cita que no caso da Índia escolas totalmente privatizadas são menos eficientes.

É claro que algumas questões ficam em aberto, como a vida dos alunos fora da escola, sua participação nos estudos extraclasse, além do que, para que se tenha uma melhor percepção de causa é necessário aprofundar questões culturais, pois estas estão diretamente ligadas a educação. Nesse sentido Bray faz uma importante colocação:

“Contudo, esse diagnóstico está longe de ser generalizável ou confirmado. Ainda é preciso que as escolas privadas e as públicas realmente concorram entre si e, portanto, tudo depende da maneira como os gestores das escolas públicas tratam essa concorrência. Na maior parte dos contextos, as escolas públicas e as privadas servem mercados diferentes” (Bray, 2005, pg. 92).

Uma escola de qualidade passa então a ser foco nas atenções acadêmicas. O ensino Médio como última fase escolar e responsável pela interligação entre escola e trabalho, passa a ter sua estrutura repensada, uma vez que seus índices demonstram um fracasso que abrange todo o território nacional. De acordo com Pacheco (2012):

“Cabe acrescentar que essa etapa educacional é pobre de sentido tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Nessa perspectiva, é necessário conferir-lhe uma identidade que possa contribuir para a formação integral dos estudantes. Uma formação voltada para a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental (para os filhos da classe operária) *versus* formação acadêmica (para os filhos das classes média-alta e alta)³⁶. Esse ensino médio deve ser orientado – em suas vertentes dirigidas tanto aos adolescentes quanto ao público da EJA – à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela se inserirem e atuarem de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos” (Pacheco, 2012, pg. 75).

A escola por sua vez mostra-se como reprodutora do capital (Ferreti, 2009). Alguns teóricos defendem que a escola apresenta-se como um “instrumento de seleção dos indivíduos” (Bertrand, 2005). Kuenzer coloca que com os impactos da reestruturação produtiva, tem-se mostrado “uma face perversa, servindo a escola de instância de seleção prévia (Kuenzer, 1998, p.68).

Em 2003 é apresentado o Decreto nº 5.154/04 que atualmente regula a Educação Profissional no país. O decreto discorre princípios e diretrizes do ensino médio integrando a educação nacional. Os valores do novo mercado apresentam-se frente à educação e dela exige respostas imediatas para a formação de pessoas, como já afirmava Nosella no final do século XX (Nosella, 1998).

A discussão acerca do novo contexto no qual está inserida a educação e o trabalho ainda durará. Porém, “não existe sistema ideal, que o importante são as condições reais de funcionamento dos sistemas e sua coerência com o ambiente institucional e cultural, como também com as tradições nacionais” (Bertrand, 2005, p. 139).

2.2. EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO DO LIBERALISMO/ NEOLIBERALISMO ECONÓMICO: EMPREGO E DESEMPREGO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A partir do que pode-se compreender da perspectiva atual entre educação e trabalho, vale salientar se a proposta que ora é apresentada no curso do desenvolvimento e da relação dessas duas esferas, realmente visa desenvolver a educação para a qualificação profissional com fins bem estabelecidos ou é reflexo de políticas económicas atreladas aos interesses do mercado ou se ainda é consequência da precariedade educacional nesse eixo.

É possível observar que nos últimos trinta anos houve significativas mudanças no que se refere ao processo educacional, influenciado diretamente pelos avanços do capitalismo e suas novas tendências. Esses aspetos alteraram diretamente a compreensão e direcionamento das orientações pedagógicas que passam a ter foco de importância para o mercado financeiro capitalista (Antunes, 2012).

Ao mesmo tempo que se assiste a uma expansão do mercado financeiro, mesmo em meio a crises económicas locais e em alguns aspetos globais, observa-se uma fragilização do setor trabalhista no que diz respeito à sua flexibilização (contratos de tempo parcial, subcontratação, terceirização, etc.) frente às estruturas patronais. Tal enfraquecimento diz respeito a uma série de fatores dos quais podemos citar a fragilização das associações trabalhistas frente às reivindicações coletivas, a relação emprego-desemprego e ainda a qualificação profissional da massa trabalhadora.

Nesse contexto a educação emerge como instrumento de qualificação e meio para ascensão no setor trabalhista capaz de possibilitar a competitividade e acirrar a concorrência, adaptando os trabalhadores frente às mudanças e exigências do mercado. Portanto cabe ainda dizer que ferramentas tecnológicas ocupam importante papel nesse cenário, tendo importante função na supressão do trabalho. Entidades financeiras mundiais mostram importante interesse nesse sentido, como observamos a partir do que afirma o Banco Mundial:

“Detalhados estudos econométricos indicam que as taxas de investimentos e os graus iniciais de instrução constituem robustos fatores de previsão de crescimento futuro. Se nada mais mudar, quanto mais instruídos forem os trabalhadores de um país, maiores serão suas possibilidades de absorver as tecnologias predominantes, e assim chegar a um crescimento rápido da produção. (...) O desenvolvimento económico oferece aos participantes do mercado de trabalho oportunidades novas e em rápida mudança” (Banco Mundial, 1995:26-35).

As exigências das instituições internacionais são diversificadas, atuam de acordo com a situação do país em destaque. No caso específico do Brasil essas diretrizes chocam-se com variados problemas estruturais e sociais do país que há anos não são superados. Problemas como o acesso e a qualidade do ensino, saúde, segurança, moradia, enfim,

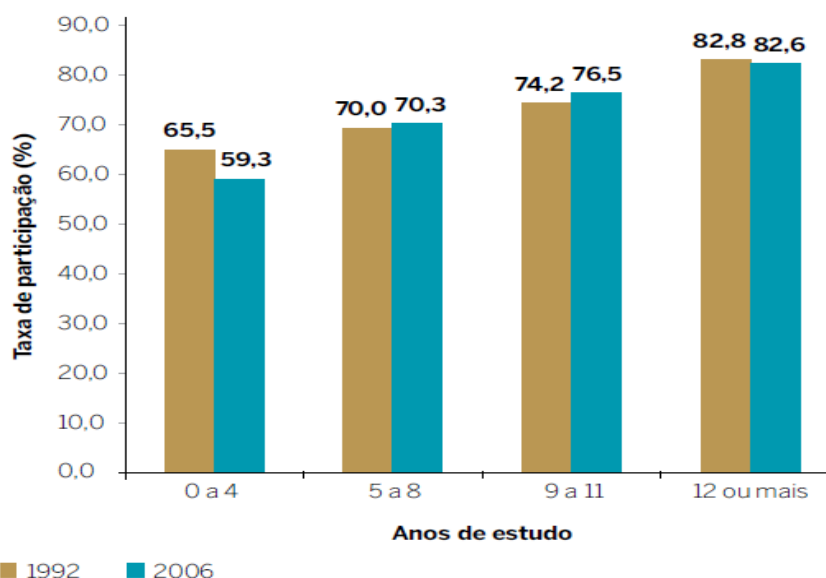
condições básicas para o desenvolvimento social que são suplantados da população, negam-lhe o direito de uma aplicação plena da cidadania e portanto estabelecem barreiras para o avanço das diretrizes internacionais.

É possível observar acerca da racionalização do capitalismo nas últimas três décadas que as mudanças superestruturais desse sistema nos legaram um retrato diferenciado acerca de como viamos o sistema capitalista. O desemprego, fator em questão, não está diretamente relacionado ao fracasso econômico, pode-se observar o crescimento da economia em contrapartida identificar uma decadência na geração de empregos. Portanto é possível fazer a leitura de que a população brasileira não conseguiu alcançar a demanda necessária para estar inserida dentro das exigências do mercado.

A ideia neoliberal acaba transferindo para os indivíduos a responsabilidade da exclusão social, desta feita a escola surge como meio capaz de alavancar socialmente o indivíduo, tal compreensão é parte da memória social em torno de perspectivas passadas como o tecnicismo, onde a partir da escolarização tecnicista, compreendia-se que consequentemente haveria uma vaga no mercado de trabalho. Nessa fase da história educacional brasileira, a educação estava estritamente ligada aos paradigmas impostos pela industrialização acelerada e portanto cabia-lhe suprir as demandas de mão-de-obra naquele momento. Tal aspeto perde essa essência quando observamos que grande parte das pessoas que atingem graus de escolarização, ainda que elevados não conseguem garantir sua vaga de emprego.

A escola porém, ainda tem papel fundamental na dinâmica de inserção de mão-de-obra no mercado de trabalho, ela porém passa a tornar-se mais um subsídio necessário rumo à empregabilidade, uma vez que o Estado acaba passando essa responsabilidade ao cidadão e este por sua vez torna-se responsável pelo seu sucesso profissional como um todo, independentemente das dificuldades e possibilidades a ele empenhadas.

Gráfico 1. Taxa de participação no mercado de trabalho por escolaridade



Embora compreendamos que a escola não está mais submissa a todos os ditames do mercado quando questionado, o aluno-trabalhador sempre aborda o trabalho como maior motivação pessoal que o impele à escola. Frases como “estudo para ser alguém na vida”, “o mundo está cheio de oportunidade, temos de correr atrás” ou “todos que são prósperos foram pela escola” são alguns fragmentos extraídos dos instrumentos de pesquisa aplicados junto aos alunos-trabalhadores.

O simples fato do crescimento do mercado não garante que haja uma melhoria na qualidade de vida do trabalhador. A expansão e as mudanças constantes do capitalismo torna o mercado cada vez mais complexo e imprevisível. A expansão da China por exemplo visa um aumento da produção com base em baixos custos com o trabalho e sem condições básicas para o desenvolvimento do mesmo, como afirma Antunes:

“Várias fábricas de calçados, por exemplo, transferiram-se da região de Franca, no interior do Estado de São Paulo, ou da região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, para estados do Nordeste, como Ceará e Bahia e hoje começaram a pensar em transferir parcela de sua produção para o solo chinês. Indústrias consideradas modernas, do ramo metalomecânico e eletrônico, transferiram-se da Região da Grande São Paulo para áreas do interior paulista [...] hoje examinam possibilidades de transferência de parte da produção para a China” (Antunes, 2007, p.52)

No entanto, como bem salienta Pochmann, ao se tomar como medida o período 1940-1980, é possível observar um crescimento das relações formais de trabalho no Brasil, que ocorreu, sobretudo, por força da introdução do projeto de industrialização nacional (de forma intensa entre 1950 e 1980), bem como devido à institucionalização das relações de

trabalho por meio de um conjunto de normas legais estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em junho de 1943. No período, o trabalho assalariado, com registro em carteira profissional, cresceu de 12,1% para 49,2%, o que significa, em termos absolutos, uma variação anual de 484,2 mil trabalhadores. Isso permite observar que, de acordo com dados do IBGE, de cada dez ocupações geradas, oito eram assalariadas, sendo sete com registro e uma sem registro (Pochmann, 1998).

No Brasil, a PEA urbana de ocupados assalariados passou de 42%, em 1940, para 62,8%, em 1980. Nesse contexto, é importante salientar, a sociedade permaneceu desigual, a renda continuou sendo concentrada e permaneceram os problemas de informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos (Pochmann, 1998). Em 1983, os 50% mais pobres da população se apropriavam de apenas 13,6% da renda total do país, enquanto os 10% mais ricos detinham 46,2%.

No período analisado, o salário mínimo foi perdendo poder de compra ao mesmo tempo que elevados índices de crescimento económico eram registrados pelo Produto Interno Bruto; ao mesmo tempo, cada vez mais horas de trabalho eram necessárias para a compra da ração essencial. O país se urbanizou e algumas conquistas sociais foram observadas, como o crescimento da esperança média de vida, que passou de 45,9 anos em 1950 para 60 em 1980, indicando melhorias nas condições gerais de saúde e atendimento médico. Também as taxas de analfabetismo foram decrescendo constantemente, passando de 53,9% entre os homens e 60,6% entre as mulheres em 1950, para 34,9% e 35,2%, respectivamente, em 1980 (Fausto, 1998). Os endividamentos externos, que geraram uma hiperinflação no Brasil da década de 80 geraram uma grave crise no trabalho refletido em uma gama de desempregados, mesmo nos anos de recuperação como o final da década de 80 e primeiros anos da década de noventa, assistiu-se uma enorme crise do trabalho. Dentre alguns fatores Pochmann (1998) destaca a orientação das políticas públicas brasileiras em torno do neoliberalismo norte-americano, que barrou o projeto de industrialização no país, dando início a uma fase de privatizações e consequente redirecionamentos na estrutura trabalhista desses setores.

2.3. RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO: CONTRADIÇÕES E ARGUMENTOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Concebe-se na visão comum ou mesmo naquilo que o neoliberalismo busca expressar que a educação é capaz de garantir o emprego, sendo este um instrumento de ascensão social. Logo entenderíamos que o fato de estudar nos levaria ao emprego e que quanto mais se estuda melhor seria o montante salarial. Até certo ponto tal assertiva

corresponde a uma realidade, entendendo que a educação está diretamente ligada a qualificação do trabalhador, mantendo-o em meio a um panorama de competitividade em relação aos demais trabalhadores.

Por outro lado cabe-nos questionamentos acerca do número de desempregados que estudam ou estudaram mesmo em níveis elevados como uma graduação. Portanto observamos que esses grandes índices contrapõem a ideia de que a educação é fator principal para que o trabalhador consiga galgar degraus em sua carreira profissional. Em primeiro lugar é notório colocar que grande parte da população brasileira não tem acesso aos meios necessários para o desenvolvimento educacional do ser humano. Tal aspecto que é um direito e um dos pilares do desenvolvimento humano, previsto na própria constituição, na prática não é cumprido. As pesquisas recentes sobre reestruturação em vários setores estão apontando para a intensificação do trabalho e não para conteúdos mais sofisticados e elaborados das atividades ou, para maior autonomia dos trabalhadores, que justificariam efetivamente maior escolaridade e qualificação (Segnini, 2000).

Um outro fator preponderante nas relações entre educação e trabalho está na questão do gênero. É inegável que a mulher ganhou uma maior notoriedade nas mais diversas áreas da sociedade, todavia, questões inerentes ao meio do trabalho ainda relega ao sexo feminino uma série de fatores que são geradores de desigualdades entre homens e mulheres no Brasil. É possível observar que há uma grande participação da mulher em empregos domésticos, enquanto as mulheres que são empregadoras ocupam um percentual mínimo.

CAPÍTULO III.

METODOLOGIA DA PESQUISA

“É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade.”

Immanuel Kant

A investigação científica depende de um conjunto de procedimentos no sentido de atingir o objetivo especificado, seja para descobrir ou explicar algo. Para tal procede-se de diferentes formas de acordo com as necessidades e demandas ora apresentadas, seguindo determinados padrões e técnicas científicas no desenvolvimento do trabalho de pesquisa (Silva e Menezes 2004).

Quanto à natureza a pesquisa pode ser básica ou aplicada, no que se refere, quanto a forma de abordagem ela pode ser quantitativa, onde os elementos e dados numéricos tem maior destaque ou qualitativa, que sede espaço para interpretações e análises sem ter como foco principal os dados estatísticos. A pesquisa pode ser ainda quanti-qualitativa onde ambas as abordagens podem ser utilizadas (Moresi, 2003).

O interesse da pesquisa não é simplesmente uma descrição dos dados levantados, cabe dentro dela a interpretação desses dados contextualizando-o e gerando assim novos conhecimentos. Toda pesquisa deve portanto ter pressupostos teóricos onde o pesquisador embasará suas informações no campo teórico (Silva e Menezes 2004).

Os procedimentos técnicos deverão estar propostos de acordo com os objetivos da pesquisa que por sua vez acaba exigindo desta os procedimentos necessários de acordo com a demanda exigida pelo trabalho.

3.1. OBJETIVOS

3.1.1. Objetivo Geral

Analisar como as Políticas Públicas na área de educação, implementadas pelo Estado no município de Ipojuca, atendem as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape.

3.1.2. Objetivos Específicos

- Mapear as Políticas Públicas Educacionais do município de Ipojuca, voltadas para atender os estudantes que se direcionam ao mercado de trabalho do Polo Industrial Portuário de Suape;
- Identificar como as Políticas Públicas Educacionais do município de Ipojuca têm contribuído para a qualificação do estudante que adentra o mercado de trabalho na Zona Industrial Portuária de Suape;
- Verificar como as Políticas Públicas em Ipojuca têm contribuído na formação do jovem, frente ao mercado de trabalho do Polo Industrial Portuário de Suape;

- Identificar os motivos que levam os jovens nas escolas de Ipojuca a buscarem a qualificação para o mercado de trabalho verificando como eles veem essa qualificação;
- Analisar como os estudantes das escolas públicas de Ipojuca percebem as políticas educacionais em sua formação para o mercado de trabalho.

3.2. HIPÓTESE

As políticas públicas educacionais implementadas pelo Estado no município de Ipojuca não atendem à demanda de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape/PE, refletindo portanto, em um *déficit* de profissionais qualificados para atender esse mercado de trabalho cada vez mais expansivo nessa região.

3.3. MÉTODOS DA PESQUISA

Entendemos por pesquisa o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Portanto pesquisar exige regras sistemáticas e conhecimento científico claro e objetivo no intuito de solucionar determinadas questões.

No processo de investigação científica, pode-se destacar dois métodos eficazes de trabalho que são chamados de Quantitativo e Qualitativo. Ambos podem ser utilizados individualmente ou conjuntamente em uma pesquisa, dependendo da abordagem que é feita em meio ao trabalho, porém, quando utilizados ao mesmo tempo, proporcionam um vasto e abrangente material para o pesquisador. Sobre essa questão afirmam Laville e Dione:

“Os adversários propõem respeitar mais o real. Quando se trata do real humano, afirmam, tentemos conhecer as motivações, as representações, consideremos os valores, mesmo se dificilmente quantificáveis; deixemos falar o real a seu modo e o escutemos. Os defensores da quantificação apenas das características objetivamente mensuráveis respondem, então, que esse encontro incontrolado de subjetividades que se adicionam só pode conduzir ao saber "mole", de pouca validade. Esquecem, desse modo, que para construir suas quantificações, tiveram que afastar inúmeros fatores e aplicar inúmeras convenções estatísticas que, do real estudado, corre-se o risco de não ter restado grande substância. Mas é verdade que o que resta é assegurado por um procedimento muito rigoroso, testado e preciso. E alguns gostam de afirmar que são as exigências estritas desse rigor que afastam os pesquisadores qualitativos (o que infelizmente parece, as vezes, correto, sobretudo em vista do saber matemático e do estatístico necessário!)” (Laville & Dione, 1999, p. 43).

Observamos portanto fatores que separam ambos os métodos, porém compreendemos a importância de cada um e que eles podem em conjunto ser essencial para o trabalho científico. De uma maneira geral, atribui-se ao Método Quantitativo, o caráter

positivista e mecânico da análise numérica de dados acumulados ao longo da pesquisa, o que ocasionaria uma fria e distante análise do objeto estudado. Quanto ao Método Qualitativo, obteríamos uma análise muito mais voltada para o social, encontrando vários meios para a obtenção de resultados propostos no início da pesquisa. Nesse sentido, afirma ainda Warner:

“(...) Mas entendo que, qualquer que seja o modelo a ser adotado pelos programas, a pesquisa deve estar na base de sustentação das tarefas que pretendam realizar e que seja definida com precisão em seus níveis, alcances e objetivos, todos eles passíveis de serem efetivamente atingidos” (Warner, 1990, p. 74).

Esta pesquisa foca ambos os procedimentos científicos. Por um lado destaca-se o quantitativo, dada a importância do elemento quantificável necessário a um número elevado de sujeitos. Este procedimento quantitativo assegura maior confiabilidade com relação aos critérios de sujeitos envolvidos. Segundo Richardson podemos assim defini-lo:

“(...) O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, de análise de regressão etc.” (Richardson, 2008, p. 70)

A utilização desse método portanto, garante uma maior segurança com relação a possíveis distorções dos dados elencados dentro da pesquisa, uma vez que essa orientação, foca números e reforça a ideia de garantia daquilo que se defende. Logo, a partir da ênfase na coleta de dados “é feita a análise com o auxílio da estatística ou outras técnicas matemáticas” (Moreira, 2004).

Portanto o método quantitativo busca uma solução instantânea com base nos números, visando respostas embasadas em um raciocínio lógico dedutivo. Assimila-se então uma pesquisa focada em dados numéricos, onde o reflexo da análise é projetado a partir de dados e não de uma simples interpretação observativa.

Tal paradigma fundamenta-se em uma proposta de influência positivista, tendo como base os atributos mensuráveis da experiência humana. Vale dizer entretanto que tal método de pesquisa utiliza métodos estruturados como ferramentas de análise e coleta os dados mediante condições de controle. Tais aspectos aumentam a confiabilidade os dados obtidos a partir desse método.

Já o método qualitativo, é caracterizado como a compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos objetos estudados, já que as observações são feitas de forma não estruturadas, além desse aspecto diz-se da pesquisa qualitativa que ela é a construção da realidade, sendo percebida como um ato subjetivo de construção (Günther, 2006), baseada em textos que são analisados hermenêuticamente. Constituem técnicas utilizadas por essa abordagem, a observação participante, a pesquisa-

ação, pesquisa de campo, análise documental, as histórias de vida, a etnografia, os estudos culturais, etc. Numa percepção abrangente do termo qualitativo em pesquisa pontua Chizzotti:

“O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.” (Chizzotti, 2003, p. 221).

Assim, compreendemos que diferentemente do método quantitativo, o Qualitativo não tem os dados estatísticos como foco principal da pesquisa. Os dados pesquisados nessa forma de análise não são expressos em números ou quando o são, ficam remetidos em menor grau de importância. A ideia central desse método é entender a natureza do problema, compreender aspectos essenciais que não podem ser expressos em números, pois são situações complexas e que pedem uma avaliação mais humana do que matemática, logo, uma compreensão puramente numérica tornaria pobre o seu significado. São exemplos desse fato: estudos de fatos do passado ou referentes a grupos que se dispõe de poucas informações a seu respeito; estudo de aspectos psicológicos referentes à análise de atitudes, motivações, expectativas e valores; além de estudos de indicadores do funcionamento de estruturas sociais. Nesses casos, não quer dizer que esses aspectos não possam ser estudados quantitativamente, mas, que se o fossem se tornariam irrelevantes. Sobre uma análise qualitativa afirmam Laville e Dione (1999, p. 44):

“Um saber que repousa sobre a interpretação não possibilita necessariamente um procedimento experimental e quantificador nem a reprodutibilidade, ainda que isso não seja excluído. Mas, com frequência, é a mente do pesquisador que, a seu modo, e por diversas razões, efetua as escolhas e as interpretações evocadas anteriormente. E esse modo e essas razões que são o objeto da objetivação: de uma parte, do lado do pesquisador do qual se espera que tome metodicamente consciência desses fatores e os racionalize; de outra, do lado daquele ao qual serão comunicados os resultados da pesquisa, que espera que o pesquisador lhe informe tudo para que possa julgar a validade dos saberes produzidos. E esse princípio de objetivação que fundamenta a regra da prova e define a objetividade. Poder-se-ia dizer que a objetividade repousa sobre a *objetivação da subjetividade*” (Laville & Dione, 1999, p. 44).

Portanto, após essa breve abordagem de ambos os métodos de pesquisa, entendemos a importância da utilização de um e de outro neste trabalho. Logo, justifica-se a utilização dessas duas formas de análise científica, configurando assim um estudo Qualiquanti, isto é, baseado em princípios qualitativos e quantitativos.

3.4. LOCUS DA PESQUISA

Essa pesquisa foi realizada em quatro escolas da rede estadual de ensino de Pernambuco localizadas no município de Ipojuca/PE a 57 Km do Recife, capital do Estado- destacado no mapa abaixo, concentradas em quatro bairros diferentes, sendo esses os bairros distritais do município.

Mapa 1. Mapa do Estado de Pernambuco com destaque para a cidade de Ipojuca e o Complexo Industrial Portuário de Suape-PE.



Fonte: Auta Laurentino (2011)

As escolas foram classificadas como Escola A, Escola B, Escola C e Escola D, desta feita manteremos o devido sigilo quanto aos participantes da pesquisa de acordo com o que coloca a lei 196/96 do Conselho de Ética em Pesquisa. Tais escolas agrupam os estudantes do Ensino Médio do município que estão em fase de inserção no mercado de trabalho, bem como estão localizadas nos maiores polos populacionais e de importância urbanística e económica do município.

A Escola A tem uma estrutura de oito salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, um laboratório de análises químicas, uma secretaria, sala da diretoria, cozinha, dois banheiros, pátio e quadra. Portanto percebe-se uma estrutura relativamente adaptada as necessidades dos estudantes ali matriculados.

A Escola A atende um público de 466 alunos, nas modalidades do Ensino Fundamental série finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Suas turmas estão distribuídas nos turnos da manhã, tarde e noite, sendo que a modalidade da Educação de Jovens e Adultos só é ofertada no turno da noite.

A Escola B tem uma estrutura de seis salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma secretaria, sala da diretoria, cozinha, dois banheiros e pátio. Em relação a esta escola percebe-se uma estrutura com algumas deficiências em relação a

demanda dos estudantes, pois não possui quadra poliesportiva e a biblioteca e o laboratório de informática são muito pequenos.

A Escola B atende um público de 800 alunos, nas modalidades do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Suas turmas estão distribuídas nos turnos da manhã, tarde e noite, sendo que a modalidade da Educação de Jovens e Adultos só é ofertada no turno da noite.

A Escola C tem uma estrutura de oito salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, um laboratório de análises químicas, uma secretaria, sala da diretoria, cozinha, dois banheiros, pátio e quadra. Portanto percebe-se uma estrutura relativamente adaptada as necessidades dos estudantes ali matriculados.

A Escola C atende um público de 600 alunos, na modalidade do Ensino Médio. Suas turmas estão distribuídas nos turnos da manhã e tarde e o ensino ofertado é o integral, onde os estudantes passam a parte da manhã estudando as disciplinas específicas do currículo oficial e no turno da tarde desenvolve outras atividades.

A Escola D tem uma estrutura de doze salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, um laboratório de análises químicas, uma secretaria, sala da diretoria, cozinha, quatro banheiros, pátio e quadra. Portanto percebe-se uma estrutura relativamente adaptada as necessidades dos estudantes ali matriculados.

A Escola D atende um público de 900 alunos, nas modalidades do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Suas turmas estão distribuídas nos turnos da manhã, tarde e noite, sendo que a modalidade da Educação de Jovens e Adultos só é ofertada no turno da noite.

A importância que a cidade desenvolveu no cenário econômico a partir da expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape no estado de Pernambuco, gerou um aumento econômico, populacional e urbanístico da região e consequentemente exigiu novas perspectivas educacionais para a população.

Os crescentes avanços tecnológicos e o acelerado desenvolvimento econômico da região, a partir do Complexo em questão que hoje é referência mundial, tem feito emergir uma vasta necessidade de mão-de-obra qualificada, o que pede uma reorientação das Políticas Públicas Educacionais dentro do município, fatores que justificam o locus da presente pesquisa.

3.4.1. Contextualizando o Local e a População de Estudo

A história do município de Ipojuca, localizado no litoral sul de Pernambuco, confunde-se com a história da cana-de-açúcar no estado (RPHAN, V. 13 1956). Por esta característica e por sua localização geográfica, Ipojuca é sempre pensado como um município da Zona da

Mata pernambucana. Aliás, assim o foi até 05 de janeiro de 1994, quando por decisão do Governador Joaquim Francisco, Ipojuca passou a fazer parte da mesorregião de desenvolvimento intitulada Região Metropolitana de Recife (Agenda 21, 2008). A inclusão de Ipojuca nesta mesorregião obedeceu a fatores de ordem estratégica para o desenvolvimento do município, considerando-se a importância do turismo e da indústria na região. A microrregião de desenvolvimento do município é a microrregião de SUAPE.

O sistema urbano de Ipojuca está na Sede do Município, nos distritos de Nossa de Senhora de Ó e de Camela e, ainda, nos aglomerados urbanos de suas praias, principalmente, Porto de Galinhas, que já transpõe fronteiras nacionais e internacionais como atração turística.

Em termos citadinos, Ipojuca tem algumas características que são comuns aos municípios litorâneos de Pernambuco. Entre estas características estão as como as precárias condições ambientais e a baixa qualidade de vida pela carência de infraestrutura econômica e social (capital social básico), por um lado, e, por outro, a expansão das atividades econômicas agro-urbano-industrial e do turismo.

Toda esta conjunção de fatores tem contribuído tanto para a expulsão do homem do meio rural, como para a sua atração para os aglomerados urbanos. Migração esta que tem contribuído para a formação de populações difusas no município e adjacências. Este problema se agrava enormemente pela inexistência de políticas de habitação eficientes.

O município de Ipojuca ocupa uma área de 531,25 Km², que corresponde à aproximadamente 0,5% do território total do estado, e é envolvido por uma poligonal de 111,79 km de extensão. A sua sede se encontra a uma altitude de 10 m, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude de 08 graus, 24 minutos e 00 segundos; e longitude de 35 graus, 03 minutos 45 segundos.

O limite ⁴leste de Ipojuca se dá com o Oceano Atlântico, enquanto o limite norte se dá com o município do Cabo de Santo Agostinho, o limite sul com Sirinhaém e oeste com Escada.

O grau de desruralização e precaríssima urbanização do município só tem aumentado, pelo menos nos últimos sessenta anos. Em 1940, apenas 13,67% da população vivia na área urbana, enquanto em 2000, 67,99% desta população vivia na área da cidade, esse número só tende a subir e em 2010 a estimativa é de 76,87%. A expulsão do campo aconteceu sem erro e em demasia. A absorção no emprego, no entanto e por sua vez, não foi capaz de cumprir o prometido. Não à taxa de migração ocorrida. O inchamento das cidades

⁴Os municípios limítrofes à Ipojuca também são diretamente influenciados pelo Complexo Industrial Portuário de Suape, tendo portanto ampla relação com a cidade.

é um reflexo deste problema, e provoca o descarte das populações excluídas nas urbes jogando-as em guetos ou favelas.

Em termos absolutos, a população do município de Ipojuca passa de 3.062 habitantes em 1940, para 40.310 habitantes em 2000 (Agenda 21). Dados de 2010 mostram uma população de 80.600 habitantes e em 2015 91.100 (IBGE).

Em relação a sua população observa-se uma ampla participação nos empregos gerados a partir do Complexo Industrial e Portuário de Suape. Estudo feito pelo governo com base em dados oficiais, como projeção para um futuro sustentável em Suape e regiões adjacentes demonstram uma clara participação da população economicamente ativa no complexo.

Quadro 4. Distribuição da população de trabalhadores do Complexo Industrial Portuário de Suape em Ipojuca e cidades circunvizinhas

Município onde Trabalha	Total Pessoas que trabalham no município	Pessoas que trabalham e residem no município		Pessoas que trabalham, mas não residem no município					
				Total		Retorna para casa diariamente		Não retorna para casa diariamente	
		Valores Absolutos	%	Valores Absolutos	%	Valores Absolutos	%	Valores Absolutos	%
Cabo	68.457	50.946	74,4	17.511	25,6	14.565	21,3	2.946	4,3
Ipojuca	42.699	26.461	62,0	16.238	38,0	13.948	32,7	2.290	5,4
NF2	111.156	77.407	69,6	33.749	30,4	28.513	25,7	5.236	4,7
Escada	15.225	13.992	91,9	1.233	8,1	880	5,8	353	2,3
Jaboatão	181.821	152.907	84,1	28.914	15,9	26.619	14,6	2.295	1,3
Moreno	11.774	10.604	90,1	1.170	9,9	1.030	8,7	140	1,2
Ribeirão	12.019	10.833	90,1	1.186	9,9	899	7,5	287	2,4
Rio Formoso	6.879	5.510	80,1	1.369	19,9	1.188	17,3	181	2,6
Sirinhaém	11.396	10.534	92,4	862	7,6	702	6,2	160	1,4
NF3	239.114	204.380	85,5	34.734	14,5	31.318	13,1	3.416	1,4
Recife	877.473	604.649	68,9	272.824	31,1	235.539	26,8	37.285	4,2

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010. Microdados da amostra.

3.5. SUJEITOS DA PESQUISA

Para a realização dessa pesquisa buscou-se a participação do universo pretendido composto por 430 estudantes de (4) escolas públicas todas da Rede de Ensino Estadual de Pernambuco situadas no Município de Ipojuca, todavia participaram 350 alunos, uma vez que os outros 80 não compareceram no dia marcado para a aplicação do questionário, daí nossa amostra ter sido de 350 alunos. Esses estudantes estão matriculados no ensino médio, etapa de aproximação para o mercado de trabalho por meio de cursos profissionalizantes, estágios ou mesmo o emprego fixo. Participaram portanto estudantes com idades entre dezasseis (16)

e vinte e cinco (25) anos além dos (4) gestores das quatro escolas, (4) professores das quatro escolas pesquisadas, (2) autoridades responsáveis pela implantação das políticas públicas no município e (2) representantes de empresas localizadas no Complexo Portuário de Suape.

Os alunos destas escolas, de forma geral, caracterizam-se por estarem inseridos entre os segmentos mais pobres do município, muitos deles vivendo na periferia ou mesmo em favelas, grande parte também já estão inseridos no mercado informal para ajudar na renda familiar.

3.5.1. Caracterizando a amostra utilizada na Pesquisa

Tomando por base que em todas as (4) escolas pesquisadas levantamos os dados a partir das turmas do 3º ano do ensino médio. Tínhamos portanto: na Escola A um universo de 53 alunos; na escola B um universo de 159 alunos; na escola C um universo de 100 alunos; na Escola D um universo de 118 alunos. A partir daí, obtivemos os seguintes resultados conforme os gráficos abaixo, quanto aos estudantes pesquisados:

Gráfico 2. Distribuição dos alunos entrevistados e não entrevistados da Escola A

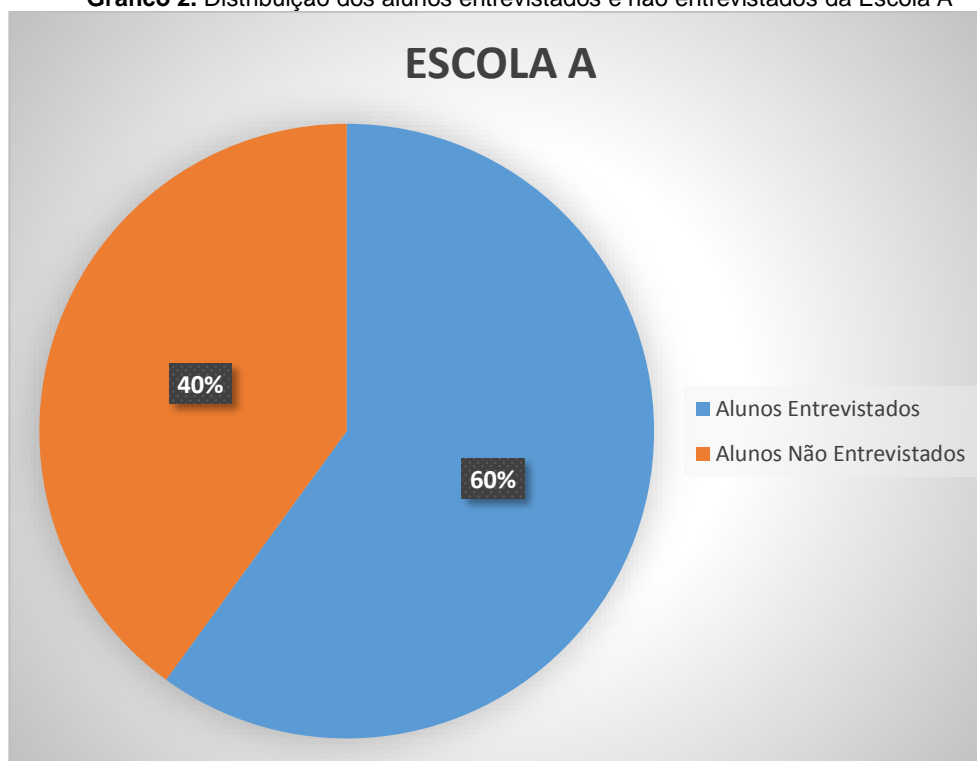


Gráfico 3. Distribuição dos alunos entrevistados e não entrevistados da Escola B

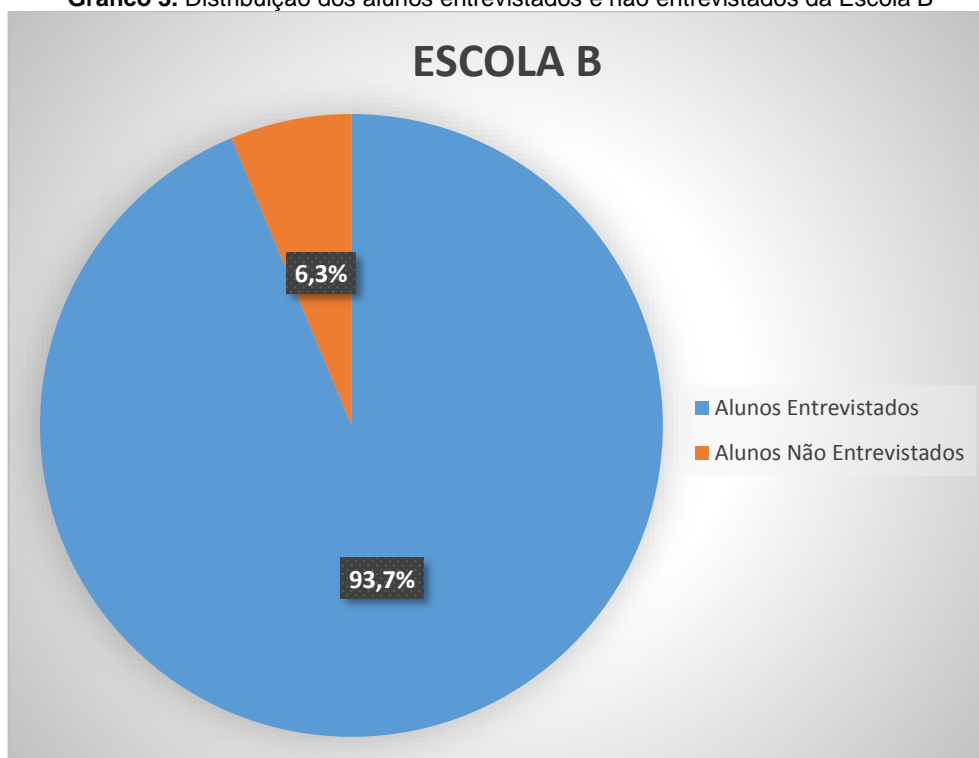


Gráfico 4. Distribuição dos alunos entrevistados e não entrevistados da Escola C

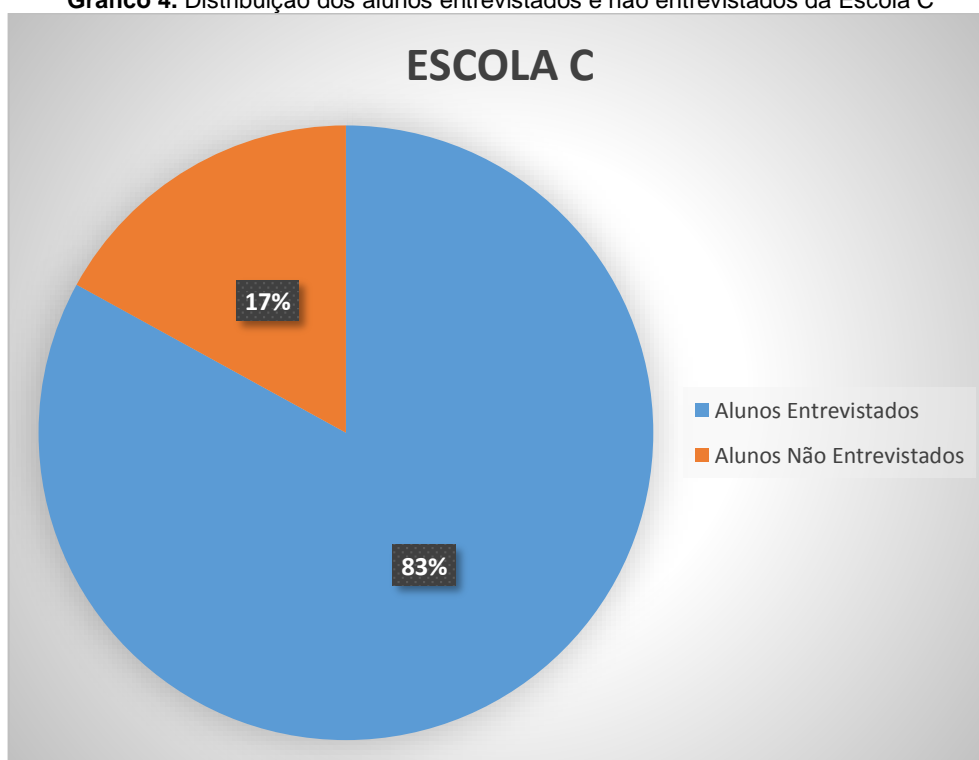


Gráfico 5. Distribuição dos alunos entrevistados e não entrevistados da Escola D

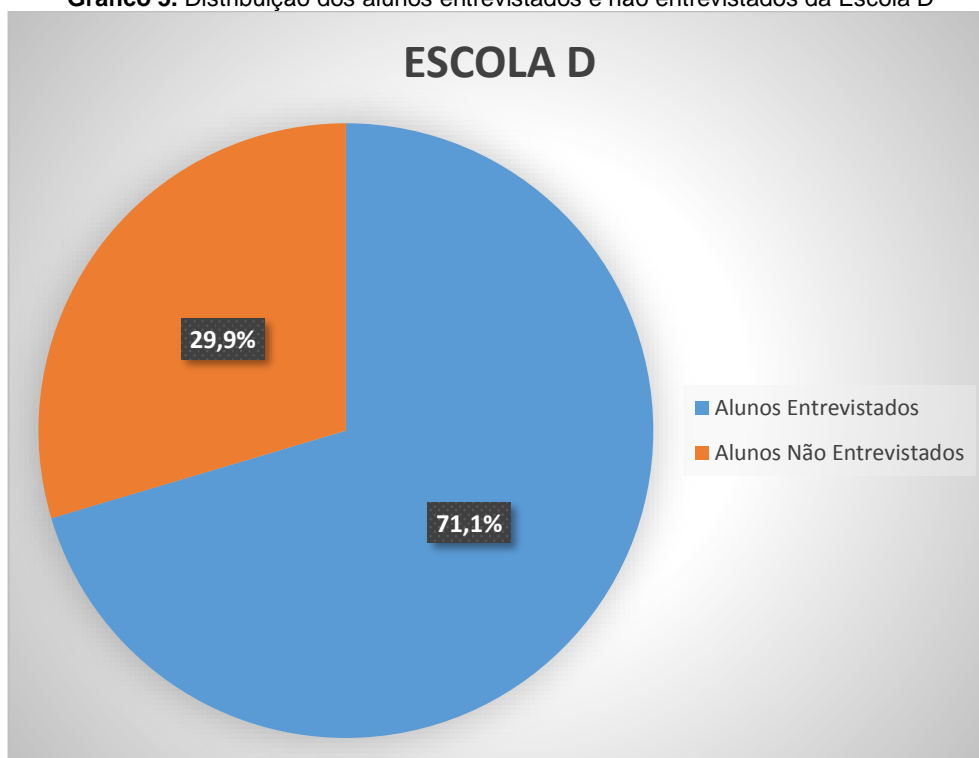
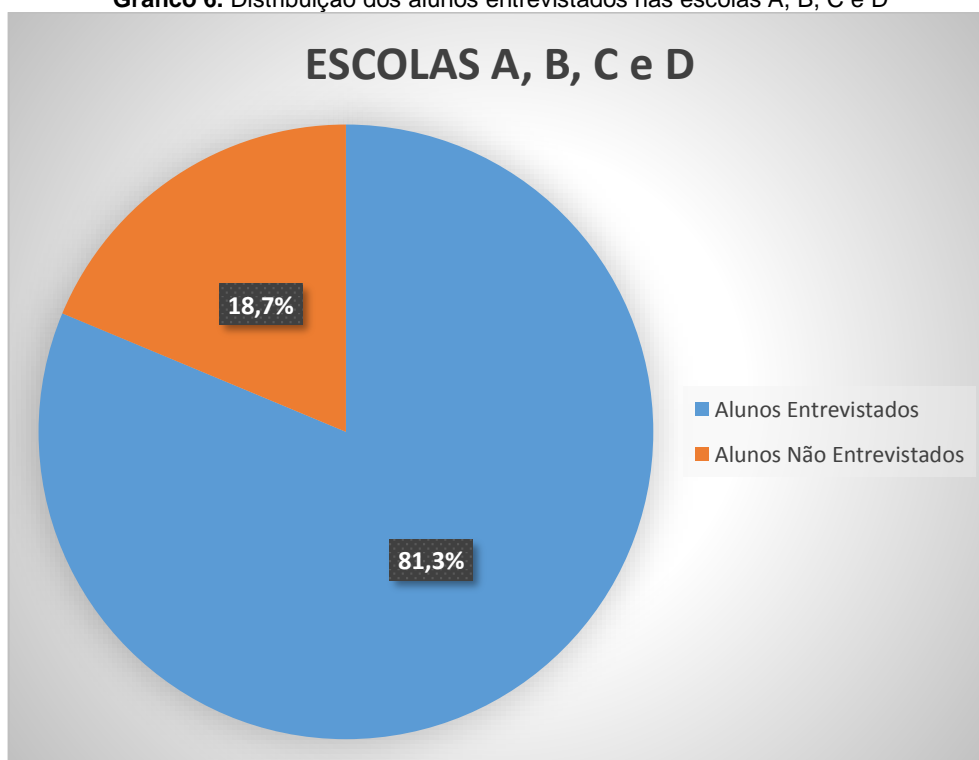


Gráfico 6. Distribuição dos alunos entrevistados nas escolas A, B, C e D



Entendendo que toda pesquisa pode conter erros de amostragem, dado ao fato de trabalharmos com parte da população pesquisada e não com o todo (Richardson 2008, p.

166), obtivemos a partir da aplicação dos questionários a margem de 2,4 de margem de erro amostral.

A participação nesta pesquisa foi facultativa, todavia contou com 81,3% dos alunos das instituições pesquisadas, só não participaram da pesquisa alunos que não se encontravam na faixa etária delimitada para o estudo ou que não estavam presentes na instituição no dia da aplicação.

3.6. INSTRUMENTOS DE COLETA DA INVESTIGAÇÃO

3.6.1. Entrevista semiestruturada

A entrevista é um meio capaz de aprofundar a pesquisa, criando uma relação entre o entrevistado e o pesquisador. Sobre isso coloca Richardson (1999, p. 207). “a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A à uma pessoa B”.

A entrevista semiestruturada possibilita que o entrevistado exponha seus pensamentos sem rigidez, dando ao entrevistador condições de adaptar se houver necessidade. As entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização. Elegemos o modelo semiestruturado, que combina perguntas abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (Minayo, 2002).

As entrevistas foram realizadas com a autorização do entrevistado, seguindo as normas regulamentadas da investigação em seres humanos como determina a resolução 196/96.

As entrevistas semiestruturadas foram elaboradas previamente de maneira que permitisse ao entrevistador a adaptação das questões de acordo com as necessidades que foram apresentadas. Buscou-se identificar dos entrevistados como eles observam as políticas públicas no Município de Ipojuca, no que se refere ao direcionamento dos estudantes ao mercado de trabalho na área do Complexo Industrial Portuário de Suape.

As questões que foram elencadas na entrevista foram referentes à identificação pessoal e profissional dos entrevistados, conhecimento acerca das políticas públicas educacionais implantadas pelo governo em Ipojuca no sentido de qualificar os jovens para o mercado de trabalho da abrangência do Complexo Industrial e Portuário de Suape, a relação entre essas políticas e o paralelo que é formado com a educação voltada para o trabalho, a percepção dos entrevistados em torno das políticas públicas educacionais em Ipojuca e sua

relação com o desenvolvimento social dos estudantes. Foi elaborado então dois guíões de entrevista que foi utilizado em todo o desenvolvimento das entrevistas, sendo um para professores e gestores e outro para os empresários que atendem alguma demanda de trabalhadores em Suape (Apêndice).

Quadro 5. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores e gestores

Descrição das categorias da entrevista aplicada aos professores e gestores	
Q1	Identificação do entrevistado
POÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA	
Q2	Identificação das políticas públicas educacionais em Ipojuca
Q3	Conhecimento acerca do desenvolvimento dessas políticas
Q4	Estruturação dessas políticas no Município de Ipojuca
Q5	Desenvolvimento das políticas públicas educacionais
EDUCAÇÃO E TRABALHO	
Q6	Relação entre essas políticas e a educação no município
Q7	Preparação dos estudantes para o mercado através dessas políticas
Q8	Percepção acerca da ideia de qualificação e ingresso no mercado
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO	
Q9	Percepção acerca da importância dessas políticas
Q10	Análise a partir da observação do desenvolvimento dessas políticas

Fonte: Entrevistas realizadas em 2015

Quadro 6. Descrição das categorias da entrevista aplicada aos empresários

Descrição das categorias da entrevista aplicada aos empresários	
Q1	Identificação do entrevistado
POÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA	
Q2	Identificação das políticas públicas educacionais em Ipojuca
Q3	Percepção acerca do desenvolvimento dessas políticas e suas implicações no desenvolvimento da mão-de-obra qualificada
Q4	Relação dessas políticas com as reais demandas do mercado de Suape
EDUCAÇÃO E TRABALHO	
Q5	Relação entre essas políticas e a educação e seus impactos diretos na empresa
Q6	Preparação dos estudantes para o mercado através dessas políticas
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO	
Q7	Percepção acerca da importância dessas políticas
Q8	Análise a partir da observação do desenvolvimento dessas políticas

Fonte: Entrevistas realizadas em 2015

Para o desenvolvimento das entrevistas garantiu-se a técnica do anonimato, substituindo o nome dos profissionais entrevistados, portanto elegemos a letra “P” para identificar a função profissional do professor, “G” no sentido de identificar o Gestor Escolar, “R” para representantes do Estado e “E” significando o empresário entrevistado. Após a aplicação das entrevistas elas foram devidamente transcritas, eliminando-se apenas discursos e frases confusas, sem contanto realizar qualquer substituição das palavras ou termos proferidos de maneira clara.

3.6.2. Questionário

Os questionários servem como meio de observar uma escolha da sociedade, por esse ângulo é bom salientar que esse instrumento, não necessariamente, deve ser aplicado

em toda a população, porém, uma amostragem significativa pode nos dar resultados bastante sólidos. Sobre essa questão Laville e Dione colocam:

“Para saber a opinião da população sobre uma escolha de sociedade como a da preservação dos programas sociais, e precise, evidentemente, interroga-la. Talvez não a população inteira, mas, seguindo a estratégia da pesquisa de opinião, uma amostra suficientemente grande, constituída com os cuidados requeridos para assegurar sua representatividade” (Laville & Dione, 1999).

Ainda sobre questionários colocamos sua importância na coleta de dados para seguinte tabulação, uma vez que tal instrumento aproxima-se bem da pesquisa quantitativa. Ainda sobre esse instrumento coloca Pádua:

“São instrumentos de coleta de dados que são preenchidos pelos informantes, sem a presença do pesquisador. Afirma ainda que —por se constituírem de perguntas fechadas, padronizadas, são instrumentos adequados à quantificação, porque são mais fáceis de codificar e tabular, propiciando comparações com outros dados relacionados ao tema pesquisado.” (Pádua, 2011, p. 72)

O questionário original aplicado nesta pesquisa é parte de um estudo a respeito da concepção dos alunos e dos gestores do estado de Pernambuco acerca da Educação Profissionalizante na formação para o ingresso e permanência no mercado de trabalho e é composto de 15 questões fechadas que buscam analisar a concepção desses estudantes acerca da educação que eles recebem para o seu futuro profissional. A partir da análise deste questionário percebeu-se que não seria necessário sua alteração, portanto o mesmo foi aplicado na sua forma original.

Quadro 7. Descrição das variáveis do questionário adaptado aplicado aos discentes

Descrição das variáveis do questionário adaptado aplicado aos discentes	
Q1	Identificação do Estudante
Q2	Importância do preparo escolar para o mercado de trabalho
Q3	Opinião sobre o preparo escolar para o mercado de trabalho
Q4	Observação acerca do desejo em fazer um curso profissionalizante
Q5	Identificação de quem já fez algum curso profissionalizante
Q6	Identificação de quem pretende trabalhar em Suape
Q7	Análise dos fatores que impulsionam os que querem trabalhar em Suape
Q8	Observação acerca da importância do curso profissionalizante para os estudantes
Q9	Descrição acerca do problema da falta de qualificação
Q10	Opinião acerca de como resolver questões referentes a profissionalização
Q11	Importância das escolas técnicas
Q12	Percepção dos estudantes acerca da preocupação dos governantes
Q13	Percepção dos estudantes acerca dos projetos do governo
Q14	Análise de como os estudantes se propõem a alcançar uma vaga de trabalho em Suape
Q15	Opinião acerca da estrutura da educação pública em Ipojuca
Q16	Percepção acerca do que importa para conseguir uma vaga no mercado de trabalho de Suape

Fonte: Questionário aplicado a estudantes do Ensino Médio de Ipojuca em 2015

3.7. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Acerca dos procedimentos da pesquisa, a princípio entrou-se em contato com as escolas selecionadas para a pesquisa, sendo que em Ipojuca existem apenas seis que

atendem o público especificado nesta investigação. Em seguida foi marcado o dia e horário previsto para a aplicação dos questionários de forma pessoal, onde os gestores de cada escola assinaram um termo autorizando a aplicação da entrevista.

Um dia antes o pesquisador foi em cada turma explicando os objetivos do trabalho e informando que a participação no mesmo era voluntário e que a qualquer momento o estudante poderia desistir de participar, sendo também informado do sigilo das informações que fossem prestadas.

Por se tratar de escolas que atendem jovens de menor e maior idade, foi solicitado que cada estudante menor de idade solicitasse autorização por escrito aos seus pais em um documento de solicitação de autorização (Apêndice nº) que foi encaminhado um dia antes e trazido assinado pelos pais no dia posterior.

Um dia depois os estudantes munidos das autorizações e os de maior idade, voluntariamente receberam os questionários, todos foram devidamente orientados sobre como responder e após tê-los feito em suas salas de aula, os entregaram ao pesquisador. As aplicações ocorreram nos turnos da manhã, tarde e noite nos meses de Julho e Agosto. O tempo médio de preenchimento foi de 12 minutos.

Quanto as entrevistas, essas foram agendadas antecipadamente por telefone ou via *e-mail* no mês de julho e desenvolvidas no mês de agosto em local previamente marcado e que viabilizasse um melhor trabalho. Após ter sido assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice nº III), os entrevistados seguiram com as entrevistas que foi orientada a partir de um Guião (Apêndice nº I e II) seguindo a ordem estabelecida pelas questões. As entrevistas foram gravadas ou enviadas por *e-mail* e posteriormente transcritas de maneira fidedigna. O tempo médio das entrevistas gravadas foi entre 15 e 20 minutos.

3.8. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

3.8.1. Instrumento de análise quantitativa

3.8.1.1. SPSS

Nesta pesquisa foi utilizada um confiável programa de análise de dados chamado (SPSS). O Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS) é um *software* de análise de dados estatísticos que permite realizar cálculos complexos dado os resultados de maneira clara e explicativa. Esse programa dispõe de comandos que facilitam o trabalho estatístico dado a este melhor objetividade do trabalho.

Para análise dos dados foi construído um banco na planilha eletrônica a qual foi exportada para o programa SPSS, onde foi feita a validação do banco de dados (comparação das dupla digitação para conferência dos dados digitados). Para avaliar o perfil pessoal dos alunos avaliados foram calculadas as frequências percentuais e construídas as respectivas distribuições de frequência. Ainda, foram avaliadas as percepções dos alunos acerca da qualidade do ensino na escola onde estudam, o interesse no curso profissionalizante, mercado de trabalho em Suape/PE, qualificação de trabalho e o investimento do governo na educação. Para comparar as proporções encontradas foi aplicado o teste Qui-quadrado para comparação de proporção. Todas as conclusões foram tiradas considerando o nível de significância de 5%.

Após desenvolvimento estatístico no programa os dados foram enviados ao Excel onde foram elaborados os gráficos e tabelas de frequência. O *software* especificado serviu como importante ferramenta de análise dos dados adquiridos a partir da aplicação dos questionários.

3.8.2. Instrumento de análise qualitativa

3.8.2.1. Análise do Discurso

A escolha de Análise do discurso para essa pesquisa, deve-se a sua importância enquanto meio capaz de analisar os discursos expressos em documentos ou mesmo em meio as entrevistas que serão realizadas. Sobre Análise do Discurso Orlandi coloca que:

“A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 2010, p. 15).

No discurso pode-se aprender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora, pois, não há discurso sem sujeito e, nem sujeito sem ideologia (Orlandi, 2010). Quando se trata do sujeito e sua retórica vale ressaltar que este por sua vez tem seu discurso agregado a vários valores, aspetos, ideologia entre outros e sobre isso afirma Orlandi:

“... o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas —nossas palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando

disse —x (ilusão da entrevista in loco). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados” (Orlandi, 2010, p.92).

Para nossa pesquisa consideramos os seguintes aspectos da Análise Discursiva: condição de produção do discurso; corpus; interdiscurso; formações discursivas; dito, não dito e silenciado.

Com relação às condições de produção dos discursos entendemos que, na base dos processos discursivos, além da materialidade simbólica, há também uma materialidade histórica, fundamentadas no contexto social e provocando agitações nas filiações dos sentidos e, também, como aqui é proposto, produzindo uma práxis discursiva (Fonseca, 2010). As condições de produção do discurso compreende além do sujeito a situacionalidade, intencionalidade, aceitabilidade, interdiscursividade e informatividade; tanto em um contexto restrito, imediato, como em um contexto amplo, sócio-histórico (Orlandi, 2005).

Na nossa investigação, os sujeitos que produziram os discursos analisados foram 04 (quatro) professores do Ensino Médio das escolas públicas estaduais situadas no município de Ipojuca que participaram como campo de pesquisa da aplicação do questionário, os 04 (quatro) gestores dessas escolas e 02 (dois) empresários que atuam no Complexo Industrial e Portuário de Suape. Os discursos foram coletados através de entrevista semiestruturada, realizadas na sala dos professores, em dia e horários previamente agendados com os professores e com os empresários em seus respectivos escritórios ou enviado por *e-mail*.

O *corpus* ocupa lugar central na Análise do Discurso pois se trata de aplicar um método definido a um conjunto determinado de textos, ou ainda de sequências discursivas retiradas por processo de extração ou isolamento de um campo discursivo de referência, acrescenta Orlandi (2005) que caracterizam enunciados que provêm de indivíduos enquanto ocupantes de um lugar institucional, enquanto agente sócio histórico e ideológico, e não enquanto indivíduos empíricos. Nesta pesquisa o *corpus* constitui-se de recortes a partir da fala dos entrevistados, analisando as palavras de maior significado para pesquisa e que mais se repetem durante as entrevistas.

O interdiscurso surge como memória, como uma espécie de “passado discursivo” do qual o sujeito não se dá conta devido ao esquecimento. Foucault (2006) coloca que as verdades aparecem na formação discursiva e são construídas a partir do contexto histórico de cada sujeito. “Digamos que a arqueologia, procurando estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições, respondiam a como os saberes apareciam e se transformavam (Foucault, 2006, p.10).

Cabe salientar portanto que o interdiscurso compreende algo que vai além das palavras, pois essas podem trazer significados que podem parecer diferentes em um primeiro

momento. Em nosso trabalho, buscamos analisar o interdiscurso, a partir do que foi coletado nas entrevistas semiestruturadas.

O dito e o não dito compreende a formação discursiva, isto é, em seu meio podemos observar o que está implícito de maneira que possamos analisar não simplesmente o que é dito, mas também como é dito.

É bom salientar que interdito, silêncio e não-dito não são a mesma coisa. Segundo Tfouni (2013) o interdito seria como um operador que incide sobre o silêncio real, Orlandi (2005) afirma que o silêncio é o espaço diferencial da linguagem, é o espaço que permite à linguagem significar. Ainda colocando, afirma Orlandi que o silêncio seria o “lugar que permite à linguagem significar” aponta para a necessidade estrutural de um excluído, para que a linguagem possa, enfim, significar.

Na nossa investigação, a apresentação dos resultados da AD dos professores obtidos através da entrevista semiestruturada está realizada a partir de Formações Discursivas (FD) que se inserem no âmbito dos sentidos construídos a partir da fala dos docentes.

CAPÍTULO IV.

RESULTADOS DA PESQUISA

4.1. ANÁLISE QUANTITATIVA

4.1.1. Identificação pessoal dos estudantes

Na tabela 1 temos a distribuição do perfil pessoal dos alunos avaliados. Através dela verifica-se que a maioria dos alunos é do sexo feminino (64,9%), possui idade de 17 anos (43,2%) e são da escola B (42,3%). Ainda, foi observado que o aluno mais novo possui 16 anos e o mais velho possui 24 anos. Em média os alunos possuem 17,4 anos com desvio padrão de 1,5 ano. O teste de comparação de proporção foi significativo em todos os fatores avaliados indicando que o perfil descrito é relevantemente mais frequente.

Tabela 1. Distribuição do perfil pessoal dos alunos avaliados.

Fator avaliado	n	%
Sexo		
Masculino	123	35,1
Feminino	227	64,9
Idade		
16 anos	77	22,0
17 anos	151	43,2
18 anos	74	21,1
19 ou mais anos	48	13,7
Mínimo		16
Máximo		24
Média±Desvio padrão		17,4±1,5
Escola		
A	35	10,0
B	148	42,3
C	83	23,7
D	84	24,0

Gráfico 7. Distribuição dos alunos segundo o gênero.

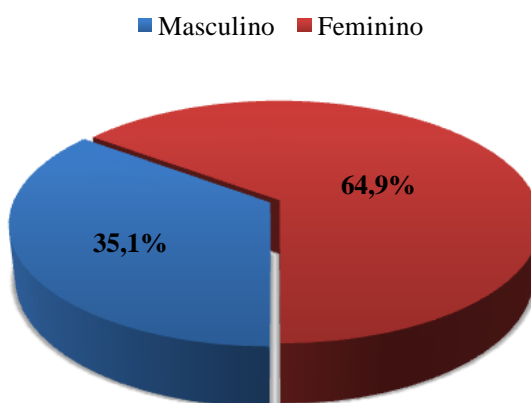


Gráfico 8. Distribuição dos alunos segundo a idade.

■ 16 anos ■ 17 anos ■ 18 anos ■ 19 ou mais anos

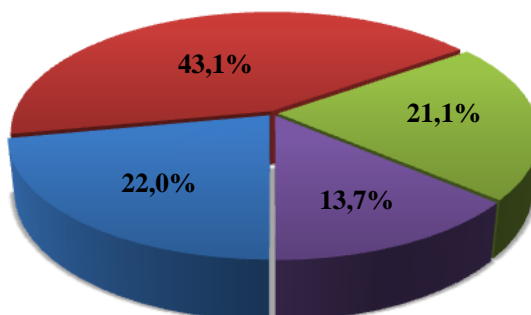
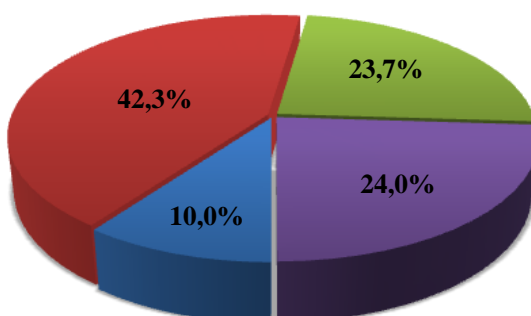


Gráfico 9. Distribuição dos alunos segundo a escola onde estuda.

■ Escola A ■ Escola B ■ Escola C ■ Escola D



4.1.2. Percepção dos alunos acerca da escola onde estuda e o interesse no curso profissionalizante.

Na tabela 2 temos a distribuição da percepção dos alunos acerca da escola onde estuda e o interesse no curso profissionalizante. Através dela verifica-se que a maioria dos alunos acredita mais ou menos que a escola prepara adequadamente para ocupar uma vaga no mercado de trabalho (51,1%) e atribui essa deficiência no ensino à falta de investimento para a educação (65,5%). Ainda, 92,9% dos alunos afirmaram que gostaria de fazer um curso profissionalizante e 64,0% deles faz ou já fez algum curso profissionalizante.

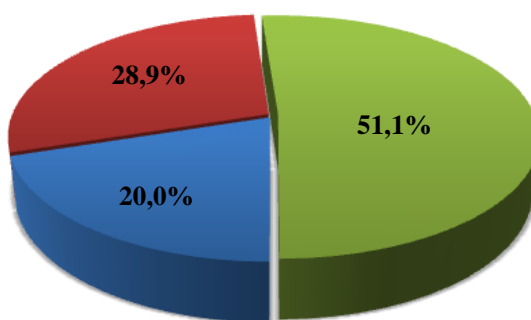
Tabela 2. Distribuição da percepção dos alunos acerca da escola onde estuda e o interesse no curso profissionalizante.

Fator avaliado	N	%
Q1. Você acredita que a escola te prepara adequadamente para ocupar uma vaga no mercado de trabalho?		
Sim	70	20,0

Não	101	28,9
Mais ou menos	179	51,1
Q2. Porque você tem essa opinião?		
Por que falta um maior investimento para a educação	229	65,5
Porque faltam profissionais qualificados para oferecer esse serviço	54	15,4
Esse não é o papel da escola, por isso, precisamos de escolas especializadas para tal fim	67	19,1
Q3. Você gostaria de fazer um curso profissionalizante?		
Sim	325	92,9
Não	3	0,8
Talvez	22	6,3
Q4. Você já fez/faz algum curso profissionalizante?		
Sim	97	27,7
Não	224	64,0
Comecei, mas não terminei	29	8,3

Gráfico 10. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Você acredita que a escola te prepara adequadamente para ocupar uma vaga no mercado de trabalho?

■ Sim, acredito ■ Não acredito ■ Mais ou menos



A partir do exposto na tabela acima percebemos como diz Kuenzer (2000) a escola como se apresenta hoje a esses jovens pesquisados não lhes dá o suporte necessário para que sintam seguros quanto a sua formação e o consequente ingresso no mercado de trabalho como nos foi confirmado através dos dados obtidos com a pesquisa:

“... Para atender às necessidades dessa clientela, alguma forma de preparação para a realização de alguma atividade produtiva deverá ser oferecida. Não fazê-lo significará estimular os jovens que precisem trabalhar ao abandono do ensino médio, ou mesmo à sua substituição por cursos profissionais, abrindo mão do direito à escolaridade e à continuidade dos estudos” (Kuenzer, 2000, p.28).

Nessa afirmação, podemos concluir que enquanto a escola permanecer com a mesma visão de outrora, conteudista e metódica, esta não vai alcançar a realidade dos jovens e muito menos os novos objetivos requeridos pelo mercado de trabalho, que busca cada vez mais um homem unilateral munido de competências amplas para a realização de tarefas diversificadas.

Para Kuenzer (2000) a escola como se apresenta hoje não prepara adequadamente o estudante para o mercado de trabalho em consonância com seu pensamento. Nosella

(2002) colabora quando coloca que a escola de qualidade que efetivamente prepare os jovens é negada a estes em seu papel de formação. Pacheco (2012) coloca que vários aspectos contribuem diretamente para que jovens que deveriam estar no ensino médio de qualidade sejam excluídos desse processo.

Gráfico 11. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Porque você tem essa opinião sobre a qualidade da preparação da escola?

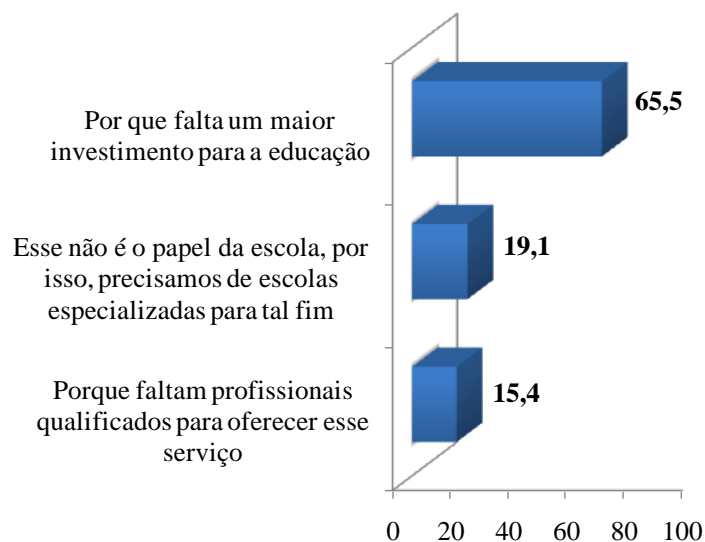


Gráfico 12. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Você gostaria de fazer um curso profissionalizante?

■ Sim, gostaria ■ Não gostaria ■ Talvez

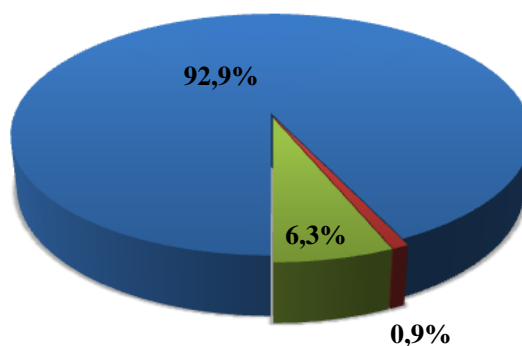
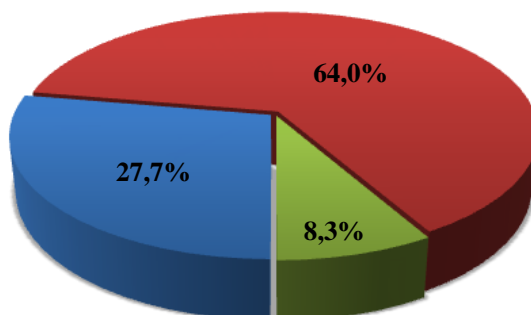


Gráfico 13. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Você já fez/faz algum curso profissionalizante?

■ Sim, Já fez/faz ■ Nunca fez ■ Comecei, mas não terminei



Podemos concluir sobre a escola e a preparação para o trabalho que bem como afirma Kuenzer (2000, p. 37) embora —a educação para a cidadania e para o trabalho se confundam, ela é para poucos; cada vez para menos. Embora atualmente possamos contar com programas de governo como o Pronatec que buscam ampliar esses números. Quanto à escola pública, critica ainda Kuenzer (2000, p. 29):

“A escola pública de Ensino Médio só será efetivamente democrática quando seu projeto pedagógico, sem pretender ingenuamente ser compensatório, propiciar as necessárias mediações para que os filhos de trabalhadores e excluídos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades em relação à produção científica, tecnológica e cultural” (Kuenzer (2000, p. 29).

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), novas propostas de educação precisam e devem ser criadas e analisadas, porém, o sujeito precisa estar no centro do trabalho educativo e pedagógico e não mais o mercado de trabalho:

“A proposta de um currículo integrado em 4 anos de escolarização tenta assegurar o domínio dos conhecimentos que perfazem o itinerário cognitivo e formativo de um aluno-cidadão- trabalhador. Mas a superação de visão produtivista e mecanicista da educação e da escola somente poderá ser alcançada colocando o sujeito no centro da organização do trabalho educativo e pedagógico, e não mais o mercado de trabalho” (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005, p. 168).

4.1.3. Distribuição da percepção dos alunos acerca do mercado de trabalho em Suape/PE.

Na tabela 3 temos a distribuição da percepção dos alunos acerca do mercado de trabalho em Suape/PE. Através dela verifica-se que a maioria dos alunos tem interesse em trabalhar em Suape (59,4%) e pensou nesta possibilidade pelo valor da remuneração salarial oferecida (33,8%). Ainda, 42,0% dos alunos acredita que sem um curso profissionalizante específico não conseguiria uma vaga em Suape, 63,7% acredita que aumento do número de escolas técnicas em Pernambuco seria suficiente para suprir o *deficit* de mão-de-obra em

Suape e 62,9% afirmaram que qualquer pessoa que se candidate as vagas tem condição de ocupar uma vaga em Suape. O teste de comparação de proporção foi significativo em todos os fatores avaliados, indicando que o perfil descrito é relevantemente mais frequente entre os alunos observados.

Tabela 3. Distribuição da percepção dos alunos acerca do mercado de trabalho em Suape/PE.

Fator avaliado	n	%
Q5. Você tem interesse em trabalhar em Suape/PE?		
Sim	208	59,4
Não	37	10,6
Talvez	105	30,0
Q6. Por que você pensou nessa possibilidade?		
Pela quantidade de vagas existentes	56	16,0
Pelo valor da remuneração salarial oferecida	118	33,8
Pelo destaque dado pela mídia a esse mercado oferecido	88	25,1
Realmente, não pensei nesta possibilidade	88	25,1
Q7. Você acredita que sem um curso profissionalizante específico conseguiria uma vaga em Suape?		
Sim	74	21,1
Não	147	42,0
Talvez	129	36,9
Q9. Você acredita que aumento do número de escolas técnicas em Pernambuco seria suficiente para suprir o déficit de mão-de-obra em Suape?*		
Sim	221	63,7
Não	126	36,3
Q12. Quais os tipos de pessoas que tem mais condições de ocupar uma vaga em Suape?		
Qualquer pessoa que se candidate as vagas	220	62,9
Pessoas com recursos e tempo disponível para se especializar	120	34,3
Pessoas assistidas programas sociais dos governos federal, estadual e municipal	10	2,9

Gráfico 14. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: você tem interesse em trabalhar em Suape/PE?

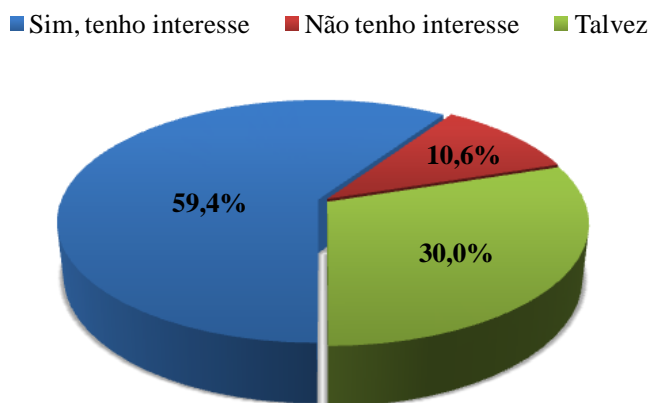
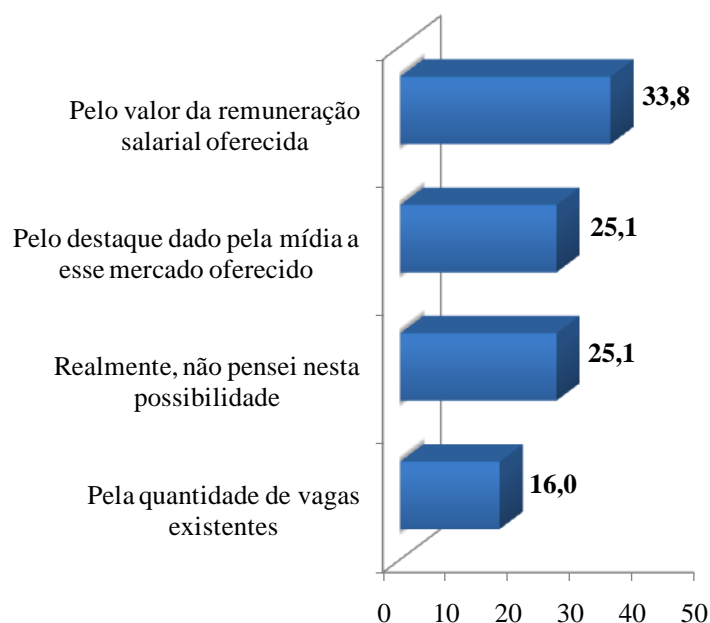


Gráfico 15. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Por que você pensou na possibilidade de trabalhar em Suape/PE?



Observa-se nesse ponto que a maioria dos estudantes têm interesse em adquirir uma vaga no mercado de trabalho, uma vez que os salários ofertados no Complexo estão entre os mais altos do estado. O grande problema é que o que é expressado nos dados obtidos é que os alunos não têm acesso à profissionalização necessária para adentrar esse mercado. Dados do Governo do Estado, mostram que grande parte da mão-de-obra para os postos de trabalho em Suape tiveram que ser importadas de outros estados ou países (CONDEMFIDEN).

Gráfico 16. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Você acredita que sem um curso profissionalizante específico conseguiria uma vaga em Suape/PE?

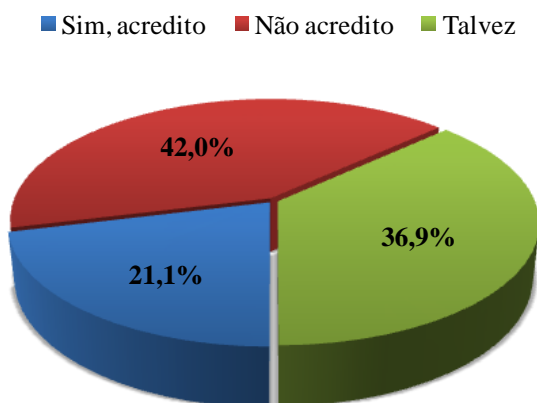


Gráfico 17. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Você acredita que aumento do número de escolas técnicas em Pernambuco seria suficiente para suprir o *deficit* de mão-de-obra em Suape/PE?

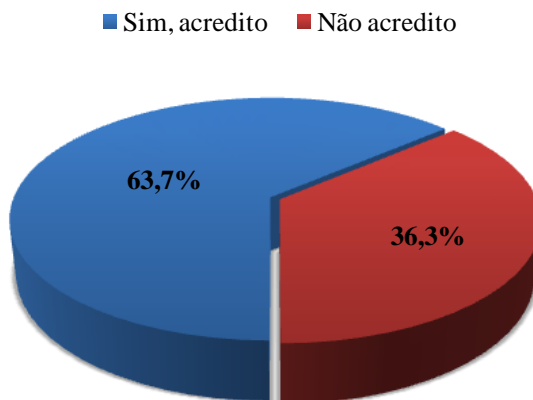
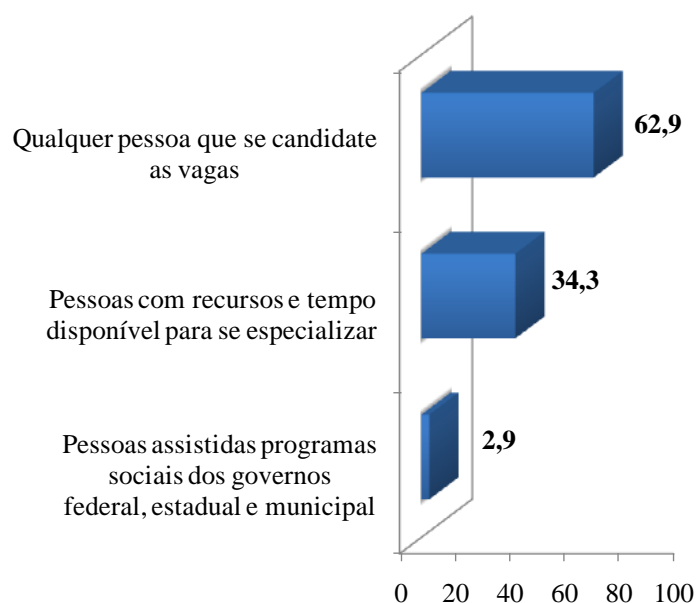


Gráfico 18. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Quais os tipos de pessoas que tem mais condições de ocupar uma vaga em Suape/PE?



A falta de políticas públicas que visem inserir esses jovens no mercado de trabalho, deixa clara as posições que são apontadas nos gráficos. Para Fagnani as condições socioeconômicas refletem diretamente a enorme heterogeneidade social e regional, a ideia integradora do trabalho mostra-se fracassada a partir do momento que olhamos a escola como meio capaz de encaminhar o estudante ao mercado de trabalho. Sobre isso afirma Gentilli (2002, p.80):

“A promessa integradora da escolaridade estava fundada na necessidade de definir um conjunto de estratégias orientadas para criar as condições “educacionais” de um mercado de trabalho em expansão e na confiança (aparentemente incontestável) na possibilidade de atingir o pleno emprego. A escola constituía-se assim num espaço institucional que contribuía para a integração económica da sociedade, formando o contingente (sempre em aumento) da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado. O processo da escolaridade era interpretado como um elemento fundamental na formação do capital humano necessário, para garantir a capacidade competitiva das economias e, consequentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual”.

Em meio as políticas públicas os autores discorreram acerca de três contextos contínuos principais: O contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática (Mainardes, 2006).

No momento em que a escola é vista como meio integralizador observamos no seio dos discursos das políticas públicas, principalmente no processo de construção política o contexto da influência do qual cita Mainardes, uma vez que nesse contexto é construída a ideia de que políticas públicas capazes de atender as necessidades de fato desses jovens estão sendo desenvolvidas com todo sucesso. Nesse ponto a questão política afeta a mobilização de classes e as suas possibilidades de estabelecer pactos entre os diversos segmentos da sociedade.

O contexto da prática porém nos remete a observar que o produto final que deveria atender de maneira objetiva esse estudante, não vem sendo construído como deveria, que segundo Kuenzer (2000) deve atender plenamente o que está disposto na LDB.

4.1.4. Distribuição da percepção dos alunos acerca da qualificação de trabalho e o investimento do governo na educação.

Na tabela 4 temos a distribuição da percepção dos alunos acerca da qualificação de trabalho e o investimento do governo na educação. Através dela verifica-se que a maioria dos alunos acredita que poderia ter resolvido o problema de mão-de-obra em Suape unindo o ensino básico e a educação profissional, através de um sistema integrado (58,6%) e não acreditam que os governantes estão realmente preocupados com a formação de mão-de-obra especializada em Pernambuco (87,4%). Ainda, 66,9% dos alunos acham que os projetos do governo para a construção de novas escolas técnicas não irá resolver problema algum a menos que os governantes passem de fato a priorizar a educação (66,9%). Quanto a importância da qualificação, 86,8% dos alunos acham que a qualificação é tudo na hora do ingresso no Mercado de Trabalho e 68,6% destes acreditam que a estrutura da educação pública em Pernambuco Precisa de alguns ajustes para se adequar a nova realidade socioeconômica no qual Pernambuco está inserido. Dos alunos que não consideram que qualificação é tudo na hora do ingresso no mercado de trabalho, 62,2% acham que o mais importante é conhecer

peessoas que lhes abrirão as portas para o mercado de trabalho. O teste de comparação de proporção foi significativo para todos os fatores avaliados, indicando que o perfil descrito é relevantemente mais frequente entre os alunos avaliados, exceto na questão sobre o que é mais importante na hora do ingresso no mercado de trabalho, em que a proporção de alunos que acreditam que a experiência no posto de trabalho a ser ocupado é o mais importante na hora do ingresso é estatisticamente semelhante a proporção de alunos que acreditam que conhecer pessoas que lhes abrirão as portas para o mercado de trabalho é o mais importante. Distribuição da percepção dos alunos acerca da qualificação de trabalho e o investimento do governo na educação.

Fator avaliado	n	%
Q8. Como poderíamos resolver este problema da falta de qualificação para o mercado de trabalho?		
Continuando com a separação entre educação profissional e ensino básico	26	7,4
Unindo o ensino básico e a educação profissional, através de um sistema integrado	205	58,6
Assegurando cursos especializados através de políticas públicas adequadas para o acesso a essas vagas	119	34,0
Q10. Na sua opinião os governantes estão realmente preocupados com a formação de mão-de-obra especializada em Pernambuco?		
Sim	44	12,6
Não	306	87,4
Q11. Como você vê os projetos do governo para a construção de novas escolas técnicas?		
Não irá resolver o problema, apenas amenizá-lo	116	33,1
Não irá resolver problema algum a menos que os governantes passem de fato a priorizar a educação	234	66,9
Q13. Qualificação é tudo na hora do ingresso no Merca de Trabalho?*		
Sim	303	86,8
Não	46	13,2
Q14. Se sim, então qual a sua opinião acerca da estrutura da educação pública em Pernambuco?		
Boa, pois prepara adequadamente para vida cidadã e o mercado de trabalho	26	8,6
Ruim, pois é deficiente em todos os sentidos	69	22,8
Precisa de alguns ajustes para se adequar a nova realidade sócio-econômica no qual Pernambuco está inserido	208	68,6
Q15. Se respondeu não, o que realmente é importante?*		
Experiência no posto de trabalho a ser ocupado	17	37,8
Conhecer pessoas que lhes abrirão as portas para o mercado de trabalho	28	62,2

Gráfico 19. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Como poderíamos resolver este problema da falta de qualificação para o mercado de trabalho?

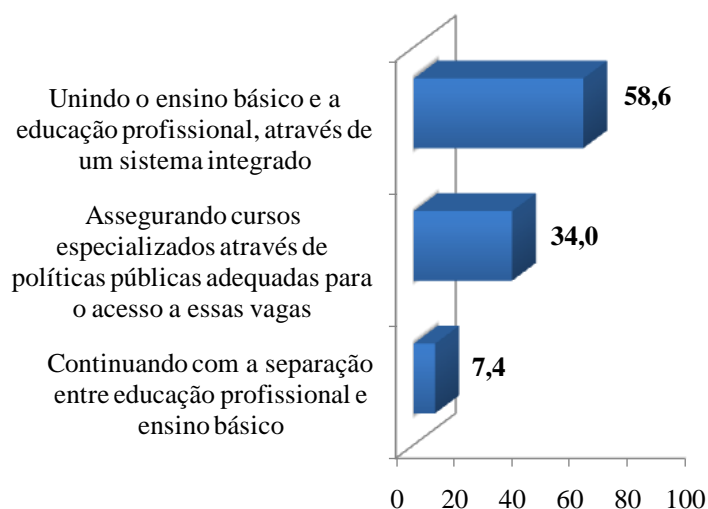


Gráfico 20. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Na sua opinião os governantes estão realmente preocupados com a formação de mão-de-obra especializada em Pernambuco?

■ Sim, estão preocupados ■ Não estão preocupados

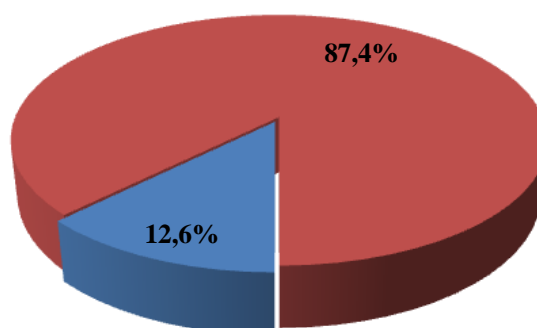


Gráfico 21. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Como você vê os projetos do governo para a construção de novas escolas técnicas?

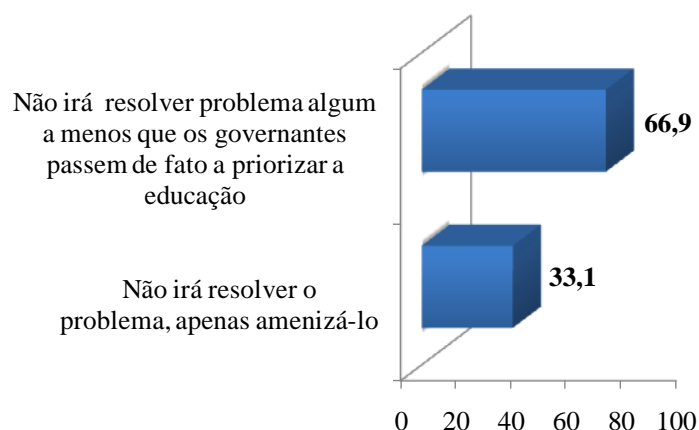


Gráfico 22. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Qualificação é tudo na hora do ingresso no Mercado de Trabalho?

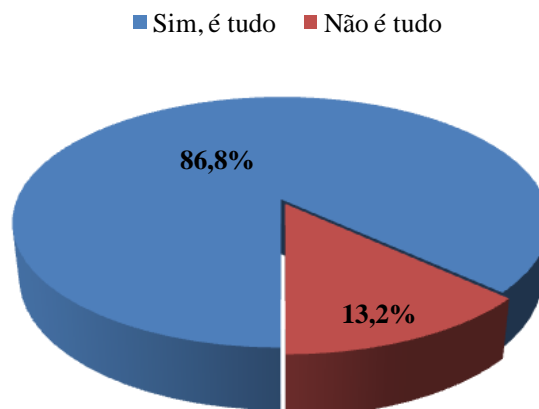


Gráfico 23. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Se qualificação é tudo na hora do ingresso no Mercado de Trabalho, então qual a sua opinião acerca da estrutura da educação pública em Pernambuco?

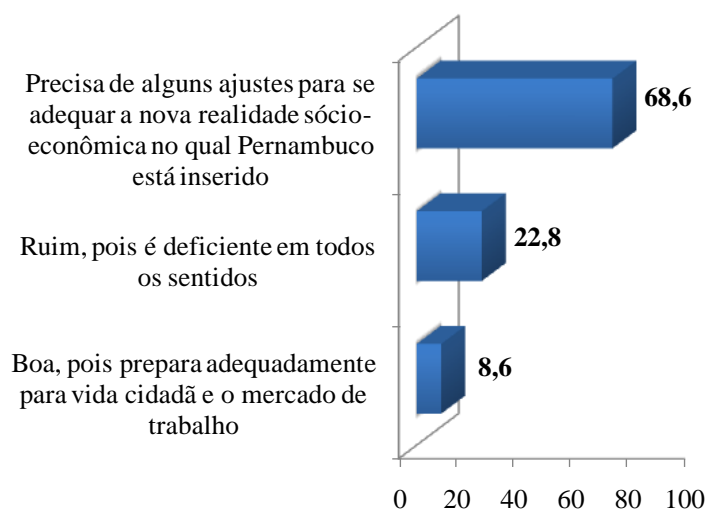
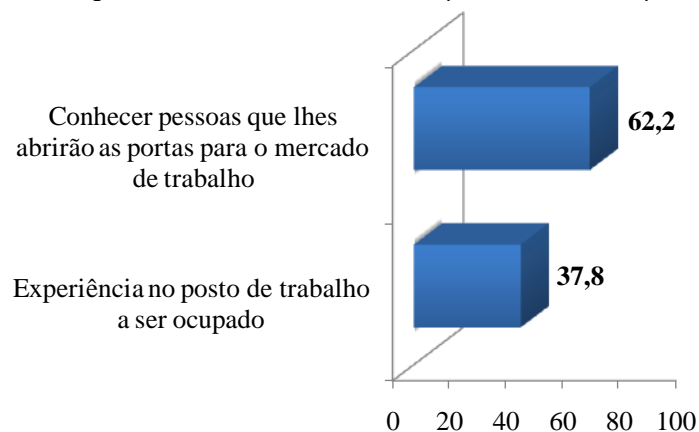


Gráfico 24. Distribuição dos alunos segundo a percepção acerca da questão: Se qualificação não é tudo na hora do ingresso no Mercado de Trabalho, o que realmente é importante?



Obteve-se um resultado elevado em relação aos estudantes que acreditam que os investimentos na educação precisam ser maiores para que haja uma melhoria na qualidade do ensino. Apesar de autores como, discordarem de que os investimentos são o principal fator para a melhoria do ensino, outros pesquisadores apontam o financiamento da educação como fator preponderante (Pacheco, 2012). É fato que um obstáculo ao desenvolvimento da formação profissional é o volume dos recursos necessários (PAIR, 2005), haja vista que todo processo formativo do jovem requer um grande investimento.

4.2. ANÁLISE QUALITATIVA

As formações discursivas (FD) que compõem esta análise representam o produto de 12 (doze) entrevistas sendo 04 (quatro) realizadas com os quatro gestores das quatro escolas pesquisadas, 04 (quatro) professores sendo um de cada escola pesquisada, 02 representantes das políticas públicas implantadas no município e 02(dois) empresários que atuam no Complexo industrial e Portuário de Suape. A produção do discurso foi dividida em duas partes. A primeira teve como foco a AD dos gestores das escolas e dos professores a segunda teve como foco a AD dos empresários, ambas foram agrupadas em 3 formações discursivas (FD): 4.2.2- Políticas Públicas Educacionais; 4.2.3 – Educação e Trabalho; 4.2.4 – Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no Município de Ipojuca: perspectivas.

4.2.1. Identificação Pessoal e Profissional dos Entrevistados

Nossas entrevistas foram realizadas com quatro gestores escolares, quatro professores do Ensino Médio, dois representantes de Estado e dois empresários. Buscamos a partir dessa construção traçar um perfil, buscando identificar idade, gênero, tempo de formação, e tempo de função.

Para o desenvolvimento das entrevistas garantiu-se a técnica do anonimato, substituindo o nome dos profissionais entrevistados, portanto elegemos a letra “P” para identificar a função profissional do professor, “G” no sentido de identificar o Gestor Escolar, “R” para representantes do Estado e “E” significando o empresário entrevistado.

Quadro 8. Distribuição das respostas obtidas através das entrevistas realizadas

Entrevistado	Descrição	Idade	Gênero	Tempo de Formação	Tempo de Função
E1	G	42	M	20	10
E2	G	38	F	18	06
E3	G	50	F	25	25
E4	G	49	M	25	20
E5	P	30	F	08	10
E6	P	28	F	07	08
E7	P	33	F	11	11
E8	P	54	M	30	30
E9	R	41	F	30	03
E10	R	45	F	33	03
E11	E	38	M	Ñ. INF.	10
E12	E	36	M	Ñ. INF	06

4.2.2. Políticas Públicas Educacionais

Quadro 9. FD: Políticas Públicas Educacionais

FD: Políticas Públicas Educacionais	
Entrevistados	Depoimentos
E1 (G)	Não temos efetivamente uma política clara, apenas começou a funcionar um Polo na Modalidade a distância de alguns cursos técnicos (Logística, Técnico em Informática, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Administração), que praticamente ninguém do Município procura.
E5 (P)	No momento apenas a criação do Programa de Formação Técnica na modalidade EAD onde a nossa escola é um polo. E uma divulgação na escola voltada para os estudantes se inscreverem nos cursos oferecidos, dessa os interessados se inscrevem para a prova e posteriormente cursar.
E6 (P)	As principais políticas públicas desenvolvidas atualmente no município visam preparar o estudante para o mercado de trabalho, no sentido de qualifica-lo dando a ele o que ele não conseguiu absorver na escola, isso por diversos fatores como as diversas deficiências no sistema de ensino. Atualmente em Ipojuca posso citar como um dos principais centros de formação profissional o Instituto Federal de Pernambuco que atende diversos cursos voltados para Suape, além dos cursos preparatórios da prefeitura para que os estudantes possam conseguir uma vaga nessas instituições.
E9 (R)	Durante minha atuação a frente da Secretaria de Educação, pude desenvolver uma série de atividades que auxiliaram o desenvolvimento dos estudantes rumo ao mercado de trabalho. Foram feitos cursos de qualificação profissional com um projeto que posso dizer que foi um dos mais importantes que foi o Rumo ao Mercado de trabalho, nele os jovens ipojuicanos tinham a oportunidade de escolher um curso e assim estudar para buscar uma vaga em Suape. Um outro programa importante que existe até hoje é o Rumo à Universidade que visa capacitar o estudante do Ensino Médio para adentra na universidade ou em uma escola técnica como o IFPE.
E11 (E)	As políticas públicas educacionais que tem relação com o mercado em Suape são no sentido de capacitar, o estudante não sai pronto da escola ele precisa de mais tempo para atingir os níveis necessários que demanda de um trabalhador qualificado para Suape. Atualmente o IFPE é o principal órgão que prepara esses estudantes para o mercado, outras ações são voltadas mais para levar o aluno a chegar nesse estágio.

Observamos que a escola não atende as necessidades dos discentes com relação ao que orienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outras legislações pertinentes. O que observamos é uma requalificação a partir do momento que o estudante sai da escola para poder adentrar o mercado de trabalho. Segundo Viamonte:

“Atualmente, as instituições educacionais brasileiras que atuam nesta modalidade de ensino enfrentam grandes desafios para formar um perfil profissional capaz de responder às características específicas impostas pelas grandes transformações na prática social do trabalho. Não sendo possível, neste contexto, olhar a educação profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional e seu caráter discriminatório, baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas” (Viamonte, 2011, p. 29).

Dentre as políticas públicas que mais se destacam, podemos observar a importância do Instituto Federal de Educação, com polo na cidade de Ipojuca ele abriga diversos cursos como petroquímica, segurança do trabalho, logística, técnico em engenharia naval e outros voltados para atender a demanda do Polo Industrial Portuário de Suape, todavia a demanda crescente da população, paralela as exigências do mercado exigem um aumento cada vez maior dessas vagas e uma melhoria imediata na educação básica. Nesse sentido afirma Grabowsk:

“Examinando os dados de emprego e desemprego no país, evidencia-se novamente a dificuldade de participação dos jovens neste mercado. Proporcionalmente, é a categoria com maior índice de desemprego ou empregos precários, mediante prestação de serviços temporários e sem direitos trabalhistas. Sem trabalho e renda, o acesso à educação tem sido um grande obstáculo e, sem educação e qualificação, o mercado torna-se inacessível, quando, não raramente, exige-se experiência para quem está em formação e/ou iniciando uma atividade produtiva” (Grabowsk, 2011, p. 04).

Alguns projetos visam sanar essa deficiência como o citado Rumo à Universidade e Rumo ao Mercado de trabalho, são cursos com curto espaço de duração oferecidos aos estudantes que acabaram de concluir o ensino médio ou que precisam qualificar-se para novas *chances* no concorrido mercado de trabalho.

4.2.3. Políticas Públicas para Educação e Trabalho

Quadro 10. FD: Educação e Trabalho

FD: Educação e Trabalho	
Entrevistados	Depoimentos
E2 (G)	A intenção do Estado capitalista é preparar um exército de operários para terem um banco de reserva, desse modo a classe trabalhadora fica sem direitos perdendo ganhos conquistados ao logo da luta de classe.
E3 (G)	Quando não existe uma educação que ofereça tanto a formação geral como a profissional sempre vai existir uma distância entre que se forma e os postos de emprego. Assim, esse paralelo é vital para o desenvolvimento de qualquer país sério, e nesse ponto estamos distante.
E5 (P)	Sem dúvida na qualidade de escola de Ensino Médio, é indiscutível a necessidade de se pensar cada vez mais em desenvolver uma educação básica tendo um olhar também para a qualificação para o mercado de trabalho. No momento atual as escolas da Rede Estadual praticamente não oferecem essa qualificação, e quando ocorre são em poucas Unidades de Ensino e em boa parte os cursos não conseguem estar conectados com as exigências do mercado.
E8 (P)	As ações do Estado são mínimas. Grande parte da mão-de-obra em Suape é um quadro composto por pessoas de outros países, pois aqui em Ipojuca não há pessoas qualificadas para determinados setores. Os programas que existem é para formação das atividades básicas e grande parte dos jovens têm que arcar com os custos de formação, pois quando não há vaga nos poucos programas do governo, os que existem são de péssima qualidade ou não atendem o que se espera de um curso profissionalizante.
E10 (R)	Atualmente existem ações que desde os anos iniciais da educação básica visam atender o educando com práticas pedagógicas que formem não apenas o profissional, mas também o cidadão em sua integralidade. Nesse contexto podemos afirmar que desde as séries iniciais do Ensino Fundamental estamos nos esforçando para melhor atender os estudantes que futuramente ingressarão no mercado de trabalho, com destaque para Suape que hoje abriga a maioria dos empregos de melhor renda e <i>status</i> do município.
E12 (E)	Seria bom se os trabalhadores que chegam ao mercado em Suape tivessem ao menos o mínimo de formação voltada para a qualificação para o trabalho. A questão é que além de investirmos em uma especialização na área de atuação, ainda é necessário investir em outras áreas que são básicas como a formação matemática, a língua portuguesa entre outras. Portanto a educação atualmente, digo com maior ímpeto a pública, não prepara adequadamente como deveriam.

As ações que devem viabilizar os meios necessários para uma educação de qualidade e que se voltem para atender as necessidades da demanda do mercado, são um fator de divergências entre os interesses do capitalismo e as intenções da educação no sentido de transformadora e problematizadora. Segundo a professora Acácia Kuenzer:

“Em síntese, é necessária mas não suficiente a ampliação do trabalho dos profissionais da educação, posto que, se não fundamentado nas categorias de uma pedagogia emancipatória que tenha como finalidade a superação da contradição entre capital e trabalho, pode simplesmente corresponder à substituição do trabalhador especializado do taylorismo/fordismo pelo trabalhador multitarefa, e nem sempre criativo e autônomo, mas simples tarefeiro em ações esvaziadas de conhecimento técnico e de compromisso político com a transformação, formal e realmente subsumido pelo capital, tal como no toyotismo. Por isto não basta a unificação no âmbito da formação; é preciso que esta se dê a partir das categorias que historicamente têm-se construído no campo da pedagogia emancipatória, articulada às demais formas de destruição das condições materiais que geram a exclusão” (Kuenzer, 2002, p.04).

Portanto, como afirma Kuenzer, não cabe a sociedade contemporânea uma escola que simplesmente prepare o estudante para adentrar ao mercado, a preocupação e a orientação deve estar pautada em um trabalhador que possa ser criativo e politizado, uma vez que a formação profissional pode se mostrar “manipuladora” em seu processo.

Observa-se nas entrevistas um senso comum em entender a responsabilidade da escola na formação do cidadão e em seu preparo para o mercado de trabalho. Em parte, porém, não se percebe um paralelo claro entre a qualificação para o trabalho e a formação integral do cidadão nesses discursos, notando-se que os valores decorrentes do capital aparecem em primeiro plano. Cabe salientar porém que a escola deve apresentar-se equilibrada entre a formação profissional e a formação para a vida. Sobre essa questão alerta Tardiff:

“Tal situação pode ou deveria conduzir (se isso já não ocorreu), ao desenvolvimento de uma lógica de consumo dos saberes escolares. A instituição escolar deixaria de ser um lugar de formação para tornar-se um mercado onde seriam oferecidos, aos consumidores (alunos e pais, adultos em processo de reciclagem, educação permanente), saberes instrumentos, saberes meios, um capital de informações mais ou menos úteis para o seu futuro “posicionamento” no mercado de trabalho e sua adaptação à vida social. As clientelas escolares se transformariam então em clientes. A definição e a seleção dos saberes escolares dependeriam então das pressões dos consumidores e da evolução mais ou menos tortuosa do mercado dos saberes sociais. A função dos professores não consistiria mais em formar indivíduos, mas em equipá-los tendo em vista a concorrência implacável que rege o mercado de trabalho. Ao invés de formadores eles seriam muito mais informadores ou transmissores de informações potencialmente utilizáveis pelos clientes escolares” (Tardiff, 2014, p.42).

Quanto ao que colocam os representantes do Estado, “as ações do governo visam a melhoria da qualidade da educação e seu preparo para o mercado de trabalho” é uma fala que se pode dizer constante no repertório daqueles que representam o governo (Buarque, 2002). Bowe, Ball e Gold (1992) no entanto, chamam a atenção para as consequências negativas de abordagens *top down*, afirmando que teorias centradas no Estado servem a um “propósito ideológico poderoso” de tirar ainda mais o poder dos sujeitos (Power, 2006, p.57). A mesma autora ainda afirma, que os trabalhos que tratam o Estado de forma arbitrária têm sido criticados na academia (Power, 2006).

4.2.4. Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no Município de Ipojuca: perspectivas

Quadro 11. FD: Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no Município de Ipojuca: perspectivas

FD: Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no Município de Ipojuca: perspectivas	
Entrevistados	Depoimentos
E1 (G)	Não houve o suficiente para preparar a todos, apesar que a ideia dos governos foi desenvolver a longo prazo a expansão do complexo de Suape colocando os estudantes da comunidade no mercado de trabalho.
E3 (G)	Eu vejo uma péssima relação visto que não existe uma política séria para oferecer formação profissional para os jovens, e até existe alguma coisa, apenas em períodos de eleições se escuta alguma promessa e as vezes acontecem alguns cursinhos básicos, porém nada de qualidade e duradouro.
E4 (G)	Eu acredito que o estudante de hoje tem a mente muito atenta com tudo, ele precisa se informar mais no foco do estudo, pois muitos alunos ficam esperando que a política lhes dê alguma coisa, alguns não. Muitos alunos aqui em Ipojuca são muito interessados, muitos fazem o pré-vestibular para tentar uma vaga nas universidades, então acho que se eles buscarem podem sim alcançar.
E5 (P)	Faço um paralelo um pouco desanimador uma vez que no município não existe nenhuma Escola Estadual de Ensino Médio voltada para qualificar profissionalmente os jovens que concluem esta etapa da educação básica.
E6 (P)	Os objetivos do Estado não estão voltados como deveria para o campo do trabalho. Faltam projetos, cursos e principalmente parcerias que estimulassem a qualificação adequada para atuação no Porto.
E7 (P)	É meio assustador quando você faz uma relação entre o mercado de trabalho futuro em Suape e a atual ação do governo nas ações frente a educação para inserção no mercado, não sei, mas acho que não posso contar com muito desenvolvimento a partir do que é observado atualmente. Tanto escola quanto o profissional de educação precisam ser reassistidos pelo Estado.
E9 (R)	Várias ações foram tomadas para qualificar jovens e encaminhá-los ao mercado de trabalho em Suape. Houveram ações como cursos de capacitação e profissionalização e vários jovens conseguiram emprego em Suape. Posso citar por exemplo o Condomínio de Cursos, onde vários cursos foram realizados como soldador por exemplo. Destaco também o Projeto Rumo ao Mercado de Trabalho, no qual centenas de jovens foram formados e vários conseguiram vaga em Suape.
E10 (R)	Atualmente, há uma forte preocupação em qualificar jovens para que possam ingressar no mercado de trabalho com a melhor qualificação possível. Temos o CEMEP (Centro Municipal de Educação Profissional) que desenvolve diversos cursos de formação e já inseriu vários jovens no mercado de trabalho, também em Suape. São realizadas ações também com o apoio do SENAI e SEBRAE no intuito de desenvolver possíveis empreendedores e novos profissionais na região.
E11 (E)	Acredito que futuramente, não distante, não haverá interesse em transformar, em agir em prol das ações municipais que possam melhorar as políticas de qualificação profissional. Penso que se houvesse um interesse nesse sentido começaríamos a sentir agora, porém não é isso que acontece, o futuro nesse sentido é incerto.
E12 (E)	Para uma melhor profissionalização o estudante hoje de Ipojuca terá que se deslocar até outra cidade, de preferência o Recife, mas não são poucos os casos de pessoas que chegam a ir até outros estados para melhor se qualificar. Todavia, sabemos que é uma minoria que pode arcar, de maneira sofrível, com os custos de uma formação fora do município. Se não houverem já, políticas públicas sérias e bem contundentes, veremos a massa de trabalhadores ipojuca ser engolida pela demanda exigida atualmente em Suape.

Quando observamos o discurso dos entrevistados em torno das perspectivas das políticas públicas no auxílio a inserção desses jovens no mercado, percebemos que na maioria das falas existe um descrédito quanto à formação plena desses educandos para adentrar no mercado de trabalho em Suape. No papel do educador analisamos que este sente-se desamparado frente a todo um meio que expressa mudanças radicais no modelo ensino-aprendizagem e sobre isso coloca Dowbor:

“É impressionante a solidão do professor frente à sua turma, com os seus cinquenta minutos e uma fatia de conhecimento pré-definida a transmitir. Alguns serão melhores, outros piores, para enfrentar este processo, mas no conjunto este universo fatiado corresponde pouco à motivação dos alunos, e tornou-se muito difícil para o professor, individualmente, modificar os procedimentos. Isto levou a uma situação interessante, de um grande número de pessoas na área educacional querendo introduzir modificações, ao mesmo tempo que pouco muda. É um tipo de impotência institucional, onde uma engrenagem tem dificuldade de alterar algo, na medida em que depende de outras engrenagens. A mudança sistêmica é sempre difícil. E sobretudo, as soluções individuais não bastam” (Dowbor, 2006, p.16).

Na fala dos gestores, observamos que os mesmos, de certa forma, responsabilizam os alunos pela sua ascensão aos postos de trabalho ou acadêmico, colocando-o como agente responsável nesse processo. Logicamente que cada cidadão tem papel fundamental na tomada de decisões e nas ações frente ao mundo profissional, não omite-se porém o papel fundamental do Estado no desenvolvimento de políticas públicas capazes de conferir a esse estudante os meios necessários para continuar progredindo em sua carreira acadêmica e profissional.

Na fala dos representantes do governo percebemos ações importantes para a formação de jovens rumo ao mercado de trabalho em Ipojuca. O CEMEP é a ação que ainda persiste no município, Rumo ao Mercado de Trabalho e Condomínio de Cursos já não existem mais. Contrastando com a fala dos demais entrevistados e com dados do Complexo observamos que as Políticas Públicas Educacionais para esses fins carecem de maiores investimentos e intervenções mais direcionadas e objetivadas que direcionem os jovens ao mercado de trabalho em Ipojuca.

4.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA ABORDAGEM QUANTITATIVA E QUALITATIVA – TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS

Analisando os dados obtidos durante a pesquisa organizamos as informações de maneira que pudéssemos ter a melhor confiabilidade possível. Para tal procedemos com a triangulação dos dados a partir de quadros comparativos com base nos questionários e nas entrevistas obtidas. Assim elencamos os seguintes quadros:

1. Triangulação da caracterização dos grupos;
2. Triangulação sobre as Políticas Públicas Educacionais no Município de Ipojuca;
3. Triangulação acerca das informações sobre Educação e Trabalho;
4. Triangulação sobre as concepções acerca das Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no município de Ipojuca: perspectivas.

4.3.1. Triangulação da caracterização dos grupos

Quadro 12. Triangulação da caracterização dos grupos

Fontes	Questionários	Entrevistas
Gênero	A maioria é do sexo feminino	A maioria é do sexo feminino
Faixa Etária	Entre 16 e 24 anos	Entre 28 e 54 anos
Formação	Alunos concluintes do 3º ano do Ensino Médio	Graduados, especialistas e mestres

A partir dos dados apresentados, percebemos que no caso dos estudantes, ocorre uma predominância do sexo feminino entre os alunos, o que representa um reflexo do quantitativo da distribuição populacional apresentada pelo censo brasileiro realizado em 2010, onde temos na cidade de Ipojuca nas faixas etárias entre 15 e 19 anos – 4.246 homens e 4.177 mulheres – e entre 20 e 24 anos – 4.016 homens e 4.152 mulheres. Totalizando um quantitativo do sexo masculino 8.262 e do sexo feminino 8.329. Podemos confirmar portanto que há uma maioria feminina na região o que também foi confirmada nessa pesquisa.

Já na questão dos entrevistados houve uma maioria de mulheres com uma escolaridade cada vez maior e ocupando cargos de gestão e, essa escolaridade constatamos que aumenta à medida que a idade dos entrevistados também cresce, além da exigência do posto de trabalho que essas pessoas ocupam.

4.3.2. Triangulação sobre as Políticas Públicas Educacionais no Município de Ipojuca

Quadro 13. Triangulação sobre as Políticas Públicas Educacionais no Município de Ipojuca

Fontes	Questionários	Entrevistas
Resultados obtidos	A partir da análise dos dados obtidos observamos que os estudantes do município de Ipojuca acreditam que as políticas públicas educacionais dentro da cidade necessitam de maiores investimentos e reorientação nas ações para melhor atender as necessidades da população.	De acordo com a colocação dos representantes do Estado, as políticas públicas educacionais tem sido direcionadas a atender a população de estudantes buscando a melhoria da qualidade da educação. De maneira geral, gestores e professores sentem uma carência nos investimentos e no acompanhamento e melhoria estrutural e pedagógica da educação.

A partir do que expõem os estudantes, as ações do governo carecem de maiores investimentos e melhores programas que possam sanar o fluxo de pessoas com necessidade de qualificação para adentrar ao mercado de trabalho. Os gestores apesar de apontarem que existam programas voltados para a melhoria da educação nessa área de maneira geral consideram insuficientes as ações governamentais. Professores e empresários entrevistados concordam que há políticas públicas educacionais voltadas para a profissionalização, mas que porém tais ações não são suficientes para a enorme demanda de mão-de-obra que se forma a cada dia. (Oliveira, 2003; Buarque 2011; Kuenzer 2009; Ferreira 2011; Tello 2011).

4.3.3. Triangulação acerca das informações sobre Educação e Trabalho

Quadro 14. Triangulação acerca das informações sobre Educação e Trabalho

Fontes	Questionários	Entrevistas
Resultados obtidos	Percebeu-se que os estudantes acreditam que é papel da escola prepara-los para o mercado de trabalho, todavia, não sentem que os direcionamentos têm mostrado impactos positivos no processo de formação e qualificação rumo ao mercado de trabalho.	De maneira geral os entrevistados entendem que a escola tem papel fundamental na formação desses estudantes, todavia, a maioria apresenta uma visão negativa sobre como a escola vem preparando esses jovens para o mercado.

A escola tem papel salutar no aprimoramento do estudante direcionando-o ao mercado de trabalho através da formação de competências e desenvolvimento das habilidades necessárias. Há porém que se colocar que a escola não forma apenas para o mercado de trabalho o cidadão que provém do ambiente escolar. Deve trazer consigo informações e valores que o completem enquanto cidadão crítico, criativo e politizado, para que não seja um mero reproduzidor da produção, mas que possa estar em constante aprimoramento e participação ativa na produção e dos meios que o rodeiam. (Kuenzer, 2006; Tardif 2014; Ball 2011; Mainardes 2006; Minayo; Tedesco 2005)

4.3.4. Triangulação sobre as concepções acerca das Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no município de Ipojuca: perspectivas

Quadro 15. Triangulação sobre as concepções acerca das Políticas Públicas para a Educação e Trabalho no município de Ipojuca: perspectivas

Fontes	Questionários	Entrevistas
Resultados obtidos	Na concepção dos estudantes as políticas públicas educacionais implementadas pelo Estado no Município de Ipojuca não atendem as reais necessidades da população de estudantes em fase de entrada no mercado de trabalho para que eles possam ingressar no mercado em Suape.	De maneira geral os representantes do Estado colocam que há investimentos constantes para a melhoria da educação refletidos na inserção dos jovens no mercado de trabalho em Suape. Gestores, professores e empresários concordam que as políticas públicas educacionais não atendem as necessidades dos estudantes ipojuicanos na sua qualificação para o trabalho no sentido de atender as demandas de mão-de-obra em Suape e que portanto o futuro apresenta-se incerto.

Para que possa haver um futuro promissor é necessário que haja um investimento contundente nas políticas públicas educacionais e esses investimentos não são simplesmente em valores financeiros, mas também direcionamentos concretos e bem norteados para que possam alcançar metas bem estipuladas com base em objetivos muito bem desenhados. Conforme é possível observar há uma insegurança por parte da maioria dos entrevistados quando se faz um paralelo entre as políticas educacionais atuais no município de Ipojuca e as consequências positivas para a população, demonstrando uma necessidade imediata de ações positivas nessa área. (Peano, 2005; Papadopoulos, 2005; Shiroma, 2011; Garcia 2011; Campos 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os métodos de pesquisa utilizados nessa investigação foram o Quantitativo e Qualitativo. A recolha de dados foi realizada com professores, gestores e alunos de quatro escolas públicas, além de dois empresários que atuam na área de influência do Polo Industrial Portuário de Suape. Elegemos como ferramentas de coleta a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada possibilitando que o entrevistado expusesse seus pensamentos sem rigidez e o questionário, pois aproxima-se da pesquisa quantitativa e expressa uma visão mais objetiva dos dados.

Ao realizar esta pesquisa consideramos fundamental alguns elementos que orientassem nosso trabalho, como exemplo, como as Políticas Públicas na área de educação implementadas pelo Estado no município de Ipojuca, voltadas para a demanda do Polo Industrial Portuário de Suape, se estão sendo desenvolvidas e se essas ações realmente têm gerado a qualificação esperada pelo Complexo de Suape.

Uma outra orientação partiu dos estudos acerca da educação e trabalho tendo como princípio relacionar a educação para o trabalho no município de Ipojuca e as políticas desenvolvidas para a contribuição na profissionalização do jovem estudante do município em sua carreira profissional no Polo Industrial Portuário de Suape.

As pesquisas na área de Políticas Públicas Educacionais são bastante recentes em relação a outras áreas, porém a grande necessidade de estudos nessa perspectiva têm gerado importantes análises científicas na atualidade. O Brasil por exemplo vem ampliando o campo de pesquisa nessa área e cada vez mais esses estudos vem ganhando maior credibilidade.

Na área de Educação e Trabalho percebemos um campo bastante amadurecido, porém muito dinâmico devido a existência de vários fatores, dentre os quais podemos citar a dinâmica nas mudanças do trabalho que constantemente são alteradas em suas relações, as novas tecnologias dentre outros, incitando assim novas análises acerca da temática proposta.

As políticas públicas voltadas para a área da educação são direcionadas de acordo com o contexto no qual elas estão inseridas. Atualmente no Brasil o discurso está orientado para uma busca pela educação de qualidade e que possa trazer os diferentes setores sociais para as discussões inerentes ao processo educativo. Não diferente, é a estreita relação entre essas políticas e as demandas e necessidades do mercado de trabalho, esse por sua vez influencia diretamente essas políticas.

Em meio a fundamentos bastante sólidos essa pesquisa partiu da inquietação em entender quais as políticas públicas implementadas pelo Estado no município para atender as demandas do Polo Industrial Portuário de Suape? E como essas políticas são desenvolvidas, bem como se atendem as necessidades do Polo Industrial Portuário de Suape.

Foi possível identificar que existe sim uma preocupação por parte dos agentes públicos do governo com relação às políticas que possam contribuir com a profissionalização do jovem no mercado. Observa-se que com a expansão do complexo foram desenvolvidas algumas ações que visavam dirimir a falta de pessoas qualificadas para o mercado emergente. Foram feitos portanto pactos com o governo estadual e federal no intuito de buscar recursos e programas para o município afim de atender tais demandas, como foi o caso do IFPE e de programas de cursos do governo do estado em regime temporário como foi o PROJOVEM, programa de formação profissional em curto espaço de tempo que profissionalizava jovens em idade de início de carreira, porém sem foco exclusivo nas atividades do setor industrial e portuário de Suape.

Segundo a maioria dos alunos pesquisados da rede pública de Ipojuca, essas políticas porém não demonstram atender a maior parte dos jovens estudantes, nem suas necessidades. Na visão da maioria dos estudantes o município carece de maiores investimentos para que haja um maior e melhor preparo desses estudantes para esse mercado. Pode-se compreender a partir dessa visão que boa parte desses jovens não são atendidos por essas políticas ou que tais ações não agregam as reais necessidades do jovem trabalhador frente às exigências do Polo. Uma das comprovações dessa realidade é que boa parte da mão-de-obra é trazida de outros estados e também de outros países, uma vez que determinadas áreas são pouco ou simplesmente não são encontradas entre os profissionais ipojuicanos.

Da mesma visão dos estudantes compartilham também a maioria dos professores, gestores e empresários pesquisados, onde podemos perceber a preocupação desses grupos com o futuro profissional desse município, uma vez que apresentam uma certa inquietação com as atuais políticas desenvolvidas nesse cenário. Enquanto que os profissionais da educação apontam um certo desatendimento do governo no cenário escolar para desenvolver ações profissionalizantes na escola, empresários pontuam que muitas vezes se faz necessária uma formação prévia do trabalhador antes de ele dar início, diga-se que essa formação não é um mero aperfeiçoamento na área, porém muitas vezes é necessário formar o profissional desde a sua base profissional.

Pontuamos as políticas públicas educacionais que visam atender tais necessidades, como o IFPE, o CEMEP, cursos profissionalizantes e capacitações periódicas, alguns projetos que tiveram destaque como o Rumo ao Mercado de Trabalho e Jovem Soldador em determinado período para atender a construção de uma das maiores fábricas do Polo de Suape que foi a Refinaria Abreu e Lima e que necessitou de uma grande leva de profissionais. Esses trabalhadores, porém, em sua maioria, não foram utilizados após o término da obra por falta de novas qualificações profissionais que lhes garantissem novos empregos, tendo que

se deslocar para outras empresas ou agregando a massa de desempregados após essas construções.

Percebe-se ainda que a escola em si não tem o aporte necessário para formar o estudante em todos os aspectos que são elencados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) com destaque para o ensino profissionalizante, onde prevê que um dos grandes esforços no Ensino Médio é o desenvolvimento profissionalizante e tecnológico.

Emerge portanto o papel fundamental da escola na execução das políticas públicas. Nesse sentido pontua Soares (2013), “a constante interpelação do saber na experiência de trabalho confronta com o saber exigido pela vivência escolar. Do mesmo modo, a aprendizagem escolar convoca o saber do trabalho”.

Diante desse cenário a presente pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de novos estudos, pois aguçar a visão para novas descobertas que possam ampliar a discussão em torno da temática proposta, uma vez que é visível a grande necessidade de novas políticas e investimentos diferenciados que possam atender as mais diversas necessidades ora apresentadas nesse trabalho.

Se faz necessário que haja um maior desdobramento dos entes públicos no sentido de unificar o papel da escola às necessidades do mundo do trabalho, com destaque para o Complexo Industrial e Portuário de Suape, buscando atender de maneira satisfatória tanto suas demandas quanto as necessidades dos jovens trabalhadores que estão saindo do mundo escolar e entrando no ambiente profissional.

Concluimos portanto, que a discussão em torno das políticas públicas educacionais no município de Ipojuca deve ser vista de maneira mais contundente, levando a sociedade a perceber juntamente com os governantes suas reais necessidades, bem como observa-se a necessidade de maiores investimentos e políticas públicas educacionais focadas no aperfeiçoamento desses estudantes para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 14ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- Apple, M. W. (2001, jan/jun). *Reestruturação educativa e curricular e as agendas neoliberal e conservadora: entrevista com Michael Apple*. *Curriculo sem fronteiras*, v. 1, nº1, 5-33. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em 10 de ago. de 2013.
- Arroyo, M. G. (1998). Trabalho – Educação e teoria pedagógica. In: Frigotto, G. (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Arroyo, M. G. (1999). As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In Ferretti, C. J., Silva Junior, J. dos R., & Oliveira, M. R. N. S. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã.
- Ataíde, M. das G. A. de A. (2001). *A construção da verdade autoritária: palavras e imagens da Interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco*. São Paulo: Humanitas.
- Azevedo, J. (2004). *A educação como política pública* (3. ed.) Coleção polêmicas do nosso tempo; vol. 56. Campinas: Autores Associados.
- Azevedo, J. M. L. de. (2010, jan/jun) *Reflexões sobre políticas públicas e o PNE*. *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v.4, n.6, p.27-35. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 20 de ago. 2013.
- Andriole, Inácio (2002). *As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo*. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano II, Nº 13. Disponível em: <https://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>. Acesso em 21 de ago. 2014.
- Bacelar, T. (2003). *As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios*. Programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro.
- Ball, S. J. (2006, jul/dez). *Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional*. *Curriculo sem Fronteiras*, n.2, v.6, p.10-32. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 12 de set. 2013.
- Ball, S. J., & Gewirtz, S. (2011). Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “novo gerencialismo”: mudanças discursivas sobre gestão escolar. In Ball, S. J., & Mainardes, J. (orgs). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez.
- Bertrand, O. (2005). Educação e Trabalho. In: Delors, J. (org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Artmed, Porto Alegre.
- Blondel, D. (2005). Dificuldades, Riscos e Desafios do Século XXI. In: Delors, J. (org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Artmed, Porto Alegre.
- Brandão, C. da F. (2010). *LDB passo a passo*. Editora Avercamp, São Paulo.
- Bray, M (2005). A Privatização do Ensino Médio: Análise e Consequências Para as Políticas a Serem Implementadas. In: Delors, J. (org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed.
- Buarque, C. (2011). *A revolução republicana: Ensino de qualidade para todos*. São Paulo: Moderna.
- Campos, R. F., Garcia, R. M. C., & Shiroma, E. O. (2011). Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação”. In Ball, S.

- J., & Mainardes, J (orgs). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez.
- Carvalho, *Análise da Configuração de Políticas Públicas para a Juventude a partir de 1990: Evidenciando Concepções e Estratégias Neoliberais*. UEAM, 2009.
- Chizzotti, A. (2003). *A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios*. *Revista Portuguesa de Educação*, 16 (2), pp. 221-236.
- Ciavatta, M. (2010). A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M. *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez.
- Cribb, A., & Gewirtz, S. (2011). Concepções plurais de justiça social: implicações pra a sociologia das políticas. In Ball, S. J., & Mainardes, J. (org.). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez.
- Cribb, A., & Gewirtz, S. (2011). *O que fazer a respeito de valores na pesquisa social*. In Ball, S. J., & Mainardes, J. (org.). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez.
- Delors, J. (org.). (2005). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed.
- Delors, Jacques. (org.). 1996. *Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI*. UNESCO, Brsil 2010. Ed. Faber-Castell.
- Dias, Deise de Souza. *Jovem Aluno Trabalhador do Ensino Médio: Articulação entre Trabalho e Educação*. Tese UFMG, 2000.
- Dowbor, Ladslaw. *Educação e desenvolvimento local. Caderno de texto do Seminário Internacional do Ministério da Educação*. Brasília, 2006.
- Faria, C. A. P. de. (2005, jan/out). *A Política da Avaliação de Políticas Públicas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 20, nº 59.
- Fausto, B. (org.). (1997). *A Época Colonial. 1. Do Descobrimento à Expansão Territorial*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- Fausto, B. (org.). (1997). *O Brasil republicano. 2. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- Ferreira, M. dos S., Mainardes, J., & Tello, C. (2011). Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In Ball, S. J., & Mainardes, J. (orgs). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez.
- Frigotto, Gaudêncio; Ciavatta, Maria; Ramos Marise. (2005) *Ensino médio Integrado: concepções e contradições*. Editora Cortez.
- Ferretti, C. J. (2004, mai/ago). Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. In *Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87*, p. 401-422. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Ferretti, C. J. (2009). O pensamento educacional em Marx e Gramsci e a concepção de politécnica. *Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.7, p. 105-128*.
- Foucault, M. (2006). *Microfísica do poder* (22ª ed.). Rio de Janeiro: Ed. Graal, Rio de Janeiro.
- Franco, M. C. (1998). Formação profissional para o trabalho incerto: Um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In Frigotto, G. (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis/RJ: Vozes.

- Frigoto, Gaudêncio. (2010) *Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século*. São Paulo: Cortez, 2010.
- Frigoto, Gaudêncio. (1997) Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In. *Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século*. São Paulo: Cortez, 2010.
- Frigoto, Gaudêncio. (2001) *Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora*. Revista Perspectiva, Florianópolis 2001. Acesso em 10 de setembro de 2013.
- Gannicott, K., &Throsby, D. (2005, ago). *Qualidade da Educação e Eficácia do Ensino Escolar*. In Delors, J. (org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed.
- Gentili, Pablo. (2002). Educação para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In. FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século*. São Paulo: Cortez, 2010.
- Giddens, A. (2000). *Mundo em descontrol*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record.
- Grabowsk, Gabriel. (2011). *Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Boletim 07, programa salto para o futuro*. Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf. Acesso em: 23 de setembro de 2013.
- Hughes, P. (2005). Objetivos, Expectativas e Realidades da Educação para os Jovens. In. Delors, J. (org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed.
- Kerstenetzky, C. L. (2011, mar). *Políticas sociais sob a perspectiva do Estado do Bem-Estar Social: desafios e oportunidades para o “catchingup” social brasileiro*. UFF. Disponível em: www.proac.uff.br/cede. Acesso em: 20 de ago. de 2013.
- Kovács, I. (2002). Qualificações e ensino/formação na era da globalização. In Scherer-Warren, I., & Ferreira, J. M. C. (orgs.). *Transformações e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo: Cortez.
- Kuenzer, A.Z. (1998). Desafios teórico metodológicos da relação trabalho educação e o papel social da escola. In. Frigotto, G. (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Kuenzer, A.Z. (1999). A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In Ferretti, C. J., Silva Júnior, J. dos R., & Oliveira, M. R. N. S. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã.
- Kuenzer, A. (2000, abr) O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. *Revista Educação & Sociedade*, vol. 21, nº 70. Campinas. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>).
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Ed. Artmed.
- Mainardes, J. (2006, jan/abr). *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. Campinas, vol. 27, n.94, p. 47-69. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 de ago. de 2013.
- Mainardes, Jefferson; Ferreira, Márcia S. da; e Tello, César. (2011). Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In. Ball, Stephen J. E

- Mainardes, Jefferson. (2011) *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo. Ed. Cortez.
- Martins, M. F. (2000). *Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?* Campinas, SP: Autores Associados.
- Melo, Marcos André. (2009) As sete vidas da agenda pública brasileira. In. Mello, Elizabeth Rico. *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. Ed. Cortez. 6ª Edição, São Paulo.
- Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*(18ª ed.) Petrópolis: Vozes.
- Moreira, D. A. (2002). *O método fenomenológico da pesquisa*. São Paulo: Thonsom Pioneira.
- Moresi, Eduardo. (2003) *Metodologia da Pesquisa*. Disponível em:<http://www.inf.ufes.br/falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em 7 de outubro de 2014.
- Morin, E. (2006). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF : UNESCO.
- Nosella, P. (1998). A escola brasileira no final do século: Um balanço. In. Frigotto, G. (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Oliveira, M. A. M. (2003). *Políticas Públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos Cefets*. Campinas, SP: Papirus.
- Oliveira, M. M. de. (2005). *Como fazer: projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- Ordones, V. M. (2005). *A Educação Fundamental no Século XXI*. In. Delors, J. (org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed.
- Orlandi, E. P. (2005). *Análise do Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2005). *Análise do Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Pacheco, E. (org.). (2012). *Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de diretrizes curriculares nacionais*. Brasília: Moderna.
- Pádua, Elisabete Matallo Marchesini de. (2011). *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 13ª Edição. Ed. Papirus Editora. Campinas São Paulo.
- Papadopoulos, G. S. (2005). Aprender para o Século XXI. In. Delors, J. (org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed.
- Péano, S. (2005). O Financiamento dos Sistemas Educacionais. In. Delors, J. (org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed.
- Pinto, José M. R. (2009) *O financiamento da educação no governo Lula* . In Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – ANPAE.
- Power, Sally. (2006). *O detalhe e o macrocontexto: o uso da teoria centrada no Estado para explicar práticas e políticas educacionais*. In. In. Ball, Stephen J. E Mainardes, Jefferson. (2011) *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo. Ed. Cortez.
- Pochmann, M. (1998) *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. Campinas-Unicamp.
- Ramos, M. N., & Ronca, A. C. C. (2010). *Da CONAE ao PNE 2011-2020: Contribuições do Conselho Nacional de Educação*. E. Moderna.
- Rezende, P. A. (1994). *História do movimento operário no Brasil*. Recife: Ed. Ática.

- Richardson, R. J. (2008). *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas* (3ª ed.) São Paulo: Editora Atlas.
- Romão, J. E. (2002, set/dez). “Educação Profissional do XXI”. *Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro*: v. 28, n. 3. Disponível em: www.senac.br/informativo/BTS/283/boltec283b.htm.
- Santos, R. L., & Teodoro, E. G. (2011, jan/jun) *Trabalho como princípio educativo na educação profissional*. *Revista de C. Humanas*, vol.11, nº 1, p. 151-162.
- Saviani, D. (2007, jan/abr) Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação, Campinas*, v. 12, nº 34.
- Segnini, Liliana R. Petrilli. (2000). *Educação e Trabalho: Uma relação tão necessária quanto insuficiente*. São Paulo em Perspectiva. V 14, n. 2. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200011. Acesso em 16 de maio de 2015.
- Silva, Edna Lúcia da; Menezes, Estera Muszkat. (2004). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Ed. Revista Atual. Florianópolis.
- Tardiff, Maurice. (2014). *Saberes docentes e formação profissional*. Ed. Vozes. Petrópolis Rio de Janeiro.
- Tedesco, J. C. (2005). Tendências Atuais das Reformas Educacionais. In. Delors, J. (org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Artmed, Porto Alegre.
- Teixeira, Anísio Spinola. (1967) *Educação é um direito*. São Paulo: Editora Nacional.
- Teodoro, A. (2003) *Globalização e Educação: políticas educacionais e novos modos de governação*. São Paulo: Cortez.
- Tfouni. Fábio E. Verdiane. (2013). *Interdito e Silêncio: Análise de alguns enunciados*. *Rev. Ágora*, V. 16. N.1. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982013000100003. Acesso em: 18 de setembro de 2015.
- Torres, Rosa Maria. (2001) *Educação para Todos: a tarefa por fazer*. Porto Alegre: Editora ARTMED.
- Viamonte, Pérola Fátima V. Simpsom. (2011). *Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96*. *Revista Educação em Perspectiva*. V.2.n.1. Disponível em: <file:///C:/Users/Jefferson/Downloads/67-594-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2014.
- Warner, M.(1990, mai) O Papel da Pesquisa na Pós-Graduação em Educação. *Cadernos de Pesquisa. São Paulo* (73) 67-75.
- Wehling, A., & Wehling, M. J. C.M. (1999). *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Legislação

- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96*. Brasília: MEC, 1996. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).
- Brasil. (2000). *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*. Ministério da Educação do Brasil, 2000. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>).

- Brasil. (2004). *Decreto N° 5.154*, de 23 de julho de 2004. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm).
- Brasil. (2011). *Decreto N° 7.589*, de 26 de outubro de 2011. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm).
- Nova York. (1990) *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos – Jomtiem*. (Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-duca%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html>)
- Brasil. (2010) *Conferência Nacional de Educação*. (Disponível em: http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=371&Itemid=258)
- Washington. (1995). *BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. O trabalhador e o processo de integração mundial*.
- Pernambuco. (2003) *CONDEM-FIDEM*. (Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/intern-zeec.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2014)

APÊNDICES

APÊNDICE I. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES E GESTORES



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Jefferson Oliveira Rodrigues

e-mail: professorjeffersonrodrigues@gmail.com

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES E GESTORES

Prezado(a) Senhor(a):

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar como as Políticas Públicas na área de educação, implementadas pelo Estado no município de Ipojuca, atendem as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape. Este estudo servirá de base para que possamos repensar as ações públicas acerca da relação Educação/trabalho, e sua relação com o desenvolvimento económico propiciado pelo complexo industrial de Suape/PE. Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade

Gênero

Tempo de formação

Função

Tempo de função

POÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

APÊNDICE II. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA EMPRESÁRIOS QUE ATUAM NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DE SUAPE



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Mestrando: Jefferson Oliveira Rodrigues
e-mail: professorjeffersonrodrigues@gmail.com

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA EMPRESÁRIOS QUE ATUAM NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DE SUAPE

Prezado(a) Senhor(a):

Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar como as Políticas Públicas na área de educação, implementadas pelo Estado no município de Ipojuca, atendem as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape. Este estudo servirá de base para que possamos repensar as ações públicas acerca da relação Educação/trabalho, e sua relação com o desenvolvimento económico propiciado pelo complexo industrial de Suape/PE. Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade

Gênero

Tempo de formação

Função

Tempo de função

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

Q3. Qual a sua percepção de como essas políticas podem influenciar a demanda de mão-de-obra em Suape?

Q4. Qual a relação dessas políticas com as reais necessidades de mercado do Polo de Suape?

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q5. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante e sua atuação na empresa?

Q6. As políticas públicas hoje desenvolvidas preparam o jovem para o mercado de trabalho?

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q7. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

Q8. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

APÊNDICE III. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Jefferson Oliveira Rodrigues

e-mail: professorjeffersonrodrigues@gmail.com.br

Telefone para contato: (81) 87571262/92759233

Professor Licenciado (FAMASUL)

Especialista em Ensino das Artes e das Religiões (UFRPE) e Educação (FATIN)

Professor da Rede Estadual de Ensino - Professor da Rede Municipal de Ipojuca

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa intitulada —**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA DO POLO INDÚSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE EM IPOJUCA – PE**, será realizada pelo Mestrando Jefferson Oliveira Rodrigues sob a orientação da Prof.^a Doutora ///, para a Dissertação do Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT/Portugal.

Como profissionais a serviço da Educação é de nosso conhecimento as muitas mudanças que estão ocorrendo na prática educativa atualmente. A crescente expansão da exigência de qualificação profissional para o mercado de trabalho, especialmente com a expansão do complexo industrial de Suape em nosso Estado, ampliando assim, as vagas de trabalho e emprego para os jovens candidatos a uma dessas vagas.

Assim, vimos por meio desta, convidar-lhe a participar da presente pesquisa, através de uma entrevista semiestruturada a ser realizada em dia e horário pré-agendados, com gravação de áudio da referida entrevista.

O objetivo geral é analisar como as Políticas Públicas na área de educação, implementadas pelo Estado no município de Ipojuca, atendem as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape. Em suma, através da investigação proposta neste estudo poder-se-á constatar se a Educação Básica está passando pelas transformações necessárias na preparação desses futuros profissionais que atenderão a essas novas exigências da expansão do Complexo Industrial de Suape/PE.

Adiantamos que a participação é voluntária e que V. Sr.^a terá assegurado o direito de receber respostas para todas as dúvidas e perguntas que desejar fazer acerca de assuntos referentes ao desenvolvimento desta pesquisa; assim como o direito de desistir em qualquer momento da pesquisa, sem que isto lhe cause prejuízos ou danos. Autorizo a divulgação dos dados coletados sem exposição da minha identidade, mantendo minha privacidade em qualquer tipo de divulgação, oral ou por escrito, nos resultados da pesquisa.

Atenciosamente,

Eu, _____ RG nº _____
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Ipojuca, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do voluntário

APÊNDICE IV. QUESTIONÁRIO



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Jefferson Oliveira Rodrigues
e-mail: professorjeffersonrodrigues@gmail.com

QUESTIONÁRIO

Prezado(a) Aluno(a):

Este questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo analisar como as Políticas Públicas na área de educação, implementadas pelo Estado no município de Ipojuca, atendem as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape. Este estudo servirá de base para que possamos repensar as ações públicas acerca da relação Educação/trabalho, e sua relação com o desenvolvimento económico propiciado pelo complexo industrial de Suape/PE. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

(Atenção: Esse questionário é destinado a alunos do 3º ano do Ensino Médio que possuam entre 16 e 24 anos)

Identificação do Aluno(a):

Sexo: Feminino ☐ Masculino ☐

Idade: 16 ☐ 17 ☐ 18 ☐ 19 ☐ 20 ☐ 21 ☐ 22 ☐ 23 ☐ 24 ☐

Q1. Você acredita que a escola te prepara adequadamente para ocupar uma vaga no mercado de trabalho?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Mais ou menos

Q2. Por que você tem essa opinião?

- ☐ Por que falta um maior investimento para a educação.
- ☐ Por que faltam profissionais qualificados para oferecer esse serviço.
- ☐ Esse não é o papel da escola, por isso, precisamos de escolas especializadas para tal fim.

Q3. Você gostaria de fazer um curso profissionalizante?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Q4. Você já fez/faz algum curso profissionalizante?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Comecei, mas não terminei.

Q5. Você tem interesse em trabalhar em Suape/PE?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Q6. Por que você pensou nessa possibilidade?

- ☐ Pela quantidade de vagas existente.
- ☐ Pelo valor da remuneração salarial oferecida.
- ☐ Pelo destaque dado pela mídia a esse mercado oferecido.
- ☐ Realmente, não pensei nessa possibilidade.

Q7. Você acredita que sem um curso profissionalizante específico conseguiria uma vaga em Suape?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Q8. Como poderíamos resolver esse problema da falta de qualificação para o mercado de trabalho?

- ☐ Continuando com a separação entre educação profissional e ensino básico.
- ☐ Unindo o ensino básico e a educação profissional, através de um sistema integrado.
- ☐ Assegurando cursos especializados através de políticas públicas adequadas para o acesso a essas vagas.

Q9. Você acredita que o aumento do número de Escolas Técnicas em Pernambuco seria suficiente para suprir o déficit de mão-de-obra em Suape?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Q10. Na sua opinião os governantes estão realmente preocupados com a formação de mão-de-obra especializada em Pernambuco?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Q11. Como você vê os projetos do governo para a construção de novas escolas técnicas?

- ☐ Não irá resolver o problema, apenas amenizá-lo.
- ☐ Não irá resolver problema algum a menos que os governantes passem de fato a priorizar a educação.

Q12. Quais são os tipos de pessoas que tem mais condições de ocupar uma vaga em Suape?

- ☐ Qualquer pessoa que se candidate as vagas.
- ☐ Pessoas com recursos e tempo disponível para se especializar.

- ☐ Pessoas assistidas por programas sociais dos governos federal, estadual e municipal.

Q13. Qualificação é tudo na hora do ingresso no Mercado de Trabalho?

- ☐ Sim
- ☐ Não

OBS.: Se SIM responda a questão 14 e se NÃO responda a questão 15.

Q14. Se respondeu sim, então qual a sua opinião acerca da estrutura da educação pública em Pernambuco?

- ☐ Boa, pois prepara adequadamente para a vida cidadã e o mercado de trabalho.
- ☐ Ruim, pois é deficiente em todos os aspectos.
- ☐ Precisa de alguns ajustes para se adequar a nova realidade socioeconômica no qual Pernambuco está inserido.

Q15. Se respondeu não, o que realmente é importante:

- ☐ Experiência no posto de trabalho a ser ocupado.
- ☐ Conhecer pessoas que lhe abrirão as portas para o mercado de trabalho.
- ☐ Uma formação específica para a vaga a ser ocupada.

APÊNDICE V. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 1

ENTREVISTADO 1(E1)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 40 anos

Gênero: Masculino

Tempode formação: 12 anos

Função: Gestor Escolar

Tempode função: 6 anos

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R. reforço no contra turno, o programa mais educação com oficinas diversas, curso de informática, espanhol e oficinas de músicas etc.

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

R: repassada através de monitores educacionais e profissionais diversos

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

R. através de conferências técnicas com a participação de toda a comunidade escolar

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

R. Não.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

R. o objetivo é desenvolver no estudante o interesse e buscar a colocação no mercado de trabalho.

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

R. houve não o suficiente para prepara a todos, apesar que a ideia dos governos foi desenvolver a longo prazo a expansão do complexo de Suape colocando os estudantes da comunidade no mercado de trabalho.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. a intensão do Estado capitalista é preparar um exercito de operários para ter um banco de reserva desse modo a classe trabalhadora fica sem direitos perdendo ganhos conquistados ao logo da luta de classe.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. a educação é o meio pelo qual toda a sociedade pode ser beneficiada. Uma pátria educadora é também o caminho de mudança de mentalidade, ação e desenvolvimento.

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. uma relação de oportunidade, pois cabe a cada um abraçar com profissionalismo sua profissão para a garantia da permanência do trabalho.

APÊNDICE VI. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 2

ENTREVISTADO 2 (E2)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 52

Gênero: Masculino

Tempo de formação: 24 anos

Função: Gestor Escolar

Tempo de função: 20 anos

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R. Não temos efetivamente uma política clara, apenas começou funcionar um Polo na Modalidade a distância de alguns cursos técnicos (Logística, Técnico em Informática, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Administração), que praticamente ninguém do Município procura.

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

R. Não consigo perceber essas políticas no cotidiano da escola, é uma política que atende mais pessoas que não são alunos, apesar de existir alguns alunos que estão fazendo esses cursos.

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

R. A escola não foi convidada esse momento de pensar e estruturar essas políticas, por isso não sei ao certo como.

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

R. Ainda tá longe de ser atendido.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

R. Para aqueles que procuram fazer acho que tem ajudados os mesmos a conseguir sua entrada no mercado de trabalho.

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

R: Não.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Quando não existe uma educação que ofereça tanto a formação geral como a profissional sempre vai existir uma distância entre que se forma e os postos de emprego. Assim, esse paralelo é vital para o desenvolvimento de qualquer país sério, e nesse ponto estamos distante.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. Qualquer política pública na área da educação deveria sim favorecer a qualificação para o trabalho, desde que se conheça o público-alvo que se quer atingir, é para qual área da economia está se formando, quando se sabe isso claramente as políticas são decisivas para os futuros trabalhadores.

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. Eu vejo uma péssima relação visto que não existe uma política séria para oferecer formação profissional para os jovens, e até existe alguma coisa, apenas em períodos de eleições se escuta alguma promessa e as vezes acontecem alguns cursinhos básicos, porém nada de qualidade e duradouro.

APÊNDICE VII. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 3

ENTREVISTADO 3(E3)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 52

Gênero: Feminino

Tempo de formação: 28 anos

Função: Gestor Escolar

Tempo de função: 6 anos

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R. Olhe que eu conheça nenhum. Ainda tenho pouco tempo aqui, mas as políticas públicas aqui não são direcionadas em Suape, vejo muitas pessoas de fora, devido a falta de qualificação local. Existe o Instituto Técnico, mas há pouco tempo. A escola direciona para as universidades e esses cursos técnicos do IFPE.

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

R. Trabalhamos com foco no ENEN e no SAEPE, agente faz muitas, muitas atividades, voltadas para essas atividades, as próprias provas são voltadas pra isso.

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

R. Agente percebe que não. A grosso modo digo que não houve essa estruturação.

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

R. Acho que não, pois vejo muitos jovens que não conseguem ingressar em Suape e o maior problema vejo que é a qualificação.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

R. Para aqueles que procuram fazer acho que tem ajudados os mesmos a conseguir sua entrada no mercado de trabalho.

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Não.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Qualificação é tudo. Sem qualificação o aluno não pode chegar a lugar nenhum. Assim digo que a qualificação é extremamente necessária para que o estudante possa ingressar no mercado de trabalho.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. O governo tem que investir. Temos aqui uma escola sucateada, vemos que os alunos precisam de muito incentivo, portanto a escola precisa de investimento. Tudo é um processo e se a base não for qualificada não chegará a nenhum curso superior ou técnico com estrutura suficiente. Se o governo não investir nesses alunos agora não haverá uma mão-de-obra qualificada. O governo deve investir para que o estudante possa estar preparado frente ao mercado. O desemprego tem sido um fator que também tem levado muitos alunos a deixarem a escola e buscarem outros trabalhos. Além do próprio investimento no estudante para o mercado de trabalho deve haver investimentos em outras áreas. Veja, é uma cadeia de coisas: essa semana saiu uma aluna da escola, pois tinha que ficar com a irmã enquanto a mãe foi trabalhar, portanto deve haver investimentos em outras áreas para que a mão-de-obra possa ter qualificação.

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R.Eu acredito que o aluno tem uma mente muito atenta com tudo. O estudante não pode esperar as políticas de mão-beijada. Eles devem buscar, avançar para ter acesso a outros graus. Muitos demonstram interesse, então se eles quiserem eles podem alcançar. Pena que nossos legisladores também deixam muito a desejar quando não tratam com mais força dessas questões

APÊNDICE VIII. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 4

ENTREVISTADO 4 (E4)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 40

Gênero: Feminino

Tempo de formação: 18 anos

Função: Gestor Escolar

Tempo de função: 6 anos

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R. Olhe que eu conheça nenhum. Ainda tenho pouco tempo aqui, mas as políticas públicas aqui não são direcionadas em Suape, vejo muitas pessoas de fora, devido a falta de qualificação local. Existe o Instituto Técnico, mas há pouco tempo. A escola direciona para as universidades e esses cursos técnicos do IFPE.

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

R. Trabalhamos com foco no ENEN e no SAEPE, agente faz muitas, muitas atividades, voltadas para essas atividades, as próprias provas são voltadas pra isso.

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

R. Agente percebe que não. A grosso modo digo que não houve essa estruturação.

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

R. Acho que não, pois vejo muitos jovens que não conseguem ingressar em Suape e o maior problema vejo que é a qualificação.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

R. Para aqueles que procuram fazer acho que tem ajudados os mesmos a conseguir sua entrada no mercado de trabalho.

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Não.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Qualificação é tudo. Sem qualificação o aluno não pode chegar a lugar nenhum. Assim digo que a qualificação é extremamente necessária para que o estudante possa ingressar no mercado de trabalho.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. O governo tem que investir. Temos aqui uma escola sucateada, vemos que os alunos precisam de muito incentivo, portanto a escola precisa de investimento. Tudo é um processo e se a base não for qualificada não chegará a nenhum curso superior ou técnico com estrutura suficiente. Se o governo não investir nesses alunos agora não haverá uma mão-de-obra qualificada. O governo deve investir para que o estudante possa estar preparado frente ao mercado. O desemprego tem sido um fator que também tem levado muitos alunos a deixarem a escola e buscarem outros trabalhos. Além do próprio investimento no estudante para o mercado de trabalho deve haver investimentos em outras áreas. Veja, é uma cadeia de coisas: essa semana saiu uma aluna da escola, pois tinha que ficar com a irmã enquanto a mãe foi trabalhar, portanto deve haver investimentos em outras áreas para que a mão-de-obra possa ter qualificação.

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. Eu acredito que o aluno tem uma mente muito atenta com tudo. O estudante não pode esperar as políticas de mão-beijada. Eles devem buscar, avançar para ter acesso a outros graus. Muitos demonstram interesse, então se eles quiserem eles podem alcançar. Pena que nossos legisladores também deixam muito a desejar quando não tratam com mais força dessas questões.

APÊNDICE IX. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 5

ENTREVISTADO 5(E5)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 36

Gênero: Masculino

Tempo de formação: 15 anos

Função: Professor

Tempo de função: 15 anos

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R.No momento apenas a criação do Programa de Formação Técnica na modalidade EAD onde a nossa escola é um polo.

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

R.Na prática não existe um desenvolvimento efetivo de uma política que se pode observar no dia-a-dia da Escola. Quando o período de inscrição e seleção é iniciado, é uma divulgação na escola voltada para os estudantes se inscreverem nos cursos oferecidos, dessa os interessados se inscrevem para a prova e posteriormente cursar.

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

R. Não tenho informação suficiente para responder essa questão.

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

R. Acredito que não.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

R. Os estudantes tem acesso as informações sobre os cursos técnicos que contribuem para a sua entrada no mercado de trabalho.

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Não houve.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Sem dúvida na qualidade de escola de Ensino Médio, é indiscutível a necessidade de se pensar cada vez mais em desenvolver uma educação básica tendo um olhar também para a qualificação para o mercado de trabalho. No momento atual as escolas da Rede Estadual praticamente não oferecem essa qualificação, e quando ocorre são em poucas Unidades de Ensino e em boa parte os cursos não conseguem está conectados com as exigências do mercado.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. Na medida que elas realmente ofereçam cursos compatíveis aos postos de trabalho das indústrias instaladas.

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. Um paralelo um pouco desanimador, uma vez que no município não existe nenhuma Escola Estadual de Ensino Médio voltada para qualificar profissionalmente os jovens que concluem esta etapa da educação básica.

APÊNDICE X. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 6

ENTREVISTADO 6(E6)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 38

Gênero: Feminino

Tempo de formação: 15 anos

Função: Professora

Tempo de função: 14 anos

POÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R.Ao que concerne as escolas do Estado, diretamente nada. Salvo algumas visitas ao Porto.

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

R.Não existem políticas públicas nesse sentido.

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

R.Não existem políticas públicas nesse sentido.

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

R.Muitas políticas poderiam ter sido aplicadas, no entanto, não existem.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6.Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

R.Não existem políticas públicas nesse sentido.

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Nem preparação e nem estímulo.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Os objetivos do Estado não estão voltados como deveria para o campo do trabalho. Faltam projetos, cursos e principalmente parcerias que estimulassem a qualificação adequada para atuação no Porto.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. Podem favorecer criando projetos, parcerias e aumentando os cursos técnicos, bem como motivando para continuação dos estudos.

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. Não existem políticas públicas nesse sentido.

APÊNDICE XI. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 7

ENTREVISTADO 7(E7)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 29

Gênero: Feminino

Tempo de formação: 07 anos

Função: Professora

Tempo de função: 7 anos

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R.São poucas as políticas públicas que foram implementadas nos últimos anos. Temos a presença do IFPE (Instituto Federal de Pernambuco) e nele encontramos alguns cursos que estão diretamente ligados as necessidades do polo de Suape. Durante certo período a Prefeitura de Ipojuca e o Estado abriram cursos profissionalizantes que atenderam as vagas de maior necessidade, principalmente na fase de implantação da Refinaria, como soldador, eletricista, construção entre outros.

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

R.Quem saia ou estava no terceiro ano do Ensino Médio era direcionado para esses cursos, todavia, não havia uma clara relação entre o curso profissionalizante ou as políticas voltadas para mão-de-obra e o cotidiano escolar.

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

R.Não posso afirmar, mas acho que as coisas aconteceram como que de surpresa. Veio a expansão de Suape, o crescimento industrial e paralelo a isso, como que forçado tiveram que ser criados cursos e formações para atender a demanda. Acho que não houve uma preparação prévia.

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

R. De forma nenhuma. São muitas vagas ocupadas por pessoas que não são estudantes ou foram de Ipojuca. A maior parte dos trabalhadores, principalmente os mais bem pagos não são ipojuicanos.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

R. No que podem atender acho que ainda são insuficientes, pois atendem e quando atendem uma mão-de-obra mais temporária, que atua principalmente na construção da obra, mas quando essa é concluída assistimos uma grande leva de desempregados na região. Os que conseguem ficar normalmente conhecem alguém lá dentro ou fizeram alguma espécie de qualificação.

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Não. Nenhuma. Como disse foi algo que de surpresa, as coisas foram acontecendo e acontecendo e de repente algo tinha que ser feito e foram fazendo.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Sem qualificação, sem emprego. O mercado de trabalho mostra-se cada vez mais exigente e o estudante mais pressionado a buscar uma melhoria na sua qualificação. Ter simplesmente o Ensino Médio já não é por si só garantia de empregabilidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. Ações governamentais bem pensadas e monitoradas são um importante caminho, uma vez que no meio político é possível pensar melhor os caminhos a serem abertos para essas ações. Portanto boas políticas podem favorecer e muito a vida profissional dos estudantes ipojuicanos.

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. Acho que deverá haver uma melhoria muito grande, o que temos já não atende a demanda que ora é apresentada. É meio complicado imaginar o futuro, mas com o que observamos não é possível prever grandes coisas para os jovens de Ipojuca.

APÊNDICE XII. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 8

ENTREVISTADO 8(E8)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 54

Gênero: Masculino

Tempo de formação: 30

Função: Professor

Tempo de função: 29

POÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R.Ao que concerne as escolas do Estado, diretamente nada. Salvo algumas visitas ao Porto.

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

R.Não existem políticas públicas nesse sentido.

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

R.Não existem políticas públicas nesse sentido.

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

R.Muitas políticas poderiam ter sido aplicadas, no entanto, não existem.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6.Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

R.Não existem políticas públicas nesse sentido.

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

R.Nem preparação e nem estímulo.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Os objetivos do Estado não estão voltados como deveria para o campo do trabalho. Faltam projetos, cursos e principalmente parcerias que estimulassem a qualificação adequada para atuação no Porto.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. Podem favorecer criando projetos, parcerias e aumentando os cursos técnicos, bem como motivando para continuação dos estudos.

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. Não existem políticas públicas nesse sentido.

APÊNDICE XIII. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 9

ENTREVISTADO 9 (E9)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 40

Gênero: Feminino

Tempo de formação: 30

Função: Presidente da Comissão de Educação na Câmara Municipal de Ipojuca

Tempo de função: 2 anos

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R. Durante minha atuação a frente da Secretaria de Educação, pude desenvolver uma série de atividades que auxiliaram o desenvolvimento dos estudantes rumo ao mercado de trabalho. Foram feitos cursos de qualificação profissional com um projeto que posso dizer que foi um dos mais importantes que foi o Rumo ao Mercado de trabalho, nele os jovens ipojuicanos tinham a oportunidade de escolher um curso e assim estudar para buscar uma vaga em Suape. Um outro programa importante que existe até hoje é o Rumo à Universidade que visa capacitar o estudante do Ensino Médio para adentra na universidade ou em uma escola técnica como o IFPE.

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

R. A escola por si só realmente ainda precisa estar bem estruturada para desenvolver ações pertinentes ao objetivo de integrar o jovem ao mercado. Isso porém não é fator decisivo para que não hajam ações sérias e que gerem o desenvolvimento dessa mão-de-obra, pois são desenvolvidos vários cursos como falei anteriormente. Já na escola existe a inclusão de conteúdos no currículo escolar que visam influenciar de maneira positiva a visão de mundo do trabalho. Uma das orientações também é que os estudantes, principalmente em idade de trabalho e que estejam estudando, possam, em horário viável, estudar algum curso profissionalizante e já ir se preparando para o mercado.

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

R. Existe toda uma equipe técnica que discute e analisa a situação junto a profissionais das diversas áreas, nada é imposto, mas construído de maneira bem estruturada e objetivando atingir metas, as mais significativas possíveis para esse campo.

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

R. Várias ações foram tomadas para qualificar jovens e encaminhá-los ao mercado de trabalho em Suape. Houveram ações como cursos de capacitação e profissionalização e vários jovens conseguiram emprego em Suape. Posso citar por exemplo o Condomínio de Cursos, onde vários cursos foram realizados como soldador por exemplo. Destaco também o Projeto Rumo ao Mercado de Trabalho, no qual centenas de jovens foram formados e vários conseguiram vaga em Suape. Atualmente em um momento de crise estamos passando por várias dificuldades, porém várias ações vem sendo desenvolvidas e novos profissionais estão sendo inseridos no mercado.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

R. Bem, como falei a partir do trabalho de formação o jovem passa a conhecer melhor o campo de trabalho que ele desejar e tem formação que o capacite para tal. Dessa forma o jovem adentra o mercado com condições de desenvolver um trabalho bem feito, haja vista que teve uma base educacional profissional, bem alicerçada.

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

R. A explosão de empregos em Suape não ocorreu de forma paulatina, podemos dizer que de certa forma veio como um impacto, mas esse crescimento é claro que era previsível e assim que houve o maior impacto as ações também foram acontecendo. Não posso dizer que esperou-se acontecer para que viessem as ações, pelo contrário elas foram ocorrendo de acordo com as demandas.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. As melhores possíveis, não existe um mercado sólido sem que haja uma mão-de-obra qualificada o suficiente para atendê-la. As parcerias entre poder público e poder privado, demonstram claramente o interesse entre ambos no tocante em haver profissionais bem qualificados e aptos ao desenvolvimento do trabalho.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. A educação é o melhor meio de transformar, de qualificar, de preparar o ser humano seja para o mercado de trabalho, seja para a vida como um todo. Essa educação porém precisa de políticas muito bem estruturadas, objetivadas, desenhadas, para que haja solidez em sua aplicabilidade. Políticas públicas educacionais pautadas em um bom planejamento e metas, com boas estratégias e ações pertinentes, sem dúvida colaboram de forma incisiva para o desenvolvimento educacional, no caso profissional.

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. Acredito na força dos nossos jovens e nas ações desenvolvidas atualmente, não posso nem quero dizer que as políticas são perfeitas, pois se assim o fizer não precisaremos melhorar, todavia creio que o caminho que vem sendo trilhado demonstra que esse futuro profissional não está comprometido.

APÊNDICE XIV. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 10

ENTREVISTADO 10 (E10)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 35

Gênero: Masculino

Tempo de formação: 12

Função: Coordenação Pedagógica no Município de Ipojuca

Tempo de função: 1 ano

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q2. Quais as políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R. São várias as ações desenvolvidas pelo governo. O CEMEP que é o Centro Municipal de Educação Profissional, criado mais recentemente é uma das demonstrações claras da preocupação do governo no desenvolvimento de políticas públicas sérias e que leve o estudante a ser inserido no mercado de Suape bem preparado.

Q3. Como essas políticas são desenvolvidas, na prática, em meio ao cotidiano escolar?

R. Atualmente existem ações que desde os anos iniciais da educação básica visam atender o educando com práticas pedagógicas que formem não apenas o profissional, mas também o cidadão em sua integralidade. Nesse contexto podemos afirmar que desde as séries iniciais do Ensino Fundamental estamos nos esforçando para melhor atender os estudantes que futuramente ingressarão no mercado de trabalho, com destaque para Suape que hoje abriga a maioria dos empregos de melhor renda e *status* do município.

Q4. Como essas políticas foram pensadas e estruturadas antes de chegarem até os estudantes?

R. Um dos focos dessas ações é o empreendedorismo, portanto pensamos uma estrutura sólida mas que possa emancipar o estudante, sempre com apoio das nossas ações. De maneira integrada buscamos interligar diversas áreas da formação profissional de maneira que possamos unir forças para o desenvolvimento dos trabalhos.

Q5. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as demandas de mão-de-obra do Polo Industrial Portuário de Suape?

R. Atualmente, há uma forte preocupação em qualificar jovens para que possam ingressar no mercado de trabalho com a melhor qualificação possível. Temos o CEMEP (Centro Municipal de Educação Profissional) que desenvolve diversos cursos de formação e já inseriu vários jovens no mercado de trabalho, também em Suape. São realizadas ações também com o apoio do SENAI e SEBRAE no intuito de desenvolver possíveis empreendedores e novos profissionais na região.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estudante em meio a essas demandas?

R. Através da formação e do acompanhamento que o aluno recebe, são etapas de acompanhamento, não visamos apenas passar conteúdos, mas apresentamos as melhores ações possíveis para que esses alunos cheguem bem preparados ao mercado.

Q7. Houve uma preparação prévia, que permitisse aos estudantes estarem preparados para essa expansão do Complexo de Suape?

R. Creio que sim, apesar de não estar inserido nessa época neste trabalho. Mas haviam ações desenvolvidas nesse sentido.

Q8. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Sem qualificação o ingresso no mercado de trabalho fica comprometido, isso gera problemas sérios na ponta, portanto pensar e fazer uma boa formação é também acreditar que o desenvolvimento profissional nas empresas atenderão as necessidades.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q9. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. A partir do momento que existem investimentos sérios e que estejam estes para atender as demandas a educação é diretamente influenciada, pois recebe a força necessária para o seu desenvolvimento.

Q10. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. Acho que precisa melhorar, mas as ações que existem estão sendo bem recebidas e têm gerado bons frutos, portanto vejo com boas expectativas o futuro desses estudantes.

APÊNDICE XV. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 11

ENTREVISTADO 11 (E11)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 35

Gênero: Masculino

Tempo de formação:

Função: Empresário no Ramo de Empresa de Telecomunicações

Tempo de função: 5 anos

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q1. Há conhecimento por parte da empresa de políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R. Sim, existe! Podemos citar o IFPE, alguns cursos profissionalizantes, feitos em caráter temporário e soube de um Centro de Formação, esse porém ainda bastante recente.

Q2. Como essas políticas, na prática, auxiliam o futuro profissional em Suape?

R. São positivas, porém não são suficientes para atender a demanda. É claro que essas políticas têm sua importância, no entanto caberia muito mais por parte delas de maneira que viesse abranger o melhor número de jovens possíveis e também dando a esses maiores possibilidades de desenvolver bons trabalhos na empresa.

Q3. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as necessidades do Polo Industrial Portuário de Suape?

R. As políticas públicas educacionais que tem relação com o mercado em Suape são no sentido de capacitar, o estudante não sai pronto da escola ele precisa de mais tempo para atingir os níveis necessários que demanda de um trabalhador qualificado para Suape. Atualmente o IFPE é o principal órgão que prepara esses estudantes para o mercado, outras ações são voltadas mais para levar o aluno a chegar nesse estágio.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q4. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do profissional em sua empresa?

R. Ajuda em parte. Porém a maior aprendizagem se dá mesmo no dia-dia do estudante, grande parte mesmo tendo feito um curso específico chega na empresa com poucas habilidades necessárias para o cargo que vai exercer.

Q5. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. O ingresso no mercado de trabalho é algo muito sério e a base para isso está na educação, nesse ponto é onde deve pairar a qualificação, pois é por meio de uma boa formação que o estudante pode prever melhores postos no mercado.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. Ações governamentais sérias com amplo investimento impulsionam as ações educativas que por sua vez culminam com uma boa produção, portanto, políticas públicas sérias é sinônimo de desenvolvimento educacional.

Q7. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. Acredito que futuramente, não distante, não haverá interesse em transformar, em agir em prol das ações municipais que possam melhorar as políticas de qualificação profissional. Penso que se houvesse um interesse nesse sentido começaríamos a sentir agora, porém não é isso que acontece, o futuro nesse sentido é incerto.

APÊNDICE XVI. ENTREVISTAS – ENTREVISTADO 12

ENTREVISTADO 12 (E12)

Q1. Identificação do Entrevistado:

Idade: 39

Gênero: Masculino

Tempo de formação:

Função: Empresário no Ramo de Instrumentação Cirúrgica

Tempo de função: 3 anos

POÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM IPOJUCA

Q1. Há conhecimento por parte da empresa de políticas implementadas pelo governo no município de Ipojuca, voltadas a direcionar os estudantes ao mercado de trabalho em Suape?

R. Para uma melhor profissionalização o estudante hoje de Ipojuca terá que se deslocar até outra cidade, de preferência o Recife, mas não são poucos os casos de pessoas que chegam a ir até outros estados para melhor se qualificar. Todavia, sabemos que é uma minoria que pode arcar, de maneira sofrível, com os custos de uma formação fora do município. Se não houverem já, políticas públicas sérias e bem contundentes, veremos a massa de trabalhadores ipojucana ser engolida pela demanda exigida atualmente em Suape.

Q2. Como essas políticas, na prática, auxiliam o futuro profissional em Suape?

R. São poucas as políticas que possam atender a demanda necessária, portanto o auxílio para o desenvolvimento profissional é mínimo. Para aqueles que desejam empreender é um outro problema, os investimentos e a burocracia travam aqueles que desejam crescer, enfim, há de imediato a necessidade de maiores e melhores ações.

Q3. Na sua opinião, essas políticas têm atendido as necessidades do Polo Industrial Portuário de Suape?

R. Creio que não! As demandas de Suape são imensas e os postos de trabalho que são preenchidos por jovens ipojuicanos são os de menor valor aquisitivo, que só têm em grande quantidade quando as empresas estão sendo construídas. Na verdade as políticas deveriam visar todas as áreas inclusive os postos mais elevados.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q4. Como essas ações têm contribuído para o desenvolvimento do profissional em sua empresa?

R. Seria bom se os trabalhadores que chegam ao mercado em Suape tivessem ao menos o mínimo de formação voltada para a qualificação para o trabalho. A questão é que além de investirmos em uma especialização na área de atuação, ainda é necessário investir em outras áreas que são básicas como a formação matemática, a língua portuguesa entre outras. Portanto a educação atualmente, digo com maior ímpeto a pública, não prepara adequadamente como deveriam.

Q5. Qual a análise que pode ser feita acerca do paralelo qualificação x ingresso no mercado de trabalho?

R. Resumindo sem qualificação o ingresso no mercado de trabalho é defeituoso, não será próspero. A qualificação é a base para um futuro promissor.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO E TRABALHO

Q6. Como as políticas públicas podem favorecer a educação/qualificação para os trabalhadores e/ou possíveis/futuros trabalhadores?

R. Boas políticas com investimentos necessários são canal de consolidação para uma boa educação.

Q7. Qual a relação que pode ser feita entre as políticas públicas existentes e o futuro profissional dos estudantes ipojuicanos?

R. Depende de que áreas estamos falando. Creio que para os empregos com salários mais baixos e que atendem o mercado por um tempo, sempre haverá formação e pessoas formadas, ainda que com prejuízos em sua qualificação. No sentido de pensarmos nas funções mais elevadas com salários melhores e ampla possibilidade de crescimento, não acredito que as políticas atendam ou atenderão há curto prazo essas necessidades.